

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

ALEX SILVA FERRARI

PATRIARCADO E VIOLÊNCIA: DESEMPREGO MASCULINO E REVIRAVOLTA FEMININA
NOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO. VITÓRIA-ES (2002-2010)

VITÓRIA

2016

ALEX SILVA FERRARI

PATRIARCADO E VIOLÊNCIA: DESEMPREGO MASCULINO E REVIRAVOLTA FEMININA
NOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO. VITÓRIA-ES (2002-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Professora Doutora Maria Beatriz Nader

VITÓRIA

2016

ALEX SILVA FERRARI

PATRIARCADO E VIOLÊNCIA: DESEMPREGO MASCULINO E REVIRAVOLTA FEMININA
NOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO. VITÓRIA-ES (2002-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2016.

Comissão examinadora

Prof^aDr^a Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^aDr^a Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^aDr^a Lidia Maria Vianna Possas
Universidade Estadual Paulista

A todas as mulheres que, mesmo contra todos os obstáculos, não se intimidaram em procurar uma delegacia para denunciar a violência. Sem vocês, trabalhos como este não seriam possíveis.

E também àquelas que, mesmo em situação de violência, não se sentem seguras em denunciar, pois também são fonte de inspiração na luta pela desconstrução das desigualdades de gênero em nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Beatriz Nader, que desde o meu período na graduação do curso de História da UFES me acompanhou em minha jornada acadêmica, sendo mais que uma orientadora, mas também fonte de inspiração e de amizade. Nesses seis anos de parceria só tenho a agradecer pela sua contribuição para o meu crescimento enquanto pesquisador e historiador.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS), na figura do seu corpo docente e dos profissionais da secretaria, assim como a Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), pelo suporte intelectual, burocrático e financeiro na realização desta pesquisa.

À Prof^aDr^aGilsa Helena Barcellos e ao Prof. Dr. Ueber José de Oliveira por suas valiosas contribuições durante o exame de qualificação desta dissertação, e por terem aceitado participar também da banca de defesa. À Prof^a Dr^a Lidia Possas, que gentilmente também aceitou fazer parte desse processo.

À minha família, em especial para a minha mãe, Luiza, que sempre me apoiou em minhas escolhas pessoais e profissionais, mesmo nos momentos de incertezas, estando sempre ao meu lado. Obrigado pelo carinho e também pelas palavras de encorajamento.

Agradeço a meus amigos, Alexandre e Marcia, com quem sempre pude contar para desabafar as aflições da vida e dialogar sobre os mais diversos assuntos. Uma conversa despretensiosa com vocês ajuda a descarregar o cansaço e recarregar as energias para seguir em frente.

Aos meus colegas do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da UFES, principalmente as que me acompanharam de perto nessa jornada do mestrado, Luciana, Mirela e Jacqueline. Nossas “trocas de figurinhas” foram contribuições imensuráveis.

*Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é a sua vida
E vida é trabalho*

*E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata.*

Um homem também chora – Gonzaguinha

*Ninguém é mais arrogante em relação às
mulheres, mais agressivo ou desdenhoso do
que um homem que duvida de sua virilidade.*

Simone de Beauvoir

RESUMO

Desde a década de 1970 o movimento feminista brasileiro buscou chamar atenção para os casos de violência cometidos contra as mulheres, dentre eles, o mais comum, a violência doméstica. Os estudos acerca desses casos nos mostram a complexidade das relações envolvidas nos processos que geram agressões físicas, morais e psicológicas, chamando a atenção para a importância que os papéis sociais masculinos e femininos desempenham nas dinâmicas das relações dos envolvidos.

Este trabalho pretende analisar o desemprego masculino nas ocorrências registradas na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da cidade de Vitória/ES (DEAM/Vitória). Para tanto, entende-se que o trabalho, na contemporaneidade, é ponto fundamental da construção da identidade masculina, ao passo que também foi utilizado como ferramenta legitimadora do poder do homem sobre a família, principalmente sobre a mulher, na construção dos papéis sociais de gênero. Dessa forma, acredita-se que o desemprego masculino representa a falha no papel social do homem, o que gera conflitos socioculturais, já que no imaginário masculino ele é uma forma de castração, perda de poder e vulnerabilidade. Nessa dissertação argumenta-se que devido à forte presença da violência na formação masculina, que também é marcada pela supressão da exposição de sentimentos e de vulnerabilidade, essa é uma ferramenta que pode ser utilizada por homens desempregados contra as mulheres, na tentativa de reestabelecer uma posição de superioridade por meio da objetificação que a violência promove em suas vítimas.

Palavras-chave: gênero, violência, masculinidade, desemprego.

ABSTRACT

Since the 1970s the Brazilian feminist movement sought to draw attention to cases of violence against women. Among them, the most common type is the domestic violence. Studies on these cases show the complex relations involved in the processes that generate physical, moral and psychological aggression, highlighting the importance of the male and female social role in the dynamics of the relationships of those who were involved in cases of domestic violence.

This work aims to analyze the male unemployment in the incidents registered in the Specialized Police Department in Care for Women in the city of Vitória, state of Espírito Santo (DEAM/Vitória). Therefore, it is understood that the work, in contemporary times, is a key point in the construction of male identity. Also, it was used as a legitimizing tool of man's power over the family, especially concerning the woman, in the process of the construction of gender roles. In this research male unemployment is seen as a failure in the social role of men, which leads to socio-cultural conflicts, what leads, in the men's imaginary, to a form of castration, loss of power and vulnerability. In this work it is argued that, due to the strong presence of violence in the men's social education, which is also marked by no demonstration of feelings and vulnerability, this is also a tool that can be used by unemployed men against women, in an attempt to re-establish a position of superiority through the objectification of the victims by means of violence.

Keywords: gender, violence, masculinity, unemployment.

LISTA DE SIGLAS

BOs – Boletins de Ocorrência

CNDM – Conselho Nacional de Direitos das Mulheres

DAPPI – Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

DEAM/ES – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do Espírito Santo

DEAM/Vitória – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Vitória

DEAMs – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher

FPA – Fundação Perseu Abramo

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML – Instituto Médico Legal

LEG-UFES – Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Universidade Federal do Espírito Santo

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sexo das pessoas denunciadas à DEAM/Vitória (2002-2010)	88
Tabela 2 – Comparativo dos casos de violência perpetrados por homens desempregados e empregados, por Região Administrativa (2002-2010) (Em %) ...	90
Tabela 3 – Comparativo do grau de escolaridade dos envolvidos entre os casos em que o denunciado estava desempregado e os casos em que o denunciado estava empregado (2002-2010) (Em %)	92
Tabela 4 - Cor dos envolvidos em casos de violência contra mulheres perpetrada por homens desempregados (2002-2010) (Em %)	97
Tabela 5 - Comparativo da raça dos envolvidos entre os casos em que o denunciado está desempregado e os casos em que o denunciado está empregado (Em %)	98
Tabela 6 - Homens de 15 anos ou mais de idade por raça, ocupados na semana de referência (Em %)	100
Tabela 7 - Distribuição da população por sexo e raça, segundo a situação de pobreza definida com base no Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (1999 e 2009) (Em %)	102
Tabela 8 - Taxa de ocupação masculina por grupos de idade no Espírito Santo (Em %)	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões Administrativas da cidade de Vitória/ES	89
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipos de violência cometidos por denunciados em situação de desemprego (2002-2010)	93
Gráfico 2 - Comparativo entre os tipos de violência cometidos por homens desempregados e homens empregados (2002-2010)	96
Gráfico 3 - Raça dos envolvidos nos casos em que os denunciados eram homens desempregados (2002-2010)	98
Gráfico 4 - Raça dos envolvidos nos casos em que o denunciado estava inserido no mercado de trabalho (20002-2010)	99
Gráfico 5 - Faixa etária dos homens desempregados denunciados na DEAM/Vitória (2002-2010)	104
Gráfico 6 - Comparativo por grupos etários entre os casos em que o denunciado estava desempregado e os casos em que o denunciado estava empregado (2002-2010)	108
Gráfico 7: Comparativo entre a relação vítimas-denunciados nos casos de autoria de homens desempregados e os que estavam empregados (2002-2010).....	112
Gráfico 8: Comparativo do estado civil dos denunciados entre os casos em que eles estavam desempregados e nos casos em que estavam no mercado de trabalho (2002-2010)	113
Gráfico 9: Comparativo entre as medidas tomadas nos casos com denunciados desempregados e nos casos com denunciados empregados (2002-2010)	131

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
2.RELAÇÕES DE GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINISMO.....	21
2.1 RELAÇÕES DE GÊNERO E PAPEL SOCIAL.....	24
2.2 A CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	34
2.3FEMINISMO, RESSIGNIFICAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO.....	45
3. MASCULINIDADE, TRABALHO E DOMINAÇÃO	50
3.1 O PATRIARCADO CONTEMPORÂNEO	55
3.2 A DOMINAÇÃO MASCULINA E O TRABALHO COMO LEGITIMADOR.....	61
3.3A CRISE DA MASCULINIDADE E O ESTIGMA DO DESEMPREGO.....	75
4. AUTORES DE VIOLÊNCIA DESEMPREGADOS NOS REGISTROS DA DEAM/VITÓRIA (2002-2010)	83
4.1MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMETIDA POR AUTORES DESEMPREGADOS	86
4.2ASPECTOS GERAIS DO ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS REGISTROS DA DEAM/VITÓRIA.....	91
4.3 SUBVERSÃO DE PAPÉIS SOCIAIS: DENUNCIADOS DESEMPREGADOS E VÍTIMAS PROVIDORAS.....	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
6 REFERÊNCIAS	139
7. ANEXOS.....	147

1. INTRODUÇÃO

No dia nove de março do ano de 2015 foi sancionada pela Presidência da República a lei número 13.104, que faz do feminicídio crime hediondo em todo território brasileiro.¹ Além dessa medida, outras políticas públicas de combate a violência contra a mulher marcaram a primeira década do século XXI, por exemplo, a Lei 11.340 (também conhecida como Lei Maria da Penha) sancionada no ano de 2006, que tem como objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e a eliminação de todas as formas de preconceito contra ela. Tanto a lei que agrava o crime de feminicídio quanto a que tem por objetivo punir e coibir a violência contra a mulher são marcos recentes da história do Brasil, pois não só representam o reconhecimento por parte do poder público de que esse tipo de violência é um problema social e, portanto, merece atenção especializada, mas também são ações políticas postas em prática que objetivam o combate e a erradicação desses problemas. Além disso, são leis que buscam oferecer, dentro de suas limitações, auxílio às mulheres em situação de risco.

Se no âmbito nacional a violência contra a mulher ganhou destaque e favoreceu a criação de políticas públicas voltadas ao seu combate, ao tratarmos desse problema no âmbito de um recorte regional, o estado do Espírito Santo merece atenção especial, pois os números da violência, de forma geral, são impressionantes. Segundo a atualização do Mapa da Violência publicado pelo instituto Sangari no ano de 2014² o estado tem a segunda maior taxa de assassinatos do país. Quanto ao feminicídio, a unidade federativa do Espírito Santo ocupa o primeiro lugar do ranking. A cidade de Vitória também está na primeira posição em comparação com as outras capitais brasileiras.

Diante da magnitude dos números da violência contra a mulher em Vitória, no ano de 2008, o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Universidade

¹Crimes hediondos são aqueles que são considerados como de maior potencial ofensivo e de extrema gravidade. Sendo assim, na doutrina jurídica eles são tratados com maior rigor, são inafiançáveis, e sem a possibilidade que seja concedida anistia ou indulto. Desta forma, a Lei 13.104, ao afirmar que o feminicídio, ou assassinato de mulheres, é um crime hediondo, reconhece o problema social que esse tipo de violência representa, garantindo maior rigor da lei no julgamento dos casos.

²WASELFSZ, J. J.. **Mapa da violência**: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2014. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf> Acesso em 25 de jan. de 2015.

Federal do Espírito Santo (LEG-UFES) iniciou o projeto de Mapeamento da Violência Contra a Mulher em Vitória/ES com o objetivo de descortinar as características que envolviam os casos de agressões às mulheres na cidade. Diferentemente da pesquisa anteriormente citada, o projeto do LEG-UFES focou-se na modalidade de violência não letal, que consiste em ameaças e/ou agressões de natureza física, psíquica e moral. A opção do projeto em analisar somente os casos de violência não letal tem como intuito desmistificar o que, na maioria dos casos, é o ponto inicial do processo de escalada da violência que culmina no feminicídio. Considerando que a maioria dos casos de agressão contra mulheres acontecem na privacidade do lar, raramente são testemunhados por terceiros e comumente são perpetrados por agressores com os quais as vítimas possuem relações afetivas e familiares, a coleta dos dados que envolvem esse tipo de violência se configura em um desafio. Todavia, aceitando-se a afirmação de Lúcia Freitas³ de que os inquéritos policiais podem oferecer importantes informações acerca de um fenômeno ainda silenciado, mesmo que não representem a realidade como um todo, os registros de denúncias feitos na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Vitória (DEAM/Vitória) são fontes ricas para o estudo desse tipo de violência. Desta forma, o mapeamento executado pelo LEG-UFES foi possibilitado por uma parceria firmada junto à Polícia Civil do Espírito Santo, que garantiu o acesso aos Boletins de Ocorrência (BOs) registrados na DEAM/Vitória.

Esse mapeamento iniciou-se no final do ano de 2008 e estendeu-se até o ano de 2014, foi executado em duas partes, e envolveu cerca de vinte pesquisadoras e pesquisadores, todos oriundos dos cursos de graduação e pós-graduação em História da UFES. A primeira parte do projeto consistiu na cópia do conteúdo dos BOs para uma ficha confeccionada exclusivamente para essa função (anexo I e II). Essa medida foi necessária devido à falta de estrutura da delegacia especializada que, por não possuir um espaço para receber os integrantes do projeto, impossibilitou o uso de computadores ou outras tecnologias de coleta de dados. Já a segunda parte consistiu na inserção das informações coletadas em um banco de dados do Microsoft Access, também confeccionado para atender as necessidades do projeto, permitindo a catalogação e análise de todos os registros. Ao final, o

³FREITAS, L.. Representações de papéis de gênero na violência conjugal em inquéritos policiais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 12(1), p. 128-152, 2011. Disponível em: <www.periodicos.unb.br>. Acesso em: 28 jun. 2015.

mapeamento catalogou 12.255 casos registrados na DEAM/Vitória entre os anos de 2002 e 2010.

O mapeamento, mesmo antes de sua finalização, foi utilizado como fonte em projetos de Iniciação Científica de alunos da graduação em História da UFES e em duas dissertações de mestrado já defendidas no Programa de Pós Graduação em História da UFES. Ele também se expandiu em uma pesquisa feita junto à Delegacia de Atendimento e Proteção à Pessoa Idosa (DAPPI), a qual resultou em uma dissertação, já defendida no mesmo programa, que teve como tema a questão da violência contra a mulher idosa.

Como membro do grupo de alunos que participaram dessa pesquisa, fiz a opção de também utilizar o banco de dados dos registros de denúncia de violência feitos à delegacia especializada como fonte para a presente dissertação. Desde o início do processo de coleta dos dados dos registros da DEAM/Vitória, já foi possível perceber algumas características que se destacavam e se repetiam com frequência. Chamou-nos a atenção, primeiramente, o número expressivo de casos de violência contra a mulher nos quais o fator financeiro aparecia de alguma forma, seja registrado como a motivação, ou parte da motivação para a agressão; ou era citado no relato da vítima (no campo preenchido com um pequeno relato da narrativa da mulher em situação de violência acerca do caso). No tocante ao preenchimento do campo “motivação”, dos 12.255 casos catalogados, 1.342 apontavam o desemprego e problemas financeiros como a motivação para o fato. Todavia, mesmo nos boletins nos quais outras opções de motivação eram registradas, alguns relatos ainda citavam a questão financeira na narrativa da vítima.

Buscando compreender as formas que a questão financeira se manifestava nos casos de violência contra a mulher, realizamos cruzamentos que revelaram novas perspectivas para entender os casos em que as finanças dos envolvidos tiveram alguma participação nos episódios da violência registrada. Percebemos, então, que em uma primeira seleção de fontes, os casos registrados sob a motivação financeira envolviam a exigência do pagamento de pensão alimentícia dos filhos e filhas do casal que havia se separado. Entretanto, em outra porção, os relatos traziam narrativas de conflitos entre homens e mulheres que tinham origem no comportamento desviante das atribuições de papéis sociais de gênero tradicional de

um ou de outro. Em muitos desses casos (segunda seleção) a vítima exercia alguma atividade remunerada, o que a afastava de seus supostos deveres familiares. A incapacidade do denunciado em prover o lar aparecia também como motivo para os atos de violência. De uma forma ou de outra, a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres estava constantemente presente nesses relatos.

Ao aprofundarmos o estudo desses casos percebemos que, apesar de vários relatos trazerem à tona a dificuldade financeira do autor, dos 1.342 casos selecionados primariamente, apenas 50 citavam diretamente o desemprego ou o não desempenho de uma atividade remunerada como motivadora da violência. Heleieth Saffioti⁴ afirma que o desemprego masculino é fonte de motivação para a violência contra a mulher, uma vez que, ao ser tolhido da ferramenta que lhe proporciona o desempenho da função de provedor (o trabalho), o indivíduo do sexo masculino se encontra em uma situação de fragilidade identitária, além de ter sua posição de poder ameaçada pela perda da atribuição que a legitimava.

Não obstante, um olhar menos apurado sobre a fonte documental da DEAM/Vitória poderia levar à conclusão de que essa hipótese não se verifica, devido ao baixo número de registros que citam o desemprego como motivador dos casos de violência. Aprofundando a análise das ocorrências, contudo, identificamos que o número de boletins que registraram casos de violência de autoria de homens em situação de desemprego era muito superior ao montante inicial de 50 casos, e totalizavam 1.170 registros. Aproximadamente 9,5% dos 12.255 casos de violência contra a mulher registrados na DEAM/Vitória no período mapeado pelo LEG-UFES foram de autoria de homens desempregados, ou que não exerciam atividade remunerada. Optamos por analisar os casos de violência nos quais os autores foram identificados como estando em situação de desemprego e/ou não desempenhando uma atividade remunerada, o que expandiu o escopo de fontes da primeira seleção.

Rachel Soihet⁵ esclarece que o papel social do homem é fundamentado na sua posição de provedor do lar, sendo isso um constituidor fundamental da identidade

⁴ SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. p. 82-91, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288391999000400009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 20 jul. 2015.

⁵ SOIHET, R.. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. DEL PRIORE, M.(Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed São Paulo: Contexto, p. 362-400, 2006.

masculina. Ora, se o provimento da unidade doméstica só pode ser levado a cabo com o exercício de uma atividade remunerada, nesta pesquisa entende-se que a situação de desemprego representa um desvio do padrão tradicional e conservador da divisão de papéis sociais, resultando em uma forma de “desempoderamento masculino”. Uma vez que a autoridade do homem, garantida pelas estruturas patriarcais ainda tão presentes em nossa sociedade, é legitimada pela função de prover o lar; quando ele se encontra em situação de desemprego, seu poder sobre a família é invalidado. Impossibilitado de exercer seu papel social e, conseqüentemente, sua dominação, a busca pelo restabelecimento dessa forma de poder, muitas vezes, se dá pelo caminho da violência. Desta forma, esta pesquisa busca entender como o desemprego masculino é um dos motivadores da violência contra a mulher em Vitória.

Percebe-se então o desemprego como fator que envolve a motivação da violência, embora não seja o único motivador⁶. Ele representaria, assim, uma forma de (des)identidade, sendo fonte de conflitos e inseguranças que podem promover a violência. Todavia, ele pode aparecer nas ocorrências aliado a outras situações, como o uso do álcool, drogas, o ciúme e os conflitos familiares. Entende-se esse outro conjunto de fatores como gatilhos ou detonadores do ato da violência. Em alguns casos, o homem fragilizado pela situação de desemprego recorre ao consumo de álcool e outras drogas ilícitas como uma forma de escapismo. O uso dessas substâncias, apesar de constarem nos boletins de ocorrência como a motivação para os fatos, não são, por esta pesquisa, encarados como única motivação da violência.

⁶ Ao referir-se ao desemprego como motivador da violência, esta pesquisa não pretende afirmar que ele foi o motivador isolado dos casos aqui analisados. Uma vez que se entende a violência contra a mulher como um problema complexo que envolve vários fatores, não se pode reduzir esse contexto a uma motivação apenas. Mirela Marin Morgante, que trabalhou com a análise dos boletins de ocorrência da DEAM/Vitória, com foco nos casos de violência em que os acusados vitimaram mulheres com as quais mantinham ou mantiveram relações afetivas e conjugais, demonstrou, por exemplo, a forte influência da cultura patriarcal nesses casos, o que não impedia que o processo que levou à violência não tenha sido marcado por outros fatores que também podem ser identificados como motivadores de violência. (MORGANTE, M. M. “Se você não for minha, não será de mais ninguém”: a violência de gênero denunciada na DEAM/Vitória-ES (2002-2010). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.).

Confirmando tal assertiva, Maria Cecília de Souza Minayo e Suely Ferreira Deslandes⁷ observam que, embora o consumo do álcool, e também de drogas ilícitas, esteja significativamente ligado a várias formas de violência, ainda não existe consenso sobre a explicação desse fenômeno. E que, apesar de o consumo pelos homens apresentar aumento do fator de risco para a ocorrência de violência doméstica, o mesmo não se observa no grupo de amostra feminino. Sendo assim, para as autoras, a relação entre o consumo dessas substâncias e a violência depende de vários outros fatores que vão além da ação da substância em si, tendo que ser considerado o contexto social em que seu uso está inserido, que pode levar a comportamentos violentos. Assim, reafirmamos o entendimento de que o consumo de álcool e drogas pode ser encarado como detonadores do ato de violência e não como uma motivação *per si*.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa optamos por fazer a análise de todo o banco de dados que, como já esclarecemos, compreende o período entre os anos de 2002 e 2010. Tal escolha se deve a dois motivos, sendo o primeiro o fato de a primeira década do século XXI ter sido palco de importantes transformações que reacenderam o debate público acerca da violência contra a mulher. Entidades públicas, para além do reconhecimento desse tipo de violência como um problema social da atualidade, passaram a agir por meio de políticas públicas e incentivaram a criação de mecanismos para punir e coibir a violência perpetrada contra a mulher, fazendo desse período um espaço temporal propício para o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. O segundo motivo é o fato de haver um limitado acesso às fontes documentais da DEAM/Vitória, uma vez que os registros anteriores estão incompletos.⁸

Dada a complexidade que o estudo da violência contra a mulher apresenta, selecionamos o estudo de caso como metodologia mais apropriada para esta pesquisa. Segundo Antonio Carlos Gil⁹, esse método consiste no estudo exaustivo

⁷ MINAYO C. S.; DESLANDES, S. F..Complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cad Saúde Pub** Rio de Janeiro, v. 14, n 1, p. 35-42, 1998.

⁸ Só foi possível ter acesso aos registros completos a partir do ano de 2002, no arquivo permanente da DEAM/Vitória os BOs anteriores a esta data faltam documentos. O LEG-UFES, em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória, conseguiu ter acesso aos registros do ano de 2001, que se encontravam no arquivo geral da Polícia Civil, todavia, ao receber o material, constatou-se que a falta dos registros de alguns meses, o que impossibilitaria a catalogação fidedigna dos casos para o mapeamento da violência e as análises propostas por essa pesquisa.

⁹GIL, A. C..**Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

de um objeto, permitindo o aprofundamento e o conhecimento detalhado do mesmo. Eva Maria Lakatos¹⁰ ainda destaca que o aprofundamento no estudo do objeto impede a dissolução dos elementos que o compõe, devendo-se observar todos os elementos e fatores, assim como os aspectos que envolvem o fenômeno analisado. Assim, o estudo de caso desta pesquisa contempla a análise conjectural da construção dos papéis sociais de gênero na história, demonstrando a importância desse aspecto para a formação da identidade masculina e os padrões de família, e desconstrução dessa última. Analisa as mudanças do papel social feminino nesse período e a reação masculina a elas. E, por último, dedica-se à análise dos 1.170 casos de violência registrados na DEAM/Vitória com autoria de homens desempregados, verificando a influência dos aspectos analisados no contexto da violência perpetrada contra as mulheres na cidade de Vitória, entre os anos de 2002 e 2010.

Para tanto, organizamos esta pesquisa em três capítulos. No primeiro capítulo objetivamos o debate acerca da violência e de que forma ela se apresenta na estrutura social, observando especificamente sua manifestação nas relações de gênero. Abordamos a origem dos estudos de gênero e o seu uso enquanto categoria de análise histórica, acrescentando à análise transformações historiográficas que compõem o surgimento desta nova proposta de estudo da história. Nesse capítulo também interessa-nos discutir o conceito de papel social de gênero e como as construções sociais cunhadas no Brasil, na virada do século XIX para o século XX, foram fundamentais para o estabelecimento de uma lógica patriarcal de controle e de dominação sobre a mulher. Por último, pretendemos entender de que forma o movimento feminista foi responsável pelo empoderamento feminino durante as últimas décadas do século passado. Tal movimento, somado à ressignificação do papel social feminino, foi peça fundamental na luta pelo fim da violência contra a mulher.

No segundo capítulo, voltamos atenção para a questão da masculinidade. Introduzindo o assunto, estabelecemos que os atributos masculinos aqui denominados de “masculinidade” são construções sociais que se modificam conforme o lugar e o tempo em que estão inseridos. Uma vez estabelecida a fluidez

¹⁰ LAKATOS, E. M.. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1981.

desse constructo, a segunda parte do capítulo consiste em um debate teórico em defesa do uso do patriarcado enquanto conceito que explica a manutenção de uma lógica de poder, na qual mulheres estão submetidas à dominação masculina. A terceira parte vai tratar da dominação masculina no contexto contemporâneo; discutimos a formação da identidade do homem como responsável pela criação de um imaginário masculino que vê a busca pelo poder e pela dominação como o seu destino natural. Dissertamos, ainda, sobre de que forma o trabalho foi incorporado à subjetividade masculina, tornando-se legitimador do “direito” do homem de dominar aqueles que estão ao seu redor. O capítulo finaliza com a discussão acerca da crise de identidade masculina, analisando os porquês de a masculinidade não ter acompanhado as mudanças do universo feminino nas últimas décadas, mergulhando o homem em um conflito de identidade, observando de que forma o desemprego pode constituir-se como uma forma de (des)identidade masculina, um estigma e também um motivador da violência contra a mulher.

No terceiro e último capítulo tratamos especificamente da análise dos casos de violência contra as mulheres perpetrados por homens desempregados. Iniciamos esse capítulo com um breve retrato da violência contra as mulheres no estado do Espírito Santo, assim como das medidas tomadas pelo poder público para o combate a esse problema. Destacamos, dentre essas medidas, a importância da DEAM/Vitória, fazendo também um breve histórico dessa instituição. Dividimos o capítulo em duas partes: a primeira referente ao mapeamento e análise das ocorrências que envolvem autores desempregados e, para tanto, o dividimos em subtópicos que se dedicam a analisar os diferentes indicadores dessas ocorrências. A segunda parte se dedica ao estudo dos casos envolvendo a subversão de papéis sociais, em que a mulher assume o papel de provedora do lar, ocupando o tradicional lugar masculino, motivo de tensões e conflitos na relação, que culminaram em casos de violência.

2. CAPÍTULO I

RELAÇÕES DE GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINISMO

No Espírito Santo a violência figura entre os principais problemas de ordem pública, uma vez que o estado apresenta elevados índices de criminalidade e vitimização. A atualização do Mapa da Violência publicada pelo instituto Sangari no ano de 2014 mostra que o estado ocupa a segunda posição no ranking de assassinatos no país, com uma taxa de 47,4 assassinatos para cada cem mil habitantes, ficando muito acima da média nacional, que é de 27,1.¹¹ A violência urbana é responsável pela maior parte desses números. A capital capixaba, por exemplo, ocupa o décimo quinto lugar no ranking de cidades mais violentas do mundo, com uma taxa de 57 homicídios para cada cem mil habitantes, segundo levantamento feito pela ONG mexicana Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal.¹²

Maria Beatriz Nader¹³ relaciona o aumento da violência em Vitória com a explosão demográfica que ocorreu a partir de 1970. A Cidade Presépio, como era conhecida, possuía na década de 1960 uma população total de 83.351 habitantes, número que se elevou consideravelmente já no próximo decênio, chegando à marca de 133.019 habitantes, e manteve alta taxa de crescimento populacional anos seguintes.¹⁴ Esse aumento demográfico desordenado foi resultado da implantação de grandes projetos industriais na região que atraíram milhares de trabalhadores.

Durante a década de 1970, e parte da década de 1980, todos os dias um número expressivo de pessoas chegava à capital do Espírito Santo em busca de oportunidades de emprego, com destaque para os que vinham dos estados vizinhos (Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro), além dos migrantes do interior do estado, onde a política de erradicação dos cafezais resultou em uma grande massa de trabalhadores rurais desempregados em busca de novas oportunidades. Na maioria dos casos, o anseio por uma vaga de trabalho não se concretizava, já que a mão-de-obra oferecida por esses migrantes não atendia ao nível de especialização

¹¹ WASELFISZ, 2014.

¹² Pesquisa realizada pela ONG Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal no ano de 2014. Disponível em <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/finish/5-prensa/198-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2014/0>> acesso em 20 de jan. de 2015.

¹³ NADER, M. B..Cidades, aumento demográfico e violência contra a mulher: o ilustrativo caso de Vitória-ES. **Dimensões**: Revista de História da UFES, Vitória, n. 23, p. 156-171, 2009.

¹⁴ NADER, 2009.

exigido para o trabalho desenvolvido nas indústrias da época. Essa força de trabalho não acolhida se instalou na cidade de forma desordenada, devido a não realização do planejamento urbano. Maria da Penha Smarzaró Siqueira¹⁵ afirma que foram se formando grandes bolsões de pobreza em locais até então não urbanizados, por exemplo, no oeste da ilha, área de mangue que era utilizada pela prefeitura como local de despejo do lixo, e nos morros da cidade; alguns já apresentavam ocupação desordenada previamente, e outros começaram a ser ocupados nessa época.

O processo de urbanização de Vitória foi marcado não só pelo crescimento desordenado da população em seu espaço físico, mas também pelo crescimento das desigualdades sociais. Nader¹⁶ e Siqueira¹⁷ apontam que essa explosão demográfica na cidade de Vitória foi acompanhada do crescimento da concentração de renda por um pequeno grupo da população, aumentando as disparidades sociais e contribuindo para o aumento da violência. Ao explicar a relação entre esses dois fatores, Nader observa que:

“De acordo com Diniz (2005), as intensas correntes imigratórias e aglomeração de grandes massas populacionais em centros urbanos favorecem, potencialmente, a incidência criminal que concentra agressões individuais que transcendem o nível social refletindo, sem dúvida, a dominação de um grupo e a subordinação do outro. Embora Soares (2000) advirta que não se deve atribuir violência e crime às necessidades econômicas, o fato é que pesquisas como as de Barata *et al* (1999), Drumond Junior (1999) e Freitas (2000) comprovam as evidências empíricas acumuladas que apontam os bairros populares e as favelas, locais que concentram baixas condições de vida, como espaços onde ocorrem as maiores taxas de violência.”¹⁸

De fato, Maria Cecília Minayo¹⁹ identifica que os fatores que contribuem para o aumento da violência, tais como a desigualdade, a impessoalidade, o acesso a armas de fogo, o abuso de substâncias entorpecentes e a violência policial, podem ser facilmente identificados nas regiões de periferia que concentram a população mais pobre da cidade. Muito embora, como afirma Nader²⁰, a região norte e continental de Vitória, onde se concentra parte da população com maior renda, é também a que mais registra assassinatos segundo pesquisa feita pela Prefeitura de

¹⁵ SIQUEIRA, M. P. S.. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.

¹⁶ NADER, 2009.

¹⁷ SIQUEIRA, 2001.

¹⁸ NADER, 2009, p.162.

¹⁹ MINAYO, M. C.. A violência na adolescência: um problema de Saúde Pública. **Cadernos de saúde pública**, n. 6 (3), p. 278-292, 1990. Disponível em <www.scielo.br> acesso em 05 de jan. de 2015.

²⁰ NADER, 2009.

Vitória nos anos de 2003 e 2004. Dessa forma, a violência permeia todos os setores e níveis da sociedade capixaba. E, em se tratando de violência específica, a violência contra a mulher se destaca tanto no âmbito nacional quanto especificamente no Espírito Santo, onde esse fator é outro indicador proeminente.

O Mapa da Violência, publicado pelo instituto Sangari no ano de 2012 revelou que o estado figurava em primeiro lugar no número de feminicídios entre todos os estados do país, com uma taxa de 9,8 mulheres assassinadas para cada cem mil, quando a média nacional dos estados brasileiros era de 4,6.²¹ A cidade de Vitória também ocupava o primeiro lugar no ranking de feminicídios das capitais brasileiras, com 13,2 assassinatos para cada cem mil habitantes, sendo a média entre as capitais de 5,4. Todavia, o feminicídio é o ponto final de um processo de escalada da violência contra a mulher, sendo os números revelados por essas pesquisas referentes apenas à modalidade de violência letal, não considerando agressões de menor potencial ofensivo. É apenas a ponta do iceberg na análise da violência contra a mulher.

Em pesquisa publicada no ano de 2010, pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e SESC, 40% das mulheres entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência.²² A pesquisa estima que a cada 24 segundos uma mulher seja agredida no Brasil e em 80% dos casos, com exceção da violência sexual e assédio, o autor da agressão é o marido, o companheiro, ou o namorado da vítima. O levantamento do número dessa violência não letal perpetrada contra a mulher representa um desafio, uma vez que, em sua maioria, esses fatos ocorrem na privacidade do lar e não são, em grande parte, de conhecimento público. Entretanto, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), ao fazerem o registro de

²¹WAISELFISZ, J. J.. **Mapa da violência**: homicídio de mulheres. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2012. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf> acesso de 22 de jan. de 2015.

²²Pesquisa nacional realizada em agosto de 2010, sobre a Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e Privado, pelo Núcleo de Opinião Pública da FPA. Nessa pesquisa foram realizadas 2.365 entrevistas com mulheres e 1.181 com homens, distribuídas em 25 UFs nas cinco macrorregiões do país (N, S, SE, NE e C-O), cobrindo as áreas urbana e rural de 176 municípios na amostra feminina e 104 municípios na masculina, estratificados por porte (tercis macrorregionais: municípios grandes, médios e pequenos) e mesorregião. Amostragem probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários, bairros e domicílios), com controle de cotas de idade na seleção dos indivíduos (estágio final). Disponível em <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf> acesso em 25 de jan. de 2015.

denúncias das mulheres vítimas de violência, constituem importante fonte para o levantamento e estudo desses casos.

Na cidade de Vitória, no período entre os anos de 2002 e 2010 (recorte escolhido para análise nesta pesquisa), a DEAM/Vitória registrou 12.255 casos de violência contra as mulheres que residiam na cidade. Esse número pode ser considerado expressivo, já que o censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 apontou que a capital do estado contava com aproximadamente 327 mil habitantes, dos quais aproximadamente 128 mil eram mulheres que tinham entre 18 e 65 anos (faixa etária atendida pela delegacia especializada).²³ Pode-se concluir que no período analisado aproximadamente 9,5% da população feminina de Vitória foi vítima de violência, destacando que esse percentual diz respeito apenas às mulheres que registraram o fato na delegacia especializada, sendo importante enfatizar o alto índice de subnotificação desses casos. Esses registros constituem riquíssima fonte de informação acerca da violência contra a mulher na cidade de Vitória, uma vez que neles se encontram dados das vítimas e autores, além de pequenos relatos acerca dos fatos ocorridos. Todavia, apenas a catalogação e levantamento desses dados não são suficientes para o entendimento do quadro de violência contra a mulher que acontece na cidade de Vitória, sendo necessário, portanto, um estudo profundo das estruturas sociais que envolvem esses casos.

Com o intuito de abrir essa discussão, este capítulo foca em entender o papel que a violência ocupa nas relações sociais e seu impacto sobre os indivíduos, particularizando a violência contra a mulher enquanto violência de gênero. A fim de entender os casos estudados por esta pesquisa, buscar-se-á a análise do papel social de gênero, sua construção e suas modificações, e o seu impacto nas relações entre homens e mulheres.

2.1 RELAÇÕES DE GÊNERO E PAPEL SOCIAL

O exame da violência contra a mulher em Vitória implica não somente em apresentar os dados fornecidos pelos Boletins de Ocorrência (BOs) registrados na delegacia especializada, mas também um estudo acerca da violência e seu impacto,

²³ IBGE. CENSO 2010. Disponível em <www.censo2010.ibge.gov.br> acesso em 27 de jan. de 2015.

a fim de possibilitar o entendimento e a origem das relações violentas entre homens e mulheres. Para Nader²⁴, as pesquisas que tratam sobre a violência apontam para duas linhas teóricas principais e opostas sobre sua origem. A primeira afirma que a violência surgiu como estratégia na busca da preservação da espécie, sendo então inata ao ser humano. A segunda teoria, por sua vez, trata a gênese da violência na perspectiva de uma construção sociocultural, recebendo diferentes valores e usos em diferentes locais e tempos. A autora destaca que, independente da sua origem, esse fenômeno pode ser encontrado em várias circunstâncias ao longo da história da humanidade, tendo caráter permanente. Minayo e Edinilsade Souza²⁵ complementam o debate ao tratarem da ambiguidade do tema, pois em diferentes momentos, lugares e culturas, a violência pode assumir tanto caráter positivo, quanto negativo. Minayo e Souza rebatem a primeira teoria acerca da origem da violência, que diz ser ela uma característica inata do ser humano. Afirmam que o caráter permanente do fenômeno, e o fato de ser um comportamento apreendido e enraizado culturalmente, fizeram com que a violência passasse a fazer parte dos padrões intrapsíquicos dos indivíduos, acarretando a falsa impressão de que seria um elemento da natureza humana e não uma construção social.

Diante deste quadro, a conceituação da violência representa um desafio. Minayo e Souza apontam que a falta de consenso acerca desse conceito ocorre em razão de a violência assumir, em alguns casos, uma forma singular de relação pessoal, política, social e cultural. Em outros casos, pode ser resultante das interações sociais, ou ainda, de um elemento socialmente naturalizado que permeia as interações entre indivíduos. As autoras advogam pelo viés da análise que interpreta a violência em suas várias faces e que abarca os meios pelos quais ela se expressa e se reproduz, sendo então necessário buscar as formas que a violência se concretiza nas relações sociais.

O censo comum tende a caracterizar a violência como sendo a aplicação de dano à vida ou a integridade física de um indivíduo. O antropólogo Gilberto Velho²⁶ aponta

²⁴ NADER, M. B.. Poder, violência e silêncio: uma questão de gênero. In NADER, M. B. **Gênero e racismo: múltiplos olhares**. UFES-NEAD: EDUFES, p. 96-119, 2014.

²⁵ MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-23, 1999.

²⁶ VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In ALVITO, M.; VELHO, G. (org). **Cidadania e Violência**. 2 ed. – Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, p.11-25, 2000.

que, além de se manifestar de forma física, a possibilidade ou a ameaça do uso da violência são constituintes fundamentais da mesma, e afirma que a ela associa-se a ideia de poder, enfatizando a possibilidade de imposição da vontade de um indivíduo sobre o outro. Sandra Lucia Alves e Normélia Maria Diniz²⁷ observam ser a violência uma ação que trata o ser humano não como indivíduo, mas como objeto nas relações de forças por ela materializada. Para as autoras, o uso da violência dentro de relações assimétricas, além de acentuar a desigualdade entre vítima e autor, é uma forma de dominação e sujeição de um indivíduo sobre o outro, executada por meio da objetificação daquele que sofre a violência.

Nos casos de violência perpetrada contra a mulher, a análise da ligação entre relações assimétricas, objetificação, sujeição e dominação, deve ser feita a partir da perspectiva de um estudo das relações de gênero. A emergência do gênero enquanto categoria de análise está diretamente ligada ao movimento feminista da segunda metade do século XX. O feminismo, que agregou as demandas de emancipação das mulheres na busca pela igualdade de direitos, tem lugar de destaque junto à sociedade civil, já que impactou de forma significativa as estruturas socioeconômicas, o cotidiano, a cultura e a política do Brasil, e notadamente no que diz respeito à violência de gênero e contra a mulher. A organização de mulheres na luta por direitos pode ser observada desde os movimentos operários do começo do século, quando trabalhadoras buscavam melhores condições de trabalho na indústria brasileira que começava a se desenvolver, e na luta pelo direito ao voto nas décadas de 1920 e 1930.²⁸

A partir da década de 1960, o contexto da época fomentou o debate acerca das desigualdades sociais, culturais e políticas entre homens e mulheres; a dominação masculina foi questionada na busca da desconstrução das desigualdades e pela busca da equidade entre homens e mulheres nas mais diversas esferas sociais. Nesse período, o feminismo emergiu como um movimento político mais amplo, questionando estruturas de poder, denunciando a exploração e a opressão de

²⁷ ALVES, S. B.; DINIZ, N. M. F. "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58 n. 4, jul./ago, p. 387-392, 2005.

²⁸ TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

peças sobre outras e se contrapondo de forma radical ao poder patriarcal ao propor uma transformação política, social e ideológica na sociedade.²⁹

Acompanhando a construção e o crescimento do feminismo no Brasil, as universidades contribuíram generosamente por meio de pesquisas e publicações sobre o tema. Saffioti³⁰ chama a atenção à ligação entre a militância feminista e a produção intelectual de trabalhos acerca da temática “mulher”. A autora relata que grande parte das intelectuais que investigavam a questão feminina na universidade também integrava grupos feministas e/ou partidos políticos. Mesmo as autoras que não estavam diretamente ligadas à militância, visando muitas vezes preservar sua autonomia diante da diversidade e de frentes de atuação que o movimento feminista assumia, contribuíram para a defesa da equidade de direitos entre homens e mulheres ao auxiliarem na divulgação das ideias feministas por meio de participação em eventos, palestras, conferências e debates, e também ao escreverem sobre o tema em jornais e revistas.

Nesse sentido, a partir da década de 1970 surgem importantes publicações científicas que analisavam a mulher e sua trajetória nos campos político, social e cultural, dissertavam sobre a sexualidade feminina, sobre direitos civis e também acerca da problemática da violência. Em suma, publicações acadêmicas que supriam e coadunavam com as demandas do movimento feminista, ao mesmo tempo em que este também transformava a produção acadêmica. Apesar de que nesse período a universidade ainda fosse um espaço majoritariamente masculino e conservador, Saffioti³¹ afirma que ela foi, paradoxalmente, um guarda-chuva para estudos sobre a mulher, ao ambientar o desenvolvimento desse importante campo de estudos.

No tocante ao estudo da questão feminina na história enquanto campo do saber, Soihet e Joana Maria Pedro³² identificaram que a historiografia precisou passar por um processo de transformação para o florescimento da “História da Mulher”. As autoras afirmam que o retardo da inclusão desse novo campo de estudos se deve

²⁹ TELES, 1993.

³⁰ SAFFIOTI, H. I. B.. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SANDER, E. **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

³¹ SAFFIOTI, 1987.

³² SOIHET, R.; PEDRO, J. M.. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, Dec. 2007.

ao caráter universal que era atribuído ao sujeito da história, que se resumia a categoria “homem”. Por muito tempo, pensava-se que, ao falar do homem, já estariam também contemplando a história do sexo feminino, desconsiderando as diferenças e alteridades desse e de vários outros grupos ao se escrever uma narrativa histórica totalizante. Soihet e Pedro³³ assinalam que esse padrão de escrita da história começa a dar sinais de mudança em 1920, com a Escola do Annales, de Marc Bloch e Lucien Lebrun, cuja proposta de ampliar o escopo de fontes históricas incluía gradualmente o estudo a respeito da temática feminina. Todavia, as autoras destacam que é a nova historiografia da década de 1960, ou Nova História, crítica do racionalismo abstrato, que flexibilizou ainda mais os conceitos teóricos, contribuindo para a consolidação do estudo da história da mulher.

Nesse período, a História Cultural contribuiu para a emergência do estudo das mulheres na história quando voltou sua preocupação para grupos sociais diversos e suas identidades coletivas. Estas identidades, invisíveis historicamente, como os negros, camponeses, operários e mulheres, passam a ser o centro de uma nova história social focada nas sutilezas do processo histórico, indo além do já obsoleto modelo totalizante.³⁴ Surgiu então a História da Mulher enquanto categoria histórica.

Soihet³⁵ destaca a relevância do trabalho de resgate da história da mulher dentro do movimento feminista, enfatizando que o uso do termo “mulher”, no singular (como categoria única de todos os indivíduos do sexo feminino), contribuiu para a unificação da causa feminina, trazendo grupos distintos a uma única essência. Já no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, as tensões advindas das particularidades de cada segmento tornaram-se cada vez mais latentes, diluindo a “História da Mulher” na “História das Mulheres”. Esse campo histórico antes contido na escrita da história da mulher como vítima ou rebelde, se expandiu para o estudo sobre a mulher no seu cotidiano, trabalho, lutas, protagonismos, família, maternidade e sexualidade. A História das Mulheres passa a estudar as mais diversas formas de ser mulher, superando o primeiro momento de unificação enquanto categoria feminina e diversificando o campo de estudos acerca da

³³ SOIHET; PEDRO, 2007.

³⁴ SOIHET, R.. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org) **Domínios da história**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 275-296, 1997.

³⁵ SOIHET, 1997.

feminilidade na história em busca da representatividade dos diferentes grupos sociais.

Segundo Margareth Luzia Rago³⁶, a abertura dos estudos feministas não só resgatou a figura histórica da mulher, como também marcou o início da fase desconstrutivista do feminismo acadêmico na década de 1980, período no qual foi possível identificar o começo do uso da palavra “gênero” nos estudos acerca das relações entre homens e mulheres. Nos movimentos sociais, sejam eles feministas, homossexuais, ou negros, Pedro³⁷ aponta que o uso do gênero veio do questionamento da universalidade do emprego do masculino para se referir a diferentes grupos, já que, o uso do “homem universal” excluía do debate as questões das mulheres. Soihet³⁸ explica que o uso do gênero, inaugurado pelas pesquisadoras norte-americanas, tinha o intuito de negar determinismos biológicos e apontar as construções sociais que permeiam as relações entre homens e mulheres, além do caráter relacional entre eles. A perspectiva do gênero traz para a história não apenas uma nova forma de se fazer a história das mulheres, mas também acrescenta novas possibilidades à sua escrita.

Apesar do seu uso por pesquisadoras e militantes do movimento feminista, o gênero como categoria de análise só foi teorizado, primeiramente, por Joan Scott, no final da década de 1980, tendo seu uso difundido no Brasil nos anos de 1990.³⁹ Em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado pela primeira vez em inglês em 1986, Scott discutiu não só a aplicação do termo nas pesquisas históricas, mas também a sua importância para o campo do saber como um todo, articulando pela primeira vez o conceito de gênero ao de poder. Scott defendeu o gênero dentro da pesquisa histórica como um elemento constitutivo das relações entre os sexos, construído a partir das representações simbólicas e normativas, expressas por doutrinas políticas, educacionais e científicas que, até então, se baseavam na oposição binária entre masculino e feminino.

³⁶ RAGO, M.. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys, estudos feministas**, nº 3. Janeiro/julho 2003. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br>> acesso em: 01 de fev. de 2015.

³⁷ PEDRO, J. M.. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

³⁸ SOIHET, 1997.

³⁹ SAFFIOTI, H. I. B.. **Gênero, patriarcado e violência**. , 2 ed. São Paulo: Perseu Abano, 2004.

Dentro dessa relação de oposição, a vertente dominante, a masculina, foi tomada como a única possível, sendo retratada na escrita histórica como o resultado de um consenso social, e não como um conflito. Scott⁴⁰ destacou a importância do gênero como categoria de análise a fim de questionar a “permanência eterna” da oposição entre os sexos masculino e feminino, lançando mão de uma visão mais ampla que deve incluir uma noção política e referências às instituições e à organização social. Ou seja, a pesquisa histórica deve se ater à subjetividade das relações sociais, examinando as formas pelas quais as identidades de gênero são construídas, e relacionar seu estudo a uma série de organizações e representações historicamente situadas. A partir desse viés de análise, a vertente, ora dominante, é desconstruída, fortalecendo a ideia de que o gênero não tem caráter fixo, podendo ser diferenciado o que representa ser homem ou mulher ao longo da história de cada sociedade.

Ao apontar os usos do gênero na pesquisa histórica, Scott contribuiu para clarificar e exemplificar a forma de se pensar os seus efeitos nas relações sociais e institucionais. A autora, para além dos usos como categoria de análise, também formulou sua teoria de gênero que teve, e ainda tem, extrema relevância e impacto nos estudos sobre o tema. Scott afirmou que “gênero é uma forma primária de dar significação às relações de poder [...] um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado”⁴¹. Pode-se demonstrar de que forma a categoria gênero se articula ao poder por meio do estudo do que é e o que representam os papéis sociais de homens e mulheres.

A fim de exemplificar a relação entre gênero, poder e papéis sociais é necessário, primeiramente, situar o que vem a ser papel social e, a partir da definição de Nader⁴², entende-se papel social como sendo o conjunto de ações e atribuições exigidas de um indivíduo pelo meio em que está inserido. Toma-se emprestada a estrutura do mercado de arte, desmitificada por Pierre Bourdieu⁴³, enquanto alegoria, para auxiliar o entendimento do que representa o papel social dos

⁴⁰ SCOTT, J.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n 2. Jul/dez, p. 71-99, 1995.

⁴¹ SCOTT, 1995.

⁴² NADER, M. B.. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**: Revista de História da. UFES, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

⁴³ BOURDIEU, P.. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª ed., Porto Alegre/RS, Zouk, 2014.

indivíduos. Uma vez que Nader⁴⁴ destaca que o desempenho do papel social por um indivíduo resulta na obtenção de *status*, ou seja, atribuição de um valor ao seu lugar na sociedade, aspectos culturais são utilizados para definir esse valor. Reguladores são criados para garantir que os padrões esperados de cada um sejam cumpridos e comportamentos desviantes sejam excluídos, o que segue de forma bem próxima à lógica observada por Bourdieu no mercado da arte. Assim como os padrões e estéticas artísticas passam por mudanças ao longo do tempo, o mesmo ocorre com o papel social. Mesmo assim, as estruturas desse sistema continuam seguindo a mesma mecânica, apenas alterando as exigências requeridas de cada indivíduo.

Ao estudar os mecanismos de produção de valor de bens imateriais, Bourdieu⁴⁵ revelou dinâmicas que podem ser facilmente aplicadas no entendimento da organização social. Segundo o autor, a valoração de um bem imaterial se dá por meio da criação de uma cultura dominante que, por sua vez, elege um grupo de autoridades supostamente abalizadas para qualificar e quantificar o valor de uma produção que, tradicionalmente, não faz parte de uma lógica mercadológica; ou seja, seu valor será instituído a partir de padrões culturais. Esse sistema estaria ancorado em uma complexa divisão que organizaria os locais de cada tipo de produção, ditando o lugar apropriado de manifestação e contemplação a ser designado para cada produto desse mercado cultural. A título de exemplo, o autor utilizou o universo do mercado da arte e do teatro francês.

Uma obra de arte, segundo Bourdieu⁴⁶, só ganhará *status* após ter sido considerada como tal por um *marchant*, que apresentará a peça em questão ao público e também estipulará o seu valor comercial. Tem-se, então, uma complexa estrutura que permite a manutenção dessas relações tanto comerciais, quanto culturais, na qual cada parte dessa estrutura depende da outra para se manter. O primeiro estágio desse processo consiste no estabelecimento de prestígio por parte do comerciante de obras de arte junto ao mercado. É preciso que esse indivíduo ganhe credenciais suficientes que o qualifiquem, fazendo com que seu trabalho seja reconhecido, criando a confiança de que seu julgamento acerca do que vem a ser a arte e quanto ela vale tenha relevância nos círculos de consumidores. Assim, da

⁴⁴ NADER, 2009.

⁴⁵ BOURDIEU, 2014.

⁴⁶ BOURDIEU, 2014.

mesma forma que o *marchant* precisa do aval do mercado para exercer sua profissão, os consumidores necessitam do trabalho dele para identificar o que deve fazer parte desse universo. Em suma, o que é, e quanto vale a arte.

Além da relação de dependência entre o mercado e o mercador, temos ainda um terceiro elemento: o artista. Este tem clara relação de dependência para com o mercado que o financia e com o *marchant*, responsável de inserí-lo no mundo comercial da arte. Todavia, a atribuição de valor ao resultado da obra não se atém somente ao conhecimento e julgamento do seu *marchant* e à aceitação do público; nesse mercado, a subjetividade do artista é parte integrante dessa produção. O valor de uma obra, além do trabalho do seu autor, é composto pela história e pelo lugar do artista, tanto no mundo da arte como de sua existência. São as experiências, qualificações e histórias do autor e sobre ele que complementarão o processo de produção de valor da sua obra.

A função de regular essas relações fica, segundo Bourdieu⁴⁷, a cargo de uma quarta entidade dessa estrutura: os críticos. Supostamente dotados do conhecimento acerca do assunto, essas figuras são responsáveis por instruir a opinião do público, por meio de suas críticas e exposição de seu conhecimento, e regular o prestígio dos *marchants*, ao apontar os acertos e erros de julgamento desses profissionais, interferindo, conseqüentemente, na atribuição de valor à obra do artista.

Erving Goffman⁴⁸ observa que os integrantes de uma sociedade podem ser comparados a atores desenvolvendo papéis socialmente construídos e determinados aquém da vontade do indivíduo, tendo como objetivo convencer uma plateia da verdade em sua atuação. A plateia, nesse caso, representa a sociedade e a estrutura cultural por ela construída, que não apenas assiste a *performance*, mas se encarrega de julgar a veracidade da atuação, garantindo a manutenção dos padrões e regras vigentes. A atuação deve estar de acordo com o tipo de público que se pretende alcançar, tendo o ator o cuidado de sempre observar e lidar com a plateia que está a sua frente. Deve-se ter em mente que as expectativas dessa plateia não serão fixas, e que o local e o tempo em que essa dinâmica se desenrola

⁴⁷ BOURDIEU, 2014.

⁴⁸ GOFFMAN, E.. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**; tradução: Maria Célia Santos Raposo. 13ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

influenciam exponencialmente nas exigências da audiência sobre representação do indivíduo.

Nesse ponto, retoma-se a análise de Bourdieu⁴⁹ acerca da construção de valor de bens culturais, mais especificamente quando o autor trata sobre a dinâmica teatral. O autor chama a atenção à delimitação espacial evidente no circuito de teatro francês, sendo mais marcante a divisão entre o teatro de vanguarda, conhecido por seu tom mais jovial, contestador e debochado, e o teatro de *boulevard*, que concentra autores mais consagrados, espetáculos mais sóbrios e conservadores do ponto de vista estético. Essa divisão se encontra primeiramente de forma espacial, ou seja, enquanto os espetáculos de vanguarda estão limitados a pequenos teatros alternativos, os de *boulevard* são alocados em grandes casas. A segunda forma de divisão diz respeito ao tipo de público que atende a cada peça. As camadas jovens e intelectuais buscam os eventos de vanguarda, enquanto as camadas mais ricas e de maior faixa etária comparecerem ao outro segmento teatral. Diferenças de estilo e público marcam toda a construção da estrutura de criação de valor financeiro e cultural desse meio. Por exemplo, os jornais que têm como público alvo os grupos de maior poder aquisitivo, se especializarão na crítica de peças de *boulevard*, regulamentando a forma como essa audiência deve reagir, e o que deve ser esperado. A menor tentativa do autor de inserir elementos de vanguarda será detectada pelo indivíduo responsável pela crítica que chamará a atenção da audiência para esse fator, acarretando no descrédito da montagem junto ao público.

Isso não significa dizer que os padrões estabelecidos não sofram transformações. O tempo e as mudanças sociais também influenciam na forma de encarar o que é aceito ou não em cada tipo de montagem teatral. Ou seja, elementos da vanguarda podem ser aglutinados às peças de *boulevard* à medida que o público migre gradativamente para o segundo estilo teatral. Da mesma forma, também não se pode atribuir forma fixa aos papéis sociais, uma vez que variam conforme a época, o lugar e a organização social. É possível, entretanto, observar alguns elementos que se destacam e sobrevivem a muitas dessas mudanças.

⁴⁹ BOURDIEU, 2014.

As relações de gênero, por exemplo, têm ocupado posição preponderante no estabelecimento dos papéis sociais. Segundo Nader⁵⁰, ser homem ou mulher é primeiramente definido pela genitália que o indivíduo apresenta. Por isso, desde o descobrimento do sexo do bebê, os pais já se encarregam de traçar os rumos que a educação dessa criança tomará, a fim de que ela se encaixe nas perspectivas que se esperam de cada um em seu contexto social. Como forma de demonstrar como essa dinâmica se estabeleceu e sua implicância nos processos que levam à violência contra a mulher, faz-se necessário buscar o histórico das construções desses papéis e como suas mudanças alteraram as relações entre os sexos masculino e feminino em nossa sociedade.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ao tratar da formação da família brasileira, Eni de Mesquita Samara⁵¹ destaca que o modelo patriarcal constituiu a base dessa organização. Segundo a autora, a Casa Grande foi por muito tempo o centro da estrutura social e econômica do país, uma vez que a família regida pelo patriarca, para além das relações consanguíneas, também acomodava as camadas da população livre e pobre, as quais estabeleceram uma relação de dependência econômica, social e política para com essa instituição. A estrutura dessa família essencialmente rural, era formada em seu núcleo pelo senhor de engenho e sua família direta, esposa e filhos legítimos, mas também integrava os trabalhadores escravos. Periféricamente formaram-se grupos compostos por familiares com menor grau de parentesco, filhos ilegítimos reconhecidos pelo patriarca, mulheres e homens livres e pobres que prestavam serviços à família em troca do apadrinhamento e proteção promovidos pela instituição. A extensão da família patriarcal durante o período colonial se assemelhava a um pequeno estado, no qual o senhor de engenho representava a autoridade máxima, mantendo sob a sua tutela aqueles que se subordinavam à sua autoridade.

⁵⁰ NADER, M. B.. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2ed., Vitória: EDUFES, 2001.

⁵¹ SAMARA, E. de M.. **A família brasileira**. 4ed, São Paulo: Brasiliense, 1993.

Vale ressaltar que, apesar de Gilberto Freyre⁵², autor pioneiro no estudo sobre a família brasileira na primeira metade do século XX, ter proposto que o modelo patriarcal se estabeleceu como primeiro modelo de família brasileira, na qual o homem representava todo o poder e para a mulher era relegado o papel de submissão à autoridade do patriarca, essa não era uma realidade de toda a sociedade colonial. Antônio Cândido⁵³, por exemplo, ao revisitar esse estudo durante meados do século XX, percebeu que além da diversidade contida nessa estrutura, a divisão de funções dentro da família era muito mais complexa do que a proposta por Freyre⁵⁴. Cândido⁵⁵ confirma a teoria de que o pátrio-poder era a representação máxima de autoridade na sociedade colonial, já que essa organização social carecia de uma estrutura centralizada de controle, ficando a cargo do patriarca a iniciativa e o controle sobre uma imensa força de trabalho escravo e livre, em menor escala. A família era então a instituição central do processo de socialização e integração da organização social, na qual a divisão de poderes ecoava por todos os grupos que estavam sobre o domínio dessa instituição.

No que compete à divisão de papéis sociais dessa família extensa, o pátrio-poder colocava o homem no topo da hierarquia, estando a esposa e os filhos, assim como o resto da estrutura em torno da casa grande, submetidos à sua vontade. De modo geral, o senhor de engenho era responsável pela administração da economia e pelo controle social de seus familiares, escravos e apadrinhados, sendo ele juiz das questões que ocorriam em sua propriedade. Em casos extremos, segundo Cândido⁵⁶, o patriarca se apregoava de sua posição de dominação, garantida por seu poder econômico, para julgar seus filhos rebeldes, assim como seus agregados e adversários, sem que recorresse em nenhum momento à justiça real, provando assim sua onipotência ao fazer uso do seu direito de vida e morte sobre aqueles que estavam a ele submetidos.

O papel social de dominação masculina não deve fazer-nos assumir que a posição feminina era resumida à submissão ou à falta de qualquer poder ou controle.

⁵²FREYRE, G.. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 14. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

⁵³CÂNDIDO, A..The Brazilian Family.In: SMITH T. L. (ed.). **Brazil. Portrait of a HalfContinent**. Nova Iorque: Marchant General, p. 291-311, 1951.

⁵⁴FREYRE, 1969.

⁵⁵CÂNDIDO, 1951.

⁵⁶CÂNDIDO, 1951.

Cândido⁵⁷ destaca que o pátrio-poder também era encontrado sobre o controle da mulher branca senhora do engenho, a qual os filhos deveriam respeitar e obedecer da mesma forma que ao pai, sendo ela também responsável por todos os escravos domésticos, e sobre eles exercendo o mesmo poder que o seu marido. Ao mesmo tempo, as mulheres brancas e ricas também exerciam importantes atividades que se encontravam em um espaço oposto ao do seu marido, como a direção das tecelagens, costura e fiação, confecção de roupas para a família e os escravos, supervisão de trabalhos artísticos e provisão de alimentos à escravos e agregados da casa grande. Senhor e senhora desempenharam diferentes, mas importantes funções, e sendo diferentes não se pode compará-las ou atribuir a elas maior ou menor valor social. Entretanto, no campo das relações de poderes, o domínio do patriarca se elevava ao de sua esposa, uma vez que, como citado anteriormente, assim como ocorria com os filhos, parentes e agregados, o senhor de engenho possuía o poder sobre a vida de seu cônjuge, sendo a ele garantido o direito de puní-la, caso julgasse o seu comportamento inadequado.

No século XIX, o começo do processo de urbanização do país é marcado pelo desenvolvimento de uma burguesia urbana que ainda mantinha traços da estrutura social da família extensa rural, da qual era oriunda. O declínio de influência dos clãs patriarcais vai aos poucos dando espaço para uma sociedade caracterizada pela família urbana e nuclear, mas que em sua organização interna ainda manteve a mesma estrutura patriarcal do passado. Aos poucos, o controle da família sobre os casamentos se tornou cada vez menor, é o que constata Muriel Nazzari⁵⁸ ao estudar a prática do dote no século XIX. Segundo a autora, a prática do casamento, antes utilizada como meio de manutenção do *status* econômico e social, era permeada pela influência da família da noiva, que obtinha o controle sobre o novo casal por meio do pagamento do dote, uma quantia alta em dinheiro e bens que garantia ao mesmo tempo a subsistência do casal e o domínio do clã sobre eles, garantindo a autoridade do patriarca sobre os novos arranjos familiares advindos das núpcias de suas filhas e filhos. O processo de declínio do pagamento do dote foi acompanhado, segundo Nazzari⁵⁹, pelo desenvolvimento da burguesia urbana no Brasil, composta

⁵⁷ CÂNDIDO, 1951.

⁵⁸ NAZZARI, M.. **O desaparecimento do dote:** mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

⁵⁹ NAZZARI, 2001.

cada vez mais por homens que acumularam pequenas fortunas. Sem a necessidade do provimento inicial da família da noiva, devido à acumulação de bens por parte do marido, o novo casal adquiria mais independência de seus ascendentes, fragilizando a instituição da família patriarcal ao se desprender da dependência econômica.

Apesar das rupturas com o antigo sistema familiar patriarcal, Samara⁶⁰ identificou que as relações entre homens e mulheres continuaram a seguir a mesma lógica do pátrio-poder, na qual mulheres e homens continuaram a ter atribuições sociais bem definidas que, apesar de complementares, possuíam poderes desproporcionais. Para a autora, essa desproporcionalidade era resultado do papel social masculino que garantia ao homem maior porção de poder dentro do lar, uma vez que, além de ter o seu domínio amparado pela lei, que o elegia como chefe do lar a quem todos os outros membros da família estavam submetidos, sua posição de único provedor garantia a dependência da esposa e dos filhos à sua figura. Nazzari⁶¹ ainda destaca que, se antes a mulher estava submetida ao poder do pai e do marido ao contrair matrimônio, no modelo de família nuclear urbana do século XIX, o genitor passou a ter um lugar secundário de poder, enquanto o esposo, ao assumir de forma integral a provisão da família, assume a autoridade que competia ao patriarca. Tendo o homem assumido de forma integral o provimento do lar, à mulher continuou reservada a função de gerenciamento do lar e o cuidado para com os membros da família, sendo a educação feminina focada para o preparo das funções de cuidadora e reprodutora da unidade doméstica urbana. Todavia, esse modelo de divisão de papéis sociais representava mais um ideal do que uma realidade.

A primeira forma de desvio do padrão vigente na sociedade brasileira do período pré-republicano estava na instituição do casamento. Samara⁶² destaca que as custas matrimoniais eram demasiadamente altas, fazendo do casamento uma instituição típica dos segmentos médios e altos. O baixo poder aquisitivo de homens e mulheres das classes populares impedia as pessoas menos privilegiadas economicamente de oficializar suas relações, ocasionando o elevado número de uniões em regime de concubinato, superando o número de casamentos oficiais. A segunda forma de desvio estava presente no mundo do trabalho, pois devido às

⁶⁰ SAMARA, E. de M.. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

⁶¹ NAZZARI, 2001.

⁶² SAMARA, 1989.

duras condições de sobrevivência das famílias mais pobres, o trabalho feminino era uma realidade nessas unidades domésticas.

Desviando da ideia de que sua função deveria estar limitada ao cuidado do lar e dos membros da família, as mulheres pobres necessitavam exercer atividades remuneradas a fim de garantir a subsistência do lar. O trabalho dessas mulheres era, em sua maioria, restrito à prestação de serviços domésticos ou, em alguns casos, ao comércio de rua. Samara⁶³ ainda destaca que apesar desses trabalhos serem classificados como secundários e de menor importância, os poucos rendimentos que as mulheres obtinham nessas atividades lhes garantiam certa independência da figura masculina, e conseqüentemente maior liberdade em suas relações afetivas.

Uma vez que as uniões em regime de concubinato estavam à margem da sociedade civil, não possuindo reconhecimento legal, esses laços entre homens e mulheres eram mais frágeis e flexíveis, não recebendo igual vigilância da sociedade como quando se tratava de um casamento oficial. Se em condições normais essas relações poderiam ser rompidas facilmente, nos casos em que as mulheres possuíam uma forma de sustento independente da renda masculina a fluidez nas relações afetivas era ainda maior. A mulher trabalhadora possuía meios de encerrar o relacionamento com um homem, seja por insatisfação, falta de auxílio ou por maus tratos, uma vez que não dependia dele para sua subsistência, ficando livre para viver sozinha ou iniciar um novo relacionamento. Samara⁶⁴ destaca que apesar de comum, esse comportamento desviante das classes mais populares não passava despercebido, sendo taxado de imoral.

Já nas últimas décadas do século XIX acontecem mudanças significativas no tecido social brasileiro que, conseqüentemente, interferem na mecânica dos papéis sociais de gênero. Rioldo Azzi⁶⁵ afirma que a crise enfrentada pela monarquia brasileira nesse período não representava apenas uma crise política, mas também envolvia a economia e toda a organização social, sendo reflexo da degradação da sociedade

⁶³ SAMARA, 1989.

⁶⁴ SAMARA, 1989.

⁶⁵ AZZI, R.. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In. RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira contemporânea**. Famílias e valores. São Paulo: Edições Loyola, p. 85-120, 1987.

patriarcal, latifundiária e escravocrata. O declínio da monarquia e a fundação da República Brasileira trazem consigo uma onda de mudanças e modernizações, não só no Estado e na política nacional, mas também no cotidiano dos indivíduos. Era preciso apagar a memória de um Brasil colonial e monárquico e construir não apenas uma nação republicana no sentido político do termo, mas uma nova sociedade para dar base ao novo sistema de governo que estava sendo implantado no país.

No período entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX observa-se o esforço do poder público e de outros setores da sociedade civil em estabelecer um “projeto modernizador” no país, capaz de normatizar e higienizar a sociedade brasileira. Os principais centros passam por intensas mudanças em seu tecido urbano, a desordem que dominava as cidades deveria ser contida e a malha urbana se tornar eficiente. Paulo César Marins⁶⁶ observa que na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o período é marcado por intensas reformas que vão tentar retirar as famílias pobres das regiões centrais e reformular o traçado das ruas, buscando imprimir na paisagem urbana o ar de modernidade que a áurea da recente república exigia. Além da capital do Brasil, outros grandes centros brasileiros passaram pelo mesmo processo. Mas essa mudança arquitetural, contudo, não se conteve ao espaço urbano público, os lares também foram alvo desse projeto de sociedade da época. Jurandir Freire Costa⁶⁷ destaca que esse período também é marcado pela diminuição da influência religiosa, que vai gradativamente sendo substituída pela medicina no cotidiano dos indivíduos. As correntes higienistas, difundidas pelo poder público e principalmente por jornais e revistas da época, se encarregaram de influenciar as reformulações dos domicílios brasileiros e o estilo de vida da família. Se antes eram os prelados da Igreja Católica que ditavam os costumes, agora é à Medicina que as pessoas recorrem em busca de uma atitude mais saudável no dia a dia.

Para além da cidade, da casa e das práticas cotidianas, o projeto modernizador do início do período republicano também teve como alvo os papéis sociais de homens e

⁶⁶MARINS, P. C. G.. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. IN, SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à era do rádio. São Paulo: Cia. Das Letras, p. 131-214, 1998.

⁶⁷COSTA, J. F.. **Ordem médica e norma familiar**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

mulheres dentro da família. Susan Besse⁶⁸ destaca que o começo do século XX foi marcado pela ideia de que o casamento e a família estariam passando por um processo de desmoralização, fruto, segundo os críticos da época, dos “males modernos” que se materializavam, principalmente, no surgimento do feminismo e do trabalho assalariado feminino. Os que temiam o fim do casamento apontavam que esse importante sacramento cristão teria sido colocado em segundo plano, uma vez que as uniões aconteciam cada vez mais tarde e em menor número e as mulheres manifestavam cada vez mais o seu descontentamento com a instituição matrimonial.

Desta forma, urgia uma resposta da sociedade à possível falência da instituição familiar, vítima de um processo desmoralizador. Segundo Besse⁶⁹, estabeleceu-se o consenso segundo o qual a civilização e o progresso nacional dependiam da renovação e reestruturação do casamento e da estrutura familiar. Azzi⁷⁰ destaca a influência de quatro correntes ideológicas nesse processo. Segundo o autor, é muito nítida a influência dos discursos católico, positivista, liberal e socialista na construção dos papéis sociais de homens e mulheres que nortearam a constituição das famílias no Brasil do século XX.

O discurso católico foi extremamente norteado pelo ultramontanismo do pontificado de Pio IX, período em que a Igreja intensificou suas políticas conservadoras frente às mudanças sociais que ocorreram à época. A concepção católica de família difundida no Brasil consistia na educação feminina voltada para o lar, o cuidado e educação dos filhos e auxílio ao marido trabalhador, que se encarregaria de prover e proteger o lar. A mulher deveria se afastar do mundo público e político, deixando este a cargo do homem, e se comprazer na reclusão do lar. Apesar desse projeto restringir o espaço da mulher na sociedade, ele teve o sexo feminino como seu principal vetor de divulgação, uma vez que eram as mulheres o foco dos sermões e do catecismo que as instigavam a reproduzir o modelo de família cristã em seus lares.

Ao buscar introduzir o seu modelo de sociedade a partir da instituição familiar, a Igreja supera a divisão entre ela e o Estado na busca da efetivação de um bloqueio

⁶⁸BESSE, S. K.. **Modernizando a Desigualdade**: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo, EDUSP, 1999.

⁶⁹BESSE, 1999.

⁷⁰AZZI, 1987.

às mudanças sociais ocorridas à época. A ideia central era lutar pela manutenção da ordem social através da conservação da ética tradicional familiar e sexual. Neste último ponto, os pensamentos católico e positivista convergem, mas a origem mítica do primeiro fez com que o segundo se opusesse ao projeto católico de família.

O movimento positivista teve forte influência no advento da república brasileira, sendo em parte responsável pela divisão entre Estado e Igreja que se sucedeu no período, uma vez que privilegiava o uso da razão e da ciência, rejeitando explicações e discursos que se pautassem por ordenações espirituais, místicas ou emocionais. Para os positivistas a atividade humana estava concentrada em apenas duas esferas, a família e a sociedade. Esta última era apanágio masculino, pois o homem seria dotado da razão e da objetividade e, dessa forma, era capaz de ser responsável pelo mundo político e do trabalho. Já a mulher, na concepção da ciência positiva, era destinada a obedecer ao homem e ficar sob a sua tutela enquanto cuidava e preparava os filhos, o futuro da nação, além de mediar as relações entre pais e filhos, sendo o agente da paz no lar.

É nítida a oposição entre o modelo positivista e o liberal, que era considerado pelos positivistas como fonte de anarquia. O discurso liberal brasileiro se opunha fortemente ao conservadorismo das relações sociais, buscando sempre a modernização da sociedade a partir de uma perspectiva igualitária entre homens e mulheres. Por esse motivo, os intelectuais liberais criticavam fortemente a atuação católica na família brasileira. O discurso liberal atacava a Igreja Católica pelo domínio exercido sobre a mulher, afirmando que as práticas religiosas subjugavam o sexo feminino a uma ordem mítica e a afastava do afeto para com o marido e os filhos, o que era nocivo à instituição familiar. Para eles, a hierarquização da família promovida por católicos e positivistas enfraquecia a convivência familiar, que deveria ser calorosa e afetiva.⁷¹ Na tentativa de frear a influência conservadora dos discursos católico e positivista, os liberais buscaram incentivar a promoção da mulher na sociedade defendendo a sua inclusão nos mundos da cultura, da educação e da prática de atividades físicas, além do acesso aos cursos superiores.

⁷¹ AZZI, 1987.

Por último, Azzi⁷² se refere ao movimento socialista, que se concentrou na luta pelas causas trabalhistas e não formulou nenhuma teoria ou modelo de família que tenha tido destaque ou influência no cenário nacional. Mas sua importância consiste no fato de ter adotado o modelo de família católico e positivista, difundindo a ideia de homem provedor e responsável pelo lar, e da mulher responsável pelo cuidado da unidade doméstica e da moral familiar. Mesmo nas famílias nas quais o trabalho feminino era necessário para o complemento de renda, esse modelo era reproduzido como ideal a ser alcançado.

Azzi⁷³ afirma que é inegável que as correntes positivistas e católicas tiveram maior penetração no cotidiano das pessoas via manuais de moral e cívica, e pela adesão do movimento socialista ao modelo de família por eles proposto. Por sua vez, Besse⁷⁴ ainda observou que, apesar do discurso progressista, muitos dos mais importantes propagadores das ideias liberais, na prática, ainda viviam sob o modelo católico positivista de divisão de papéis sociais, relegando aos filhos uma educação fundamentada em padrões conservadores. Efetivamente, pode-se dizer que os padrões e normas que permeavam os papéis sociais de gênero no Brasil não sofreram fortes alterações entre o final do século XIX e meados do século XX, uma vez que as atribuições de homens e mulheres ainda conservavam fortes traços do período anterior. Todavia, apesar de no período não se observar grandes transformações nos padrões sociais das atribuições de homens e mulheres, destaca-se que as ações de grupos dominantes e a adesão das famílias operárias aos projetos católico e positivista, garantiram a difusão dos modelos rígidos de papéis sociais. Contribuíram também para a efetivação do controle social sobre camadas da população brasileira que, até então, lidavam apenas com a reprovação moral das elites urbanas e das instituições eclesásticas.

Besse⁷⁵ destaca que, além dos que aderiram o modelo de família republicano baseado em seus modelos rígidos de papéis sociais de gênero, o Estado, a Igreja e a burguesia industrial trataram de vigiar, controlar e punir os que apresentavam comportamento desviante dessa regra. No âmbito político, o governo não apenas tratou de incentivar a contração de casamento e geração de filhos, mas criou

⁷² AZZI, 1987.

⁷³ AZZI, 1987.

⁷⁴ BESSE, 1999.

⁷⁵ BESSE, 1999.

medidas coercitivas para a efetivação dos papéis sociais rígidos, por exemplo, a criação de leis “protetoras” no Código Civil de 1916 que limitavam o espaço da mulher no mercado de trabalho, exigindo a autorização do marido para que ela exercesse atividades fora do lar. Já os representantes da Igreja se valeram de redes de organizações leigas que difundiram o seu modelo de família. Por último, os donos de indústria tratavam de controlar a vida doméstica de seus empregados nas vilas operárias.

Com isso, as relações entre esses homens e mulheres passam a ser alvo da vigilância social e as exigências para que os casais se enquadrassem no modelo de família da época também se intensificaram. Mesmo o trabalho feminino ainda sendo uma realidade para os segmentos mais pobres da população, o sentimento acerca do ideal de família passou a fazer parte do imaginário dessas pessoas, no qual existia um objetivo a ser alcançado.

Antonia de Lourdes Colbari⁷⁶ identificou que, nas famílias operárias da época, era muito comum que as mulheres só trabalhassem até o advento do primeiro filho, ou até que a compra da casa própria se concretizasse. A autora destaca que no imaginário operário da primeira metade do século XX o trabalho da mulher tinha caráter auxiliar na renda da família e deveria ser temporário, não devendo interferir nos deveres de esposa e de mãe. Diferentemente das mulheres do período pré-republicano, a operária da República, na maioria dos casos, não fazia uso da liberdade que uma fonte de renda poderia lhe proporcionar, mas investia na construção de uma família aos moldes rígidos da época. Mesmo as mulheres e as jovens que rompiam a barreira da esfera doméstica, muitas delas por meio da educação profissional que começou a ser oferecida timidamente em estabelecimentos de ensino protestante, e as que se dedicavam às suas carreiras, ou que se recusavam a seguir os modelos conservadores de comportamento; ainda sofriam grandes represálias. Carla Bassanezi Pinsky⁷⁷ destaca que embora fosse possível gozar de maior liberdade em meados do século XX, as mulheres ainda sofriam com os desdobramentos do estabelecimento de papéis sociais de gênero rígidos. A autora chama atenção para os costumes da época; a sociedade ainda

⁷⁶ COLBARI, A. de L.. **Ética do trabalho**. São Paulo: Letras e Letras; Vitória-ES: FCAA-UFES, 1995.

⁷⁷ PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In. PEDRO, J. M.; PINSKY, C. B. (orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, p. 469-512, 2012.

classificava moças como apropriadas ou não para o casamento, dizia-se ser uma boa esposa aquela que se dedicava ao lar e a família, definia-se que uma mulher poderia ser trabalhadeira, empenhada em suas atividades domésticas, abrindo uma exceção para o trabalho feminino temporário, de caráter auxiliar na construção do lar ideal.

Deve-se destacar que a reforma do casamento não consistiu apenas na reafirmação rígida dos papéis sociais de gênero, mas também na mudança de algumas perspectivas conservadoras. Segundo Besse⁷⁸, era consenso que o autoritarismo masculino, herdado da família extensa rural, era também um dos motivos para a “crise matrimonial” que afligia a Nova República. Tanto positivistas quanto liberais, e principalmente feministas, que conquistaram espaço em veículos de comunicação da época, denunciavam esse problema e afirmavam ser necessário que o casamento adquirisse novos ares de igualdade, mesmo que ela fosse apenas aparente. Os positivistas, por exemplo, mesmo advogando pela hierarquização nas relações entre homens e mulheres na busca pelo casamento higiênico e racional, afirmavam ser necessário que elas agissem movidas por um senso de ação próprio e não fossem enclausuradas pelo autoritarismo de seus maridos, e que esses deveriam, sempre que possível, ceder ao posicionamento feminino em questões menores, na maioria das vezes ligadas ao lar e a família, contribuindo assim para a harmonia da família e criação dos filhos.

Observa-se, paradoxalmente, que mesmo com a acentuação das disparidades na divisão dos papéis sociais de gênero, as primeiras décadas do século XX também foram marcadas por uma tímida, porém importante diminuição do poder masculino sobre a mulher dentro da família. A legislação, mesmo que não tenha abandonado a ideia do homem como chefe e provedor do lar, no Código Civil de 1916 concede formalmente as reivindicações feministas ao promover a mulher, no casamento, a “companheira consorte, e auxiliar nos encargos da família”, reconhecendo a importância do papel por elas desempenhado na construção da família republicana brasileira.⁷⁹ Mesmo que o período seja marcado pela disseminação do conservadorismo no modelo familiar, faz-se necessário destacar que também

⁷⁸ BESSE, 1999.

⁷⁹ BESSE, 1999, p.67.

houveram mudanças nas relações de gênero, que fomentaram a significativa ressignificação do papel social da mulher que ocorreu a partir da década de 1950.

2.3 FEMINISMO, RESSIGNIFICAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO

Uma vez estabelecido que até a primeira metade do século XX a divisão de papéis sociais de gênero no Brasil foi marcada pela continuidade da hierarquia sexual, é mister que se destaque as transformações que ocorreram na metade final do centenário. Segundo Pinsky⁸⁰, o trabalho remunerado feminino, apesar de não recomendável, era uma realidade cada vez mais presente. O mesmo se verifica na educação formal e profissional das mulheres, que vão conquistando cada vez mais o seu espaço nas escolas e universidades, assim como em profissões ligadas ao setor terciário da economia.

Esse contexto de extremas transformações e conquistas do mundo feminino foi norteado pela segunda fase ou, como muitas autoras denominam, segunda onda do feminismo. Além da luta por conquistas de direito e espaço para as mulheres, o movimento feminista questionou as relações de dominação estabelecidas em nossa sociedade, desconstruindo padrões há muito estabelecidos e promovendo significativa mudança no tecido social e político da sociedade brasileira. No contexto mundial, o feminismo se inseriu no grupo de movimentos sociais que se destacaram durante a década de 1970. Para Céli Regina Pinto⁸¹ esse movimento é reflexo de uma geração nascida durante a Segunda Guerra Mundial ou no pós-guerra, que buscava rechaçar o modelo de sociedade construído sob as ruínas do conflito armado que dividiu o mundo entre a ilusão do capitalismo americano e o idealismo do socialismo soviético. A autora destaca o caráter revolucionário desses grupos, sejam eles os *hippies*, *beatniks* ou os manifestantes nas ruas de Paris em maio de 1968, que tinham como mote o questionamento dos valores conservadores da sociedade e, principalmente, das hierarquias sociais.

Nos anos 1970, o feminismo da segunda onda emerge no Brasil. Embalado pelo cenário internacional, mas também pelo contexto local de forte urbanização e latente

⁸⁰ PINSKY, C. B.. A era dos modelos fluidos. In: PEDRO, J.M.; PINSKY, C. B. (orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p.513-544, 2012.

⁸¹ PINTO, C. R. J.. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

processo de industrialização que transformou rapidamente as dinâmicas sociais estabelecidas durante o início do século XX. Rago⁸² destaca que a instauração de uma ditadura militar no ano de 1964 fomentou uma cultura de resistência no país capitaneada principalmente por grupos de esquerda, os quais contavam com relevante presença feminina em seus quadros. Eram mulheres, a maioria oriunda das camadas médias da população e das universidades, que buscavam levantar a questão da opressão feminina e denunciar o machismo na sociedade brasileira por meio de grupos organizados. Pedro⁸³ aponta que essas mulheres criaram grupos de reflexões como método de divulgação de temas feministas.

Várias mulheres que integravam esse movimento eram mulheres que tinham viajado com seus maridos para o exterior fugindo da ditadura militar, outras eram professoras universitárias que também haviam deixado o país. Elas tiveram contato com o feminismo americano e europeu e, ao retornarem ao Brasil, implantaram a mesma estratégia de militância e divulgação do movimento no país. Formaram grupos que deram origens a periódicos como “Nós Mulheres”, “Mulherio”, “Brasil Mulher”, entre outros, que se encarregaram de publicar e divulgar as ações dessas mulheres, as ideias e bandeiras feministas, fazendo com que o movimento se expandisse e ganhasse mais visibilidade.

No ano de 1975, a campanha global encampada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que elegeu esse ano como o Ano Internacional da Mulher, promoveu conferências e debates sobre as temáticas femininas e os problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade. Nesse período, o movimento feminista ganhou ainda mais visibilidade ao promover eventos públicos para a discussão acerca das questões femininas na sociedade brasileira, que abarcavam questões ligadas ao lugar da mulher na sociedade, sua sexualidade feminina, seu cotidiano e seu trabalho, assim como a questão do aborto e a violência contra a mulher, entre outras temáticas.

Além disso, as ações desse importante movimento social não ficaram contidas nos atos públicos que tinham como alvo a sociedade civil. O movimento feminista também se destacou no cenário político do país, quando passou a intervir de forma

⁸² RAGO, 2003.

⁸³ PEDRO, J. M.. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, p. 238-259, 2012.

ativa politicamente junto ao Estado a partir de 1979, na onda de redemocratização do país. Suely Souza de Almeida⁸⁴ destaca que o movimento de anistia, formado em sua maioria por mulheres, foi a porta de entrada do feminismo na política nacional e deu origem a grupos que atuaram junto ao poder público na busca de direitos e políticas públicas voltadas para o sexo feminino, o que ficou conhecido como o *Lobby do Baton*. O trabalho dessas feministas na política nacional resultou em uma série de ações e políticas públicas, como a criação de órgãos participativos nos estados, que tinham como finalidade formular políticas públicas voltadas para a questão da mulher na sociedade. No âmbito federal, o primeiro presidente civil após vinte anos de regime militar inaugurou o Conselho Nacional de Direito das Mulheres (CNDM), primeiro órgão federal a tratar exclusivamente de direitos femininos e encarregado de pensar políticas públicas voltadas para as mulheres.

Pinto⁸⁵ enfatiza que, entre as décadas de 1970 e 1980, a visibilidade do movimento feminista, sua atuação na sociedade e o processo político nacional resultaram na criação de fortes grupos temáticos. Entre eles, os que tratavam da violência contra a mulher tiveram mais destaque. Esse destaque fez com que as bandeiras feministas voltadas para a questão da violência ganhassem ainda mais relevância e impacto na sociedade civil.

Essa movimentação do feminismo junto à sociedade foi fundamental para o reconhecimento da violência contra a mulher como um problema social. Giani Cristini Boselli⁸⁶, baseada nas teorias de Lenoir, afirma que para que um fenômeno seja encarado como um problema social é imprescindível que um grupo exerça pressão sobre a expressão pública, destacando o problema no contexto social. Ou seja, faz-se necessário que um grupo esteja disposto a incluir a temática no debate público para que o fenômeno seja encarado como um problema social. O desafio do feminismo foi, então, retirar da obscuridade os casos de violência contra a mulher que aconteciam na privacidade do lar, e colocar tal problemática diante da sociedade brasileira.

⁸⁴ ALMEIDA, S. S. de. **Feminicídio: algemas (in)visíveis do público-privado**. Rio de Janeiro: Reinverter 1998.

⁸⁵ PINTO, 2003.

⁸⁶ BOSELLI, G. C.. Instituições, gênero e violência: um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Criminal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

Somando as ações de combate à violência contra a mulher, fomentadas por instituições internacionais, como as Nações Unidas, à divulgação de grandes casos de assassinatos de mulheres noticiados pela mídia; os grupos feministas voltados para o combate à violência iniciaram no país uma grande campanha abordando a questão. O caso emblemático do assassinato da *socialite* Ângela Diniz, no ano de 1976, foi um dos maiores exemplos da atuação feminista no período. Seu executor, o rico empresário Doca Street, não aceitava o fim do *affair* que mantinha com Ângela, e resolveu por fim a vida dela. Durante o julgamento de seu assassino, a imagem de mulher separada, livre e fora dos padrões de conduta da época foi utilizada pela defesa de Street, desqualificando Ângela e sustentando a tese de que seu assassinato foi legítima defesa da honra do seu amante. O grande interesse da imprensa sobre o caso fomentou o debate no país. Quando Street foi inocentado em um primeiro julgamento, o movimento feminista se articulou a uma parcela significativa da população inconformada com a impunidade do autor em campanhas para o combate a violência e a punição de seus autores, demonstrando indignação frente à decisão judicial. O clamor popular resultou em um novo julgamento, em 1977, no qual Street foi considerado culpado e sentenciado. Esse é um dos vários exemplos de grandes casos de violência contra a mulher que ganharam espaço no noticiário da época e consequentemente deram visibilidade à questão da violência contra a mulher como problema social.

A atuação feminista junto à esfera civil para o reconhecimento da violência como um problema social, somada as ações de ordem política junto ao poder público resultou na criação de políticas públicas voltadas ao combate dessa questão. Resultado dessas ações, no estado de São Paulo e no estado do Espírito Santo, em 1985, foi criada a primeira delegacia voltada para o atendimento exclusivo de mulheres vítimas de violência, denominada Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Em todo o Brasil, nos anos seguintes, várias outras unidades da DDM foram implementadas. A criação dessas delegacias representou um marco no combate à violência contra a mulher, não só por ser uma política pública pensada por um movimento social e executado pelo poder público, mas pelo reconhecimento da violência doméstica como um problema de ordem política.

Mais que uma medida afirmativa que deu visão ao problema da violência doméstica, a criação das DDMs, depois Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher

(DEAMs), exerceu forte impacto no tocante ao ato de denunciar os casos de violência contra a mulher, uma vez que a denúncia contra o agressor é uma situação problemática. Somando-se à fragilidade emocional enfrentada pela vítima, consequência das relações de poderes exercidas pelo ato de violência que a objetificam, inferiorizam e ferem a sua alteridade enquanto indivíduo, a mulher vítima de violência doméstica entra em conflito no momento da denúncia uma vez que o autor, na grande maioria dos casos, convive ou faz parte do dia-a-dia dessa mulher. E nos casos de violência conjugal, aquela que é perpetrada pelo indivíduo com o qual a vítima possui relação afetiva, esse quadro é ainda mais problemático, pois perpassa o conflito de admitir que sua essa relação é marcada pela violência e seu autor é personificado pela pessoa com a qual a vítima firmou uma relação sentimental.

3. CAPÍTULO II

MASCULINIDADE, TRABALHO E DOMINAÇÃO

Nesta pesquisa, ao se propor o estudo da violência contra a mulher sob a perspectiva de gênero, faz-se necessário que se dedique um espaço para a discussão da masculinidade e o papel que ela desempenha nesse processo. Acredita-se que, por serem categorias relacionais, a formação das identidades masculina e feminina e as diferenças que elas apresentam, são constituidores das relações do poder que se desenvolvem nas relações entre os sexos. Todavia, destaca-se que essas diferenças não são de ordem natural, mas sim construções sociais e mutáveis conforme o tempo e o lugar que se encontram.

Define-se masculinidade como o conjunto de atribuições, características e comportamentos que se espera de um indivíduo do sexo masculino. No tocante a identidade masculina na contemporaneidade, para Ellen Hardy e Ana Luisa Jiménez⁸⁷, os dicionários gramaticais, ao definirem o termo masculinidade como a qualidade de viril e forte, convencionam que as qualidades masculinas, ou ligadas à masculinidade, perpassam toda uma ideia de superioridade, força e dominação. Entretanto, o estabelecimento do que vem a ser masculinidade está longe de ser tão simples. Paulo Roberto Ceccarelli⁸⁸ afirma ser impossível condensar tanto o peso da masculinidade como da feminilidade em poucas palavras. Todavia, não é raro deparar-se com tentativas de definições dessas duas categorias fundamentadas em determinismos biológicos, com o intuito de explicar características, tanto femininas, quanto masculinas. Importante salientar que, ao se utilizar do sexo biológico para orientar a definição de comportamento, enclausuram-se essas teorias a um sistema binário que deve se repetir em diferentes locais e ao longo da história.

Aceitando-se que o masculino representa a força, a razão e é o dominante por natureza, deve-se concluir que durante todo o curso da história, e em todas as sociedades, sem exceção, esse deveria ser o padrão encontrado, uma vez que essas seriam as características inatas ao homem. Da mesma forma, o feminino

⁸⁷HARDY, E.; JIMENEZ, A. L..**Masculinidad y Género**. Revista Cubana Salud Pública. v.27 n.2 Ciudad de La Habana jul.-dic., p.349-367 2001.

⁸⁸ CECCARELLI, P. R.. **A Construção da Masculinidade**. Percurso, São Paulo, Vol. 19. 1998. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=272>, acesso em 10 de jun de 2015.

deveria seguir o mesmo padrão, mas com traços diferenciados, baseados na fragilidade, na predominância da emoção sobre a razão. Contudo, “as mulheres da idade da pedra possuíam a graça e o recato daquelas que Cervantes descreve em seu Don Quixote?”⁸⁹. Diante de tal questionamento, acredita-se ser um equívoco a sexualização de atributos que pouco ou nada tem a ver com o sexo biológico dos indivíduos. Segundo Ceccarelli⁹⁰, Sigmund Freud, mesmo reproduzindo modelos sociais de sua época, foi um dos primeiros a sinalizar que as definições de feminino e do masculino deveriam ser feitas sem que se relacionassem essas duas categorias a determinismos biológicos. Ceccarelli⁹¹ destaca que, na visão freudiana, as identidades masculinas e femininas não se submetem à anatomia, mas sim a processos mais complexos que ele próprio não conseguiu tratar com profundidade em sua obra, principalmente no tocante ao universo feminino.

É inegável que, biologicamente, homens e mulheres possuem diferenças anatômicas e hormonais. Todavia, essas disparidades não são suficientes para definir o que é a masculinidade ou a feminilidade. Diante de tais fatos, neste trabalho advoga-se pelo entendimento dessas categorias enquanto construções sociais sem caráter permanente nos seus significados, e manifestações em diferentes períodos históricos e culturas.

Em se tratando de masculinidade, Elisabeth Badinter⁹², ao explorar o universo da masculinidade em diferentes cenários históricos, auxilia na desconstrução da concepção de que a masculinidade seria algo inerente ao homem, que se daria de forma *natural*. A autora, fazendo uso da Antropologia, destaca que a construção do masculino e do feminino está ligada a ritos de passagem pelos quais os indivíduos são submetidos ao longo de suas vidas. No que diz respeito às mulheres, esse rito de passagem está estritamente ligado à sua biologia. Na maioria das sociedades a ocorrência da primeira menstruação é simbolicamente responsável pela entrada da menina no mundo adulto. Iniciando a sua nova fase de vida, na qualidade de mulher, sua feminilidade vai se desenvolver juntamente com a capacidade de gerar a prole, ou seja, o rito de passagem feminino está estabelecido por uma etapa comum e

⁸⁹CECCARELLI, 1998.

⁹⁰CECCARELLI, 1998.

⁹¹CECCARELLI, 1998, *on-line*.

⁹²BADINTER, E..XY: sobre a identidade masculina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

orgânica a toda mulher. Mas o mesmo não ocorre ao se tratando do sexo masculino, uma vez que não existe em sua biologia um fenômeno orgânico no qual possa se justificar o rito de passagem e florescimento da masculinidade.

Diante desse quadro, Badinter⁹³ afirma que “o homem deve ser feito”, e o caminho é a educação. Nesse cenário, após a primeira menstruação, a feminilidade não será passível de ser negada à mulher, não sendo preciso reafirmá-la. Todavia, a masculinidade se constitui em um processo constante de provas às quais o homem é submetido e deve a todo o momento provar seus atributos masculinos.⁹⁴ A falta de um ponto *natural* que marcaria o rito de passagem do menino para o mundo dos homens fez com que muitas sociedades construíssem símbolos e ritos para marcarem a iniciação masculina.

Em diversas sociedades patriarcais ritualísticas, Banditer⁹⁵ identificou que “a masculinidade é um desafio que eleva todos os meninos pela força dos rapazes mais velhos”. Ao passarem por provas cruéis de força os meninos podem se sentir homens, abandonando o estado primitivo do mundo feminino. A autora divide a iniciação em três etapas, comuns a maioria dos ritos de passagem. A primeira etapa consiste na interrupção de todo contato com o mundo feminino, a segunda é o isolamento para moldar a independência e a terceira e última é a aplicação de provas cruéis que servem para que o menino demonstre que abandonou a infância ao afirmar a sua virilidade. Ao concluir esses rituais, “as cicatrizes deixadas no corpo são testemunhos intangíveis desta mudança de estado, operada de uma vez por todas, sabida e vista pelos homens da tribo”⁹⁶. Nas sociedades nas quais esses ritos são praticados, ser homem está além de nascer com um pênis, é um *status* obtido quando o seu portador mostra-se viril e guerreiro.

É importante notar que, mesmo não possuindo um rito de passagem *natural*, sendo então implantado o processo ritualístico de construção da masculinidade, algumas

⁹³ BADINTER, 1993, p. 69.

⁹⁴ Ao se afirmar que a feminilidade não será negada à mulher após a ocorrência do ciclo menstrual não se exclui a demanda do modelo de papel social a ser por ela desempenhado, uma vez que o controle social ainda vai regular o comportamento feminino, como exposto anteriormente. A diferenciação que faz-se aqui diz respeito a constituição dos atributos necessários ao homem para reafirmar sua masculinidade, que não se encontram pautados em um processo biológico, mas sim comportamental. Se “ser mulher” é, em muitos casos, definido pelo ato de menstruar, ser homem significa se provar homem a todo momento.

⁹⁵ BADINTER, 1993, p.71.

⁹⁶ BADINTER, 1993, p.74.

dessas sociedades ainda sentiram a necessidade de incorporar em seus rituais práticas que simulam uma relação biológica na constituição do homem másculo. Entre os Sâmbias da Nova Guiné, por exemplo, o processo de formação masculino é acompanhado pela ingestão de esperma, pois eles acreditam que apenas dessa forma o menino poderá ser capaz de também gerar os fluidos masculinos e mais tarde poderá ser o doador do esperma aos mais novos, desde que não tenha tido relações sexuais com uma mulher, o que o contaminaria.⁹⁷ De forma semelhante, as civilizações clássicas também adotaram essas práticas, e Bandinter as denomina de “pedagogia homossexual”.

Ainda segundo Badinter⁹⁸, as sociedades que construíram o rito de passagem masculino baseados em uma educação homossexual consideravam que o amor de um homem pelo outro o tornava mais masculino, uma vez esse amor levaria o indivíduo a igualar-se ao outro e, do contrário, o amor a uma mulher o levaria a ser igual a ela, se tornando “efeminado”. O rito de passagem nessas sociedades se configurava por uma relação homossexual entre o menino, que deveria ser ensinado a como ser homem, e o seu erasta, que sendo mais velho seria responsável pela formação masculina de seu erômena. A crença era de que a virilidade era transmitida por meio do contato íntimo, que ensinava ao menino a essência masculina de dominação, tornando-o apto para o exercício de seu papel de homem. Todavia, após se completar o período de formação de sua masculinidade as relações homossexuais passivas com homens de igual valor social, eram completamente rechaçadas, sendo também desafio do tutor o ensino na heterossexualidade ao menino que, até então, se restringiu a relações homossexuais.

Na presente realidade social, essas formas de se construir a masculinidade parecem distantes, pois, à primeira vista, esses ritos foram abandonados, não acontecendo de forma sistemática na formação masculina. Banditer⁹⁹ conclui que o desaparecimento desses ritos está relacionado com o surgimento das sociedades industriais. No momento em que a unidade doméstica separa-se da unidade de

⁹⁷ CECCARELLI, 1998.

⁹⁸ BADINTER, 1993.

⁹⁹ BADINTER, 1993.

produção, a figura paterna também foi arrancada do convívio familiar.¹⁰⁰ Até o século XVIII, homens e mulheres trabalhavam juntos, seja no comércio, na terra ou no mercado, muitas vezes com o auxílio dos filhos. O avanço da industrialização dividiu a esfera social entre o trabalho (esfera pública) e a casa (esfera privada). Essa divisão fez com que a figura paterna, responsável pelo provimento do lar, se tornasse cada vez mais distante da família, e que o contato do filho com o pai fosse reduzido de forma drástica; ao passo que a vivência com o mundo feminino, através da mãe, tivesse aumento exponencial. Esse afastamento afetou de forma considerável o poder patriarcal, pondo fim à imagem do “patriarca todo poderoso que dita a lei para a mulher e os filhos”¹⁰¹. Nesse período, Banditer¹⁰² observou a redefinição do que viria a ser masculinidade, tendo a força e a honra sido substituídas pelo trabalho, sucesso e o dinheiro, o que justificaram a ausência paterna na família.

Buscando compreender o processo que envolve a transformação dos ideais de masculinidade, neste capítulo buscar-se-á entender também como se dá a construção da categoria gênero na contemporaneidade e como tal entendimento se relaciona com a violência contra a mulher. No primeiro momento pretende-se, por meio de um debate teórico, defender o uso do patriarcado enquanto conceito para o entendimento da dominação masculina ainda presente em nossa sociedade na forma de um patriarcado contemporâneo. Utilizando-se desse viés de análise, a segunda parte do capítulo almeja o entendimento da formação masculina na contemporaneidade, e a importância que o trabalho ocupa nesse processo. Em seguida, procurar-se-á estabelecer de que forma a entrada da mulher no mercado de trabalho afetou as relações familiares e a relação do homem com sua masculinidade e o trabalho. O capítulo finaliza com a análise do desemprego enquanto constituidor de (des)identidade masculina, estigma e motivador da violência contra a mulher.

¹⁰⁰ Sobre o assunto ver: MARTIN-FUGIER, A.; PERROT, M.. Os ritos da vida privada burguesa. In, PERROT, M. (org). **História da vida privada**, vol. 4. São Paulo: Ed. Schwarcz, p. 176-245, 1991.

¹⁰¹ BANDITER, 1993, p.89.

¹⁰² BANDITER, 1993.

3.1 O PATRIARCADO CONTEMPORÂNEO

Nader¹⁰³ destaca que o homem, durante milênios considerado “o representante mais perfeito da humanidade”, serviu de referência para diversos campos da política, da história e da ciência, sendo utilizado como modelo nas mais diversas culturas. Os idiomas clássicos antigos, por exemplo, trataram a palavra homem como resumidora do significado de humanidade, uma herança que a língua portuguesa ainda carrega. A utilização do homem enquanto categoria universal sempre obedeceu a um discurso permeado pelo interesse na manutenção do *status quo* masculino nas sociedades as quais eles representam a figura central do poder. Uma vez que, por milhares de anos, foi o homem quem esteve à frente do desenvolvimento das áreas sociais, políticas, econômicas e científicas, ele tratou de aliar os discursos reguladores de forma a beneficiar a sua posição dominante na sociedade.

Desde o mundo antigo, os mitos e deuses já preconizavam a superioridade masculina e sua perfeição em detrimento da imperfeição e inferioridade feminina. A cultura judaico-cristã se encarregou da manutenção deste discurso por meio, por exemplo, da simbologia de Eva, que não possuindo os atributos de Adão, feito à imagem e semelhança do criador, não resistiu à tentação e cometeu o pecado original condenando toda a humanidade, da mesma forma que Pandora o fez na mitologia grega. Para além dos discursos míticos e religiosos, os primeiros passos da ciência ocidental também asseguraram que a superioridade masculina fosse mantida. Os estudos iniciais da anatomia feminina foram categóricos em assumir que os órgãos reprodutivos e sexuais das mulheres eram versões invertidas ou imperfeitas dos órgãos masculinos.

Mesmo com o avanço da ciência, que cada vez mais tem derrubado teorias que diferenciam hierarquicamente homens e mulheres, e com as conquistas femininas na busca pela equidade entre os gêneros, observa-se a permanência de um imaginário masculino e uma prática social que justificam a dominação masculina sobre a mulher na contemporaneidade. Apesar da controvérsia em torno de seu uso, o conceito de patriarcado pode ser aplicado para auxiliar na compreensão dessas permanências. Inicialmente, no seio do debate feminista da década de 1960, o patriarcado emergiu como um conceito para referenciar um modelo de sociedade

¹⁰³ NADER, 2002.

que sistematicamente beneficia os homens em detrimento das mulheres. Todavia, para que seja possível compreender a razão da controvérsia do seu uso, é preciso remeter aos primeiros estudos acerca do conceito.

Ainda no século XIX, Federich Engels¹⁰⁴ teorizou acerca da dominação do homem sobre a mulher como processo adjunto do estabelecimento da propriedade privada e da descoberta da participação do homem no processo reprodutivo desde a pré-história. Para o autor, o acúmulo de propriedade gerou a necessidade de controle da sexualidade feminina, via monogamia, como forma de dominação. O objetivo era assegurar a patrilinearidade da família, não permitindo que os bens de um homem fossem transferidos para a posse do filho de outro homem. Desta forma, Engels advoga a família como centro do poder patriarcal, onde não necessariamente o poder se restringe a figura paterna, mas sempre ao homem. Todavia, ele restringe o patriarcado à esfera familiar fazendo o seu uso apenas na forma substantiva do termo, como em família patriarcal, na qual indivíduos livres, ou não, se submetem ao poder paterno do chefe. A conceituação de Engels¹⁰⁵ se restringiu a uma análise materialista do patriarcado, focando-se no aspecto econômico e familiar, o que limitou o uso de suas teorias. Uma vez que o estudo do patriarcado na contemporaneidade envolve muito mais uma análise da estrutura social e política, um estudo restrito a conceitos econômicos e ao universo familiar não é suficiente para o entendimento desse conceito na organização social.

Max Weber¹⁰⁶ também teorizou acerca do patriarcado e, ao contrário de Engels, o entende como um modelo típico-ideal para a explicação de fenômenos reais. Weber¹⁰⁷ identificava o patriarcado como sistema político e econômico baseado na dominação tradicional e concentrado na esfera familiar, sendo aplicável apenas a modelos de organização social mais simples e anteriores à formação de um Estado. O discurso weberiano sobre o patriarcado tem levado a rejeição do termo em pesquisas sobre as relações de gênero, sob a alegação de que não seria suficiente para explicar as relações de dominação masculina.

¹⁰⁴ ENGELS, F.. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 16 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

¹⁰⁵ ENGELS, 2002.

¹⁰⁶ WEBER, M.. **Economia e sociedade**. Brasília. EDIUNB. 2006. VOL. 1º.

¹⁰⁷ WEBER, 2006.

Scott¹⁰⁸, ao destacar a aplicação inicial do termo por pesquisadoras feministas que o utilizavam como viés explicativo das desigualdades sexuais, afirma que muitas delas eram feministas radicais, e defendiam que a dominação patriarcal se embasava na “necessidade masculina de dominar a mulher”¹⁰⁹, utilizando-se do sistema de reprodução para tanto. Scott destaca dois problemas quanto a esse modelo explicativo. O primeiro é que essa aproximação pouco avança no sentido de mostrar como as desigualdades de gênero estruturam todas as outras formas de desigualdades, assim como não contempla a influência das relações de gênero em outros domínios que, superficialmente, não aparentam ter qualquer ligação com as estruturas de poder estabelecidas nas relações de gênero. Já o segundo diz respeito às buscas das diferenças fundamentais pelo fator biológico, focando novamente como base de argumentação a reprodução, que tem caráter universal e imutável, o que desconsidera os fatores de construção social e cultural, fundamentais nas relações de gênero.

Elizabeth Souza Lobo¹¹⁰ também argumenta a desconsideração da construção social quando se faz uso do patriarcado como método explicativo. A autora justifica sua posição ao afirmar que os trabalhos acadêmicos que abordaram a divisão sexual do trabalho o fizeram relacionando-a à ordem patriarcal como fator determinante desta relação. Esse tipo de análise negligenciaria os fatores históricos e culturais envolvidos no processo de divisão sexual do trabalho, recaindo no erro da determinação biológica nas relações de gênero.

Já Mary Castro e Lena Lavinias¹¹¹ afirmam que o uso adjetivo do termo, por exemplo, no conceito de família patriarcal, remete à concepção weberiana de patriarcado enquanto estrutura que deveria apenas ser aplicada a sociedades mais simples, não servindo para análises da sociedade contemporânea. As autoras ainda chamam a atenção para o uso heterogêneo do termo, que é aplicado em vários níveis diferentes da organização social. Dessa forma, o patriarcado não teria função

¹⁰⁸ SCOTT, 1995.

¹⁰⁹ SCOTT, 1995, p.75.

¹¹⁰ LOBO, E. S..O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

¹¹¹ CASTRO, M. G.; LAVINAS, L.. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

de conceito, podendo ser utilizado apenas como “referência implícita e sistemática da dominação sexual” ¹¹².

Do outro lado deste debate, as autoras que defendem o uso do patriarcado no processo de explicação das desigualdades e hierarquias de poder entre homens e mulheres, o fazem destacando restrições que devem ser aplicadas neste processo. Saffioti¹¹³ alega que o uso do patriarcado pelas primeiras pesquisadoras feministas não remete à visão weberiana do termo, pois elas não acreditavam ser possível fundamentar o patriarcado apenas na esfera familiar, como propunha Weber¹¹⁴, nem desconsideravam as mudanças sociais e culturais no curso da história. A autora define patriarcado como sendo um processo de dominação e exploração da mulher pelo homem, no qual a legitimação da hierarquia estabelecida entre os sexos encontra sua base em diferenças biológicas e sexuais. Acredita ainda que ele perpassa vários âmbitos da estrutura social, estando presente tanto na esfera privada como na pública, além de estar também inserido no inconsciente individual e coletivo de homens e mulheres. Ao contrário de Casto e Lavinias¹¹⁵, Saffioti¹¹⁶ acredita que a heterogeneidade de aplicações do patriarcado enquanto sistema de dominação, que transcende as esferas da vida e organização social, é o que torna o seu uso frutífero. A autora complementa ainda sua defesa ao uso do termo afirmando que a aplicação do conceito não significa a desconsideração da análise de gênero nas pesquisas, sendo indicado o uso das duas categorias, não ocorrendo clivagem de uma em relação à outra.

Sylvia Walby¹¹⁷ tem uma aproximação acerca do patriarcado muito similar a de Saffioti¹¹⁸, sendo forte defensora da manutenção do uso desse conceito. Uma vez que o significado do termo evoluiu ao longo dos anos e se distanciou cada vez mais da teoria weberiana, a autora argumenta que esse motivo para a descontinuidade do uso não se justifica. Ela define patriarcado como sendo “[...] um sistema da estrutura

¹¹² CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 238.

¹¹³ SAFFIOTI, H. I. B.. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

¹¹⁴ WEBER, 2006.

¹¹⁵ CASTRO; LAVINAS, 1992.

¹¹⁶ SAFFIOTI, 2004.

¹¹⁷ WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford : Blackwell, 1990.

¹¹⁸ SAFFIOTI, 2004.

e da prática social, no qual o homem domina, oprime e explora a mulher.”¹¹⁹ O uso do termo *estrutura social*, que a autora faz em sua definição, tem como objetivo deixar claro a importância das construções sociais, rejeitando a ideia de determinismo biológico e de que todos os homens estariam ocupando posições de poder, e todas as mulheres seriam por eles subordinadas.

Segundo Walby¹²⁰, o patriarcado seria, de forma abstrata, um sistema de relações sociais. Já na sua forma mais concreta, ele seria composto por seis estruturas que se relacionam e se anulam, sendo elas “o modo de produção patriarcal, as relações patriarcais no mercado de trabalho, as relações patriarcais no Estado, a violência masculina, as relações patriarcais na sexualidade e as relações patriarcais nas instituições culturais”¹²¹. Assim como Saffioti¹²², Walby¹²³ afirma que o patriarcado ainda pode ser encontrado nas mais diversas estruturas sociais e políticas com mais ou menos intensidade.

Ainda sobre o controverso uso do patriarcado, Carole Pateman¹²⁴ atenta para a existência de estruturas patriarcais ao longo da história e na falta de consenso sobre sua origem, forma e variáveis. Todavia, a autora alerta que a descontinuação do uso do conceito se traduz em perda para a teoria política feminista, uma vez que ela ficaria sem o conceito que trata especificamente da dominação das mulheres e expõe o poder exercido pelos homens que é legitimado exclusivamente pelo fato de serem homens.

Pensando os argumentos utilizados tanto contra, como a favor do uso do termo patriarcado, Lia Zanotta Machado¹²⁵ não se posiciona de forma contrária ao seu uso, mas faz severas restrições. Para a autora, a aplicação do termo patriarcado em sua forma totalizante, possuindo sentido fixo e universal, deve ser sempre evitado.

¹¹⁹ WALBY, 1990, p. 20. Tradução livre. Original em inglês: “[...] a system of social structures and practices in which men dominate, oppress and exploit women.”

¹²⁰ WALBY, 1990.

¹²¹ WALBY, 1990, p. 20. Tradução livre. Original em inglês: “the patriarchal mode of production, patriarchal relations in paid work, patriarchal relations in the state, male violence, patriarchal relations in sexuality, and patriarchal relations in cultural institutions.”

¹²² SAFFIOTI, 2004.

¹²³ WALBY, 1990.

¹²⁴ PATEMAN, C.. **The sexual contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

¹²⁵ MACHADO, L. Z... Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

Todavia, Machado¹²⁶ reconhece que também é possível observar relações patriarcais na contemporaneidade, mas a análise desses casos deve ser feita de forma muito bem definida, considerando toda a sua diversidade. Nessa perspectiva, após analisar as diferentes formas de manifestação do patriarcado, a autora propõe o uso do termo “Patriarcado Contemporâneo” para dar conta das diferenças e desigualdades de gênero, assim como das transformações e diversidades encontradas nas relações patriarcais das sociedades contemporâneas.

Mesmo aceitando a teoria da permanência das relações patriarcais na contemporaneidade, Machado¹²⁷ afirma preferir o uso do termo “relações de gênero” em detrimento de patriarcado, argumentando que o uso do termo nas análises sobre as desigualdades de gênero não dá conta de todas as transformações sociais por ser um totalizador. Nesse ponto, a autora novamente aproxima o patriarcado à teoria weberiana, reduzindo-o há um modelo único e universal de dominação por um indivíduo em sociedades de menor complexidade. Contudo, autoras como Saffioti¹²⁸ e Walby¹²⁹, por exemplo, mostram que além de possível, o uso do patriarcado por autoras feministas, na maioria das vezes, pouco tem relação com a teoria weberiana, uma vez que nega o determinismo biológico nas relações sociais e investiga as construções sociais contidas nas mais diferentes formas que o patriarcado pode assumir.

Considerando todo o debate em torno do uso do patriarcado nas pesquisas sobre as desigualdades de gênero, acredita-se que seu uso é ainda de extrema relevância para o campo. Aceita-se que desde o século XX o patriarcado tenha perdido espaço na sociedade brasileira. De fato, ao contrário do período colonial e da primeira metade do século XIX, o período republicano brasileiro é marcado pela extinção de um sistema de sociedade patriarcal. Esse sistema que estruturava nossa sociedade começou a desaparecer junto com a família extensa latifundiária patriarcal, a partir do desenvolvimento da indústria e do capitalismo. Tal desenvolvimento foi acompanhado pela entrada das mulheres nas linhas de produção; e o acesso à educação, tanto tradicional como profissionalizante, se democratizou com a participação cada vez mais expressiva das mulheres nos bancos escolares. A renda

¹²⁶ MACHADO, 2000.

¹²⁷ MACHADO, 2000.

¹²⁸ SAFFIOTI, 2004.

¹²⁹ WALBY, 1990.

feminina tomou maior importância no orçamento doméstico, e por vezes é a única fonte de sustento da família. Nader¹³⁰ ainda destaca que, na segunda metade do século XX somam-se aos fatores que contribuíram para a ressignificação do lugar da mulher na sociedade, os avanços dos métodos contraceptivos que, ao proporcionarem o controle e planejamento da natalidade, contribuíram para a mudança no perfil familiar do país, bem como a institucionalização do divórcio, que afrouxou os laços familiares e a emancipação da mulher promovida pelo feminismo.

É inegável que houve mudanças na dinâmica social e consequentemente na forma que o patriarcado se manifesta nas relações sociais. Todavia, Alves e Diniz¹³¹ ponderam que, apesar de todas essas transformações, o modelo patriarcal ainda permanece vivo no imaginário social, o que conflita com o novo lugar conquistado pela mulher na sociedade. Diante desse quadro, vê-se como é essencial a utilização do conceito na análise acerca da violência contra a mulher, destacando que esse uso diz respeito à noção de um patriarcado contemporâneo, incorporado as práticas sociais, como defende Walby¹³².

3.2 A DOMINAÇÃO MASCULINA E O TRABALHO COMO LEGITIMADOR

Tendo já estabelecido que nas sociedades industriais os ritos de passagem, que por muito tempo nortearam a construção da identidade masculina, foram sistematicamente abandonados; é importante ressaltar que eles não desapareceram por completo, fazendo-se presente, mesmo que de forma sutil, na constituição da identidade do homem. E, se a figura paterna foi afastada do convívio familiar, e seu poder sofreu relativo abalo se comparado ao período pré-industrial, isso necessariamente não significou o fim de sua dominação sobre a família, assim como também de sua influência na formação da identidade masculina de seus filhos. Apesar das mudanças, a ideia de papéis sociais de gênero ainda está presente nessa nova organização social, e começa a surgir cada vez mais cedo. Desde a descoberta do sexo do bebê os pais da criança já projetam sobre esse indivíduo o tipo de educação, os comportamentos que ele deve apresentar, entre uma infinidade de características que se espera dele. Uma vez que já se tratou do papel social

¹³⁰ NADER, 2001.

¹³¹ ALVES; DINIZ, 2005.

¹³² WALBY, 1990.

feminino anteriormente, a partir deste ponto volta-se a atenção para aspecto masculino dessa questão.¹³³

Os anos iniciais da vida de uma criança do sexo masculino são passados quase que exclusivamente na companhia de sua mãe, pois ele precisa de cuidados que supostamente apenas sua genitora é capaz de prover, como a alimentação. Hardy e Jiménez¹³⁴, corroborando com as ideias de Banditer¹³⁵ acerca das mudanças promovidas pela industrialização, acreditam que a função paterna nos primeiros anos de vida do menino é praticamente inexistente, uma vez que, ao sair do lar em busca do provimento da família, o homem se exime das funções paternas, relegando à mãe todos os cuidados do bebê. Ao fim dessa fase inicial, quando a criança já não mais necessita dos cuidados maternos, Hardy e Jiménez¹³⁶ afirmam que o menino passará por um processo de afastamento da feminilidade para a iniciação no mundo masculino promovido, seja por seu pai ou por alguma figura masculina que desempenhe essa função. Observa-se aqui a manutenção de uma das etapas dos antigos ritos de passagem que, embora não seja feita de maneira abrupta, ainda conserva a mesma dinâmica de ruptura com o feminino inicial para a construção da masculinidade.

Essa ruptura com o mundo feminino marca o começo da construção da masculinidade do menino. A figura masculina responsável por esse afastamento da mãe será fundamental nesse processo de formação da identidade, já que ao mesmo tempo em que substitui a proteção outrora oferecida pela mãe, também é ela quem vai iniciar as provas pelas quais o menino deve passar para construir e provar a sua masculinidade. É de extrema importância destacar que a referência à figura masculina/paterna é, neste trabalho, utilizada de forma figurativa para diferenciar as fases pelas quais a construção da masculinidade acontece, uma vez que aceita-se a teoria do psicanalista Serge Hefez¹³⁷ de que essa abdução do mundo feminino para o masculino é simbólica e pode ocorrer em uma diversidade de cenários. O autor, negando determinismos biológicos e oposições binárias, afirma ser possível que esse desligamento do universo feminino seja feito por uma mulher que se coloca no

¹³³ NADER, 2001.

¹³⁴ HARDY, E.; JIMENEZ, A. L., 2001.

¹³⁵ BANDITER, 1993.

¹³⁶ HARDY; JIMENEZ, 2001.

¹³⁷ HEFEZ, S.. **Homens no divã**. 1ª ed, São Paulo: Bencirá, 2013.

papel tradicionalmente masculino/paterno a fim de levar a cabo essa fase na produção da masculinidade. Sendo assim, pode-se destacar que a educação masculina na formação de sua identidade sobrevive até em cenários que, teoricamente, seriam desfavoráveis, como um menino filho de mãe solteira e que tenha pouco contato com o sexo masculino. Uma vez que a mãe, ou até outra mulher na família ou no círculo de convivência da criança, assume esse papel, estará garantida a manutenção desse modelo educativo de masculinidade.

É importante ressaltar que a construção da identidade, segundo Tomaz Tadeu da Silva¹³⁸, se dá primeiramente pelo estabelecimento de diferenças. Um menino só chegará à conclusão de que pertence ao sexo masculino e, portanto, terá identidade masculina, ao reconhecer tudo que é diferente dele e de seus iguais. As identidades de gênero, segundo Nader¹³⁹, tendem a serem as primeiras estabelecidas e também as mais estáveis. Dessa forma, ao longo da infância, o menino vai se identificar como homem ao se perceber diferente da menina, mas esse processo não pode ser caracterizado como uma experiência estéril e orgânica na qual as diferenças são notadas naturalmente, sem influências externas. Como já dito anteriormente, ao longo da história as construções sociais trataram de ditar o que veio a ser o masculino e o feminino, os discursos e práticas culturais foram os protagonistas desse processo de diferenciação para a constituição, tanto da masculinidade, quanto da feminilidade.

Para além da figura paterna/masculina, o círculo social também tem grande influência na formação da identidade do homem. Nas escolas, até nos bancos universitários, no seu convívio extrafamiliar, nas igrejas e nas interações sociais como um todo, o indivíduo do sexo masculino será apresentado a uma cultura de sexualização das relações sociais. Essa cultura exemplifica e qualifica as diferenças entre homens e mulheres por meio de processos sutis que contribuirão para moldar sua personalidade. As diferenças sexuais são transformadas em disparidades que dividem o mundo masculino do feminino, marcando profundamente a formação identitária desse indivíduo. Sendo essas práticas guiadas por discursos patriarcais, o menino passa a assimilar o sexo masculino como superior, forte, penetrante e capaz

¹³⁸ SILVA, T. T.. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹³⁹ NADER, 2002.

de dominar por ser guiado pela lógica e pela razão. Em oposição, aprende que as meninas são representantes de um segmento inferior, marcadas pela fraqueza e pelo sentimentalismo, são dominadas por suas emoções.

Em sua análise acerca da construção da identidade masculina, Hefez¹⁴⁰ observa que as explicações baseadas em determinismos biológicos utilizam dados supostamente científicos para legitimar os discursos patriarcais. Segundo o autor, a influência hormonal é comumente utilizada para justificar o constante emprego da violência em situações do dia a dia, a incapacidade masculina de se comunicar e expressar sentimentos, e o maior desejo sexual dos homens. Da mesma forma, hormônios femininos seriam os responsáveis pela natureza frágil e sentimental da mulher, assim como sua habilidade de comunicação e empatia. Todavia, Hefez¹⁴¹ afirma que somente a atividade hormonal não é capaz de produzir esses traços de personalidade, sendo necessária uma educação que valorize e condicionem esses comportamentos a serem interiorizados pelos indivíduos e reproduzidos no dia a dia.

Uma vez entendido que a formação da identidade se dá por meio das diferenças, e que a sexualização de comportamentos sociais acarreta na hierarquização de gênero promovida pelo patriarcado, fica mais claro o processo de construção da masculinidade. Grosso modo, a cadeia de negação que define a identidade masculina é norteadada pela ideia de que “ser homem é não ser uma mulher”, devendo-se conquistar a cada dia as qualidades masculinas que o diferenciaram do sexo oposto. Sendo a masculinidade uma conquista, ela também é passível de ser perdida, e sua manutenção depende da aptidão do homem em demonstrá-la, em provar-se masculino sempre que for necessário. A organização social, além de auxiliar na construção da masculinidade, também se encarrega de garantir mecanismos de controle que a coloquem à prova. O psicanalista Socrates Nolasco¹⁴² afirma que durante a infância é comum que as brincadeiras dos meninos envolvam competições nas quais devem se provar melhor que os outros, devem medir suas habilidades físicas e mais tarde sexuais, sempre buscando estar acima do outro. Aqueles que não atingem esses padrões sofrem o fantasma da feminilização e, por consequência, são inferiorizados dentro do grupo, sofrendo

¹⁴⁰ HEFEZ, 2013.

¹⁴¹ HEFEZ, 2013.

¹⁴² NOLASCO. S.. **O mito da masculinidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

sanções por não possuírem os atributos necessários ao homem detentor da masculinidade.

Nolasco¹⁴³ ainda destaca que esse comportamento perpassa toda a infância e se mantém na vida adulta. A necessidade de se provar homem para não ser igualado a uma mulher é uma constante na trajetória social do sexo masculino, falhar no desempenho de suas atividades é um pesadelo recorrente, um cenário indesejado que impulsiona a competitividade e a busca do poder de dominação. O medo de ser (des)masculinizado tem origem nas representações da construção da masculinidade, nas quais a relação entre o conceito de falo e o de castração, desempenham papéis fundamentais.

José Eustáquio Diniz Alvez¹⁴⁴ adverte que na análise da masculinidade o conceito de falo a ser utilizado não possui uma conotação freudiana, na qual tem igual valor ao pênis, deve-se utilizar uma aproximação lacaniana, a qual afirma ser o falo uma representação ligada à anatomia do pênis como um símbolo de poder, forte, rígido e penetrante. O autor ainda explica que o mundo é dividido entre os que têm ou não o falo e, é essa divisão que primeiro estabelece as estruturas de poder. Claramente essa construção se remete a hierarquização da sociedade na qual o masculino-ativo carrega consigo os adjetivos que representam um valor superior, e o feminino-passivo ocupa sempre posição secundária. Isso se propaga também na linguagem e nas representações, o masculino está sempre ligado ao calor, à força, representa algo alto e grande, já o feminino é comumente associado ao úmido, fraco, baixo e pequeno. Todavia, devido o seu caráter simbólico, o falo não necessariamente é um atributo comum a todos os homens, é na verdade adquirido somente em conjunto com o desempenho da masculinidade plena, podendo ser negado àqueles que não alcançam os padrões exigidos.

Aos que falham no desenvolvimento, ou na *performance* da masculinidade, reserva-se a punição da castração, a negação da posse do falo e, conseqüentemente, do poder masculino. A formação masculina faz questão de deixar essa possibilidade clara por meio de comportamentos e práticas comuns a esse período. O menino

¹⁴³ NOLASCO, 1995.

¹⁴⁴ ALVES, J. E. D.. Gênero e linguagem na cultura brasileira: elementos para reflexão sobre uma diferença. In: LOYOLA, M. A. **Bioética**: reprodução e gênero na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro/Brasília: LetrasLivres, p. 232-236, 2005.

mais fraco é sempre comparado a uma menina ou a um homossexual sexualmente passivo, dois personagens que não desempenham o papel fálico, não obstante, são penetrados e assim dominados por aqueles que possuem esse materializador do poder. Nesse processo, o menino internaliza a noção de que o feminino é sempre sinônimo de algo ruim, incompleto, deve ser evitado para garantir sua condição de macho. Durante a vida adulta, esse medo ainda permanece, mas muda de perspectiva. Se antes a castração consistia em ser igualado a uma mulher, ela passa a representar a possibilidade de ser dominado pelo sexo feminino, sendo destituído de sua posição de poder, tornando-se sujeito passivo na relação. Considerando que a masculinidade, quando representada pelo simbolismo do falo, é um atributo de poder, observa-se a busca dos homens pelos traços masculinos construídos socialmente como forma de afirmação de superioridade e de dominação. Faz-se então necessário a esta pesquisa pontuar o que se entende por poder e dominação.

Apesar de Weber¹⁴⁵ ter formulado sua teoria acerca do poder e da dominação muito antes das ideias inovadoras de Micheal Foucault, acredita-se que o pensamento weberiano ainda é muito válido para o estudo desses dois conceitos nas relações de gênero. De acordo com o autor, poder é a possibilidade de imposição da vontade de um indivíduo em uma relação social, mesmo contra a resistência de qualquer que seja o fundamento dessa possibilidade, e os meios para alcançá-lo vão desde a sugestão até a imposição da violência. Ele ainda defende que o exercício de poder de um indivíduo sobre o outro acarreta mudança do comportamento daquele no qual o poder é exercido, pois reconhece a autoridade daquele que o exerce. Já a dominação, para Weber¹⁴⁶, consiste na probabilidade de encontrar a obediência ao poder exercido, ou seja, quando o poder é legitimado estabelece-se uma relação de dominação. Afirma, ainda, que os tipos puros e ideais de dominação seriam a carismática, a tradicional e a racional-legal.

A partir da visão weberiana, a dominação promovida pelo patriarcado seria a de caráter tradicional, ou seja, é legitimada pelas tradições e pelo cotidiano. Dado que o patriarcado foi por muito tempo hegemônico na organização social, sua tradição legitimou o poder masculino sobre a mulher e, em alguns momentos, também

¹⁴⁵ WEBER, 2006.

¹⁴⁶ WEBER, 2006.

utilizou o tipo racional-legal ao fazer uso do aparato jurídico para tanto. Pode-se citar como exemplo o estabelecimento jurídico da necessidade de autorização do marido para que a mulher exercesse atividade remunerada, resolução que vigorou no Código Civil brasileiro até a década de 1960, sendo extinta em 1966 pelo advento do Estatuto da Mulher Casada.¹⁴⁷

Como já exposto anteriormente, o patriarcado perdeu sua força na sociedade brasileira a partir do surgimento da família nuclear urbana. Mais tarde, o processo de industrialização se junta aos fatores responsáveis pelo seu recuo enquanto sistema de organização social. Todavia, a tradição patriarcal ainda permanece viva na forma de um patriarcado contemporâneo. Se o aspecto legal dessa dominação foi perdido, por outro lado a tradição ainda permanece viva no campo simbólico. Para melhor definir a forma como a dominação masculina sobrevive ao enfraquecimento do patriarcado, esta pesquisa apropria-se da teoria de Bourdieu¹⁴⁸ de Dominação Simbólica.

Bourdieu¹⁴⁹ afirma que a divisão sexual promovida pelo patriarcado resultou na criação de padrões inconscientes que nos fazem assumir uma estrutura histórica de ordem masculina. O uso de determinismos biológicos reforçou essa visão, criando a falsa impressão de que a divisão entre os sexos seria de ordem natural, ao passo que o sistema mítico-ritual tratou de adicionar a superioridade masculina ao espectro. Dessa forma, a dominação simbólica se dá por meio da exposição prolongada a essas estruturas de poder, fazendo com que os dominados aceitem de forma inconsciente a relação de dominação, pois acreditam ser ela natural. Entretanto, isso não significa dizer que nas relações de gênero nas quais o homem exerce esse poder simbólico sobre a mulher, ele conte com a submissão consciente e permissiva dela.

Uma vez que o poder simbólico é construído socialmente e se inscreve nas estruturas cognitivas do dominado, a submissão está aquém da vontade consciente, na verdade ela assume a característica de uma submissão encantada, fundamentada de forma sistêmica e não de alienação do indivíduo. Dentro desse

¹⁴⁷ BRASIL. **LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916.** Código Civil Brasileiro. Legislação Federal. sítio eletrônico internet - planalto.gov.br.

¹⁴⁸ BOURDIEU, P.. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

¹⁴⁹ BOURDIEU, 2003.

sistema, a tomada de consciência dessa relação de poder não é suficiente para que seja possível por fim a ela, é necessária a desconstrução dos meios legitimadores desse poder. A permanência de relações patriarcais na contemporaneidade mostra-se como exemplo de como as estruturas e consciências individuais podem se modificar, mas o poder masculino continua ativo nos discursos e nas práticas sociais, nutrindo a legitimidade de sua dominação. Esta pesquisa aponta o trabalho, aqui entendido como o exercício de atividade remunerada que possibilita o provimento do lar, como meio legitimador para a manutenção da posição masculina de dominação nas relações de gênero.

De acordo com Suzana Albornoz¹⁵⁰, o trabalho é um conceito mutável que assume diferentes formas em diferentes contextos. Mesmo em uma única sociedade, ao passo que ocorrem mudanças sociais, o significado e o lugar social do trabalho se transformam. A autora lembra, por exemplo, que na Antiguidade grega o labor possuía o mesmo prestígio das atividades dos guerreiros. A partir do período helenístico, quando passou a ser executado por escravos, a natureza do trabalho adquiriu um sentido pejorativo em detrimento das atividades de contemplação. Na tentativa de oferecer uma explicação conceitual do trabalho a partir de estudos de diferentes autores, como Friedrich Hegel, Adam Smith, Charles Fourier, Karl Marx, entre outros; Albornoz¹⁵¹ conclui que trabalho é a transformação da natureza promovida pelo homem numa relação mútua, na qual a transformação produzida na natureza também tem impacto no homem e também o transforma. O trabalho é então, para a autora, uma atividade exclusivamente humana, já que seu desempenho não acontece de forma mecânica como nos animais, ao contrário, é resultado de uma cadeia de pensamentos que resultam na atividade laboral de transformação. Ou seja, “antes da própria atividade, pela imaginação, o homem já contém em si o produto acabado”¹⁵².

Mesmo tendo conceituado o trabalho como supracitado, Albornoz¹⁵³ destacou que essa é uma visão moderna. A autora destacou que nas sociedades gregas o trabalho ocupava uma posição secundária, e a tradição judaico-cristã definiu o labor

¹⁵⁰ ALBORNOS, S.. **O que é trabalho**. São Paulo: Círculo do livro, 1990. Coleção Primeiros Passos, vol. 13.p.11-65.

¹⁵¹ ALBORNOS. 1990.

¹⁵² ALBORNOS, 1990, p. 47.

¹⁵³ ALBORNOS, 1990.

como uma atividade penosa que serve como penitência do pecado. A elevação do trabalho como dever social está ligada à ascensão burguesa e inserção da ética protestante na sociedade ocidental. Weber¹⁵⁴ observou a ética protestante como importante colaboradora no desenvolvimento do capitalismo e na elevação do valor social do trabalho. Segundo o autor, a doutrina protestante afirmava ser o trabalho uma forma de purificar os pecados, santificando o corpo diante de Deus. O trabalho foi aos poucos adquirindo a conotação de dever social dos indivíduos, pois era ele que enobrecia o homem diante do divino e, por isso, passou a ocupar cada vez mais espaço no cotidiano dos indivíduos. Albornoz¹⁵⁵ observou que para as pessoas que dividiam esse pensamento, a ociosidade representava a falta da graça divina; todas as horas disponíveis de um indivíduo deveriam ser empregadas no trabalho, pois desperdiçar o tempo era o principal dos pecados.

O avanço do processo de industrialização, segundo Albornoz¹⁵⁶, foi responsável pela descaracterização do trabalho. O indivíduo não era mais responsável pelo todo de uma produção, na verdade, estava restrito à reprodução de uma atividade única que somada aos trabalhos de outros setores, resultava no produto final. Para a autora, esse processo é desviante da ideia do trabalho, já que ele impede que a transformação da natureza pelo indivíduo aconteça como um todo; não se produz mais o que se imaginava. O trabalho passou a significar a reprodução exaustiva de uma mesma função, correspondente apenas a uma parte de um todo. Todavia, esta pesquisa não almeja analisar as modificações no mundo do trabalho, mas foca-se no impacto do processo de industrialização no papel social masculino e na sua identidade. Nesse ponto, a sociedade industrial esculpiu um novo modelo de masculinidade.

Se nas sociedades míticas e ritualísticas esse conceito era baseado na força e na honra, no contexto industrial é o sucesso financeiro, personificado na figura do homem provedor, ou seja, no trabalho, que ocupará o símbolo máximo de permissão para o exercício da masculinidade. Nolasco¹⁵⁷, ao tratar da importância que o trabalho tem ocupado no cotidiano do sexo masculino, destaca o protagonismo que

¹⁵⁴ WEBER, M.. **A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁵⁵ ALBORNOS, 1990.

¹⁵⁶ ALBORNOS, 1990.

¹⁵⁷ NOLASCO, 1995.

ele ocupa também na constituição da masculinidade. Em primeiro lugar, no imaginário do homem, o trabalho não assume a posição de uma escolha a ser feita, ele é visto como uma fatalidade, um destino ao qual ninguém escapará, mas que, por outro lado, também lhe servirá para a obtenção de vantagens e privilégios. O trabalho servirá como distintivo de moralidade e integridade masculina, sendo usado como base para conceder ao homem segurança, respeitabilidade e autonomia. Em segundo lugar, em consequência de tamanha importância, a atividade laboral também passou a controlar cada vez mais outros aspectos da vida social masculina, como a afetividade, a sexualidade e a vida familiar. O ambiente em que o homem exerce sua atividade vai influenciar, e até moldar, a forma como ele se apresenta e lida com outros cenários externos ao seu trabalho.

O estudo realizado pelo antropólogo Miguel Vale de Almeida¹⁵⁸ que analisou a relação entre a masculinidade, o trabalho e a sexualidade por meio do estudo de caso em uma pedreira na região sul de Portugal, ajuda a exemplificar as conexões sugeridas por Nolasco¹⁵⁹. O antropólogo observou que a atividade desempenhada por aqueles homens, por ter um alto grau de desgaste físico e também de risco, se alinhava a uma noção de sacrifício, resultando em uma relação ambígua entre o risco indesejado e o prestígio social. Uma vez que o modelo de masculinidade ali presente era fundamentado na força física; o trabalho desgastante e perigoso, as mãos calejadas, e todas as características que remetessem ao desempenho de uma atividade remunerada eram constituidores da identidade daquele indivíduo enquanto homem. Além da atividade em si, o trabalho também proporcionava a esses homens o que Vale de Almeida¹⁶⁰ chamou de homossociabilidade, conceito que diz respeito às atividades externas ao trabalho, mas que ainda estavam estritamente ligadas a ele.

As homossociabilidades consistem nas reuniões de trabalhadores em cafés, bares e, de modo geral, situações recreativas partilhadas por aqueles que pertencem a um mesmo grupo social. Esses encontros são momentos nos quais o homem se encontra entre os seus iguais, partilha experiências culturalmente entendidas como masculinas, enquanto discute, compete, bebe, fuma e compartilha relatos de

¹⁵⁸ VALE DE ALMEIDA, M.. Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro.161-190, 1996.

¹⁵⁹ NOLASCO, 1995.

¹⁶⁰ VALE DE ALMEIDA, 1996.

experiências sexuais. Todavia, esse também é um momento de avaliação comportamental de um sobre o outro, uma oportunidade para exercer o julgamento de suas performances no trabalho, na vida familiar e sexual, por meio das informações ali compartilhadas ou por informações coletadas de maneira informal. A homossociabilidade é exemplo crasso da fusão entre a vida profissional e pessoal no modelo de masculinidade que coloca o trabalho como centro na vida do homem, pois todo o microcosmo masculino está nela contido, e todas essas atividades se interligam por meio do trabalho desenvolvido pelo indivíduo do sexo masculino.

Entendida a relação de fusão entre o trabalho e a identidade masculina, é preciso também ressaltar as vantagens que ela traz para o homem. Ao atender aos padrões sociais dele esperado, o trabalhador estará apto a colher os frutos dessa conquista e, se o trabalho já lhe proporciona autonomia financeira, as liberdades que ele concede vão mais além. O exercício da atividade remunerada e o cumprimento da função de provedor concedem ao homem uma espécie de “passe livre” com o qual o reconhecimento da imagem de trabalhador e provedor atenua sua responsabilidade moral. Nolasco¹⁶¹ afirma que, se o provimento do lar é feito de forma plena, e nada falta a sua companheira e filhos, traições e algumas situações de violência para com a família podem ser facilmente perdoadas, pois seu protagonista é “homem trabalhador”. Essa situação se mostra muito recorrente no processo de denúncia da violência contra a mulher. Até pouco tempo não era incomum que, ao procurar uma delegacia, seja ela especializada ou não, a vítima fosse desestimulada pelos agentes policiais a denunciar seu agressor caso o identificassem como trabalhador, já que o registro policial poderia prejudicá-lo.

Mesmo nas denúncias, não é raro mulheres que, apesar de ultrapassarem a barreira inicial da (des)estimulação e terem seguido com a formalização da denúncia, ao relatarem o caso de violência, fazem questão de frisar o comprometimento do autor com o trabalho e atribuem o comportamento violento a questões externas à subjetividade do autor. Um exemplo dessa situação é o boletim de ocorrência de número 997, registrado no ano de 2006 na DEAM/Vitória. Uma dona de casa, branca, casada, com idade de 42 anos e residente do bairro Bonfim, denuncia seu marido, mestre de obras, negro e também com 42 anos, por agressão. A denúncia

¹⁶¹ NOLASCO, 1995.

foi feita sob a afirmação de que a motivação do fato teria sido o uso de álcool pelo autor, tendo a vítima enfatizado que “era casada com o autor há 16 anos e que ele é trabalhador, mas o seu problema são os casos amorosos que arranja e as bebedeiras”¹⁶². O destaque dado à condição de trabalhador do agressor permite concluir que por esse motivo a vítima tolerou os casos extraconjugais do marido. Apesar dos casos serem recorrentes, a relação sobreviveu por dezesseis anos. Indo mais além, o fato dela não representar a denúncia contra ele, fazendo apenas o registro sem dar continuidade ao processo, demonstra seu receio em prejudicar de alguma forma esse “trabalhador”.

É importante ressaltar que na realidade brasileira a construção desse imaginário do trabalho como manifestação da masculinidade e legitimação de poder sobre a família, apesar de muito presente na contemporaneidade, é uma construção recente. Diferente de nações liberais como a Inglaterra e os Estados Unidos, que norteados por princípios liberais do século XVII elegeram o trabalho como fonte de propriedade, atribuindo-lhe altíssimo valor social, no Brasil do final do século XIX e início do século XX esse pensamento não era uma realidade. Colbari¹⁶³ afirma que a forte dependência econômica brasileira do sistema escravista, que perdurou até a segunda metade dos mil e oitocentos, cunhou no imaginário brasileiro a percepção do trabalho como uma atividade de menor valor. Sendo o labor exercido apenas por indivíduos que estavam no extrato mais baixo da pirâmide social, criou-se um estigma em seu entorno, excluindo-se socialmente a figura do trabalhador.

Em virtude da construção social negativa que pairava sobre o trabalho, outro desafio da república que se construía na virada do século XIX para o XX era, fundamentalmente, substituir a representação do trabalho na sociedade brasileira como um estigma pela ideia do labor como um dever social, e não apenas reafirmar e efetivar o modelo provedor de legitimação masculina; como já discutido aqui. Anteriormente, quando se tratou da construção dos papéis sociais de homens e mulheres no Brasil do século XX, esta pesquisa enfatizou os discursos que permearam esse processo, assim como a profundidade que cada corrente ideológica teve no tecido social brasileiro. Observou-se que, não só prevaleceu os discursos católico e positivista, fortemente conservadores, como a adesão operária a

¹⁶² Boletins de ocorrência da DEAM/VITÓRIA.

¹⁶³ COLBARI, 1995.

essas linhas de pensamento foi preponderante para suas afirmações na organização social tradicional. Faz-se necessário que se retome essa questão a fim de compreender como a formação de uma ética do trabalho brasileira contribuiu para o seu uso como legitimador do poder do homem sobre a mulher nas relações de gênero.

Inicialmente, a industrialização, ainda muito insipiente no começo do século XX, começava a dar os primeiros passos em um processo de fortalecimento; mas, para tanto, necessitava de mão de obra que atendesse às demandas dessa expansão. Colbari¹⁶⁴ afirma que, seja pela conotação negativa do trabalho, ou pela recusa de se contratar homens negros, a indústria encontrou uma saída para a falta de mão de obra na importação de força de trabalho de países europeus que, além de já terem constituído suas indústrias, também contavam com uma ética de trabalho que atendia ao modelo industrial de economia. Entretanto, essa massa de trabalhadores trouxe consigo sua própria cultura operária que, entre outros fatores, contava com ideais socialistas e sindicais, gerando confrontos com os interesses patronais locais. Era indispensável que se constituísse uma cultura operária nacional, um modelo de operário brasileiro que atendesse aos interesses dos industriais minando as origens de tensões nas relações de trabalho.

A saída encontrada, segundo Colbabri¹⁶⁵, foi a adoção de um discurso paternalista para mediar as relações de trabalho no qual o ambiente da fábrica reproduzia uma estrutura de hierárquica familiar. Uma medida totalmente alinhada ao modelo positivista de sociedade que, de acordo com Azzi¹⁶⁶, em seu discurso de reafirmação de valores conservadores defendia que, assim como uma mulher deveria deixar que o homem dominasse o lar, as camadas populares e operárias deveriam permitir que os ricos comandassem o país, oferecendo-lhes em troca desenvolvimento e proteção. Além da adoção do paternalismo nas relações patronais, a reformulação da ética do trabalho investiu na construção do trabalho como um dever social de todo homem, uma ferramenta pela qual ele poderia provar o seu valor solidificando ainda mais o papel social masculino disseminado nos ideais modernizadores.

¹⁶⁴ COLBARI, 1995.

¹⁶⁵ COLBARI, 1995.

¹⁶⁶ AZZI, 1987.

A valorização da imagem do trabalhador e a sua representação social na busca pela construção da ética do trabalho que atendesse os interesses industriais fica bem clara quando, já no final da primeira metade do século XX, a iniciativa privada em parceria com o poder público cria a Campanha do Operário Padrão. O intuito era não só premiar aqueles que se enquadrassem no perfil ideal de operário, mas, principalmente, disseminar esses valores entre os trabalhadores. Colbari¹⁶⁷, ao descrever a campanha, salienta que os requisitos para ser um operário padrão incluíam não só o bom relacionamento no ambiente de trabalho, com seus companheiros ou com o patronato, e qualidades profissionais que se destacassem, mas também adjetivos que transcendiam os limites do local de trabalho e envolviam a comunidade e principalmente a família. O “Operário Padrão” é aquele que tem compromisso com o trabalho, contribui para a sua comunidade e cuida bem de sua família.

Destaca-se que os princípios reguladores que incidiram na avaliação dos trabalhadores foram todos regulados por valores conservadores herdados dos projetos de modernização e reestruturação do casamento e da família, que dominaram o começo do século XX. Dessa forma, Colbari¹⁶⁸ observou que os eleitos pela campanha sempre atendiam às divisões rígidas de papéis sociais, sendo o trabalho feminino encarado como uma complementação de renda e temporário, e o homem o centro da família, posição conquistada por meio do desempenho de sua função de provedor. Dessa forma, ao passo que essas medidas humanizavam o trabalho assalariado, fazendo dele um dever moral e fonte de dignidade, também contribuíam para o fortalecimento da divisão de papéis sociais de gênero e para a continuidade de uma lógica de poder masculina centrada agora no trabalho, perpetuando práticas patriarcais na sociedade contemporânea. Maria de Nazareth A. Hassen¹⁶⁹ identificou esse quadro na contemporaneidade quando analisou as pesquisas de Alba Zaluar¹⁷⁰ acerca da identidade de moradores de um conjunto habitacional popular da cidade do Rio de Janeiro. A autora concluiu que no Brasil não houve a constituição de uma ética do trabalho, mas sim de uma ética do

¹⁶⁷ COLBARI, 1995.

¹⁶⁸ COLBARI, 1995.

¹⁶⁹ HASSEN, M. de N. A.. **O trabalho e os dias**: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

¹⁷⁰ ZALUAR, A.. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

provedor, ou seja, o trabalhador brasileiro, diferente dos protestantes descritos por Weber¹⁷¹, não encontra no trabalho um sentido de completude em si, esse sentimento advém do cumprimento do seu dever social de prover a sua família.

3.3 A CRISE DA MASCULINIDADE E O ESTIGMA DO DESEMPREGO

Segundo Ceccarelli¹⁷², ao longo da história das relações de gênero pode-se constatar crises de identidade masculinas e femininas, mesmo que de caráter limitado. Desde o século XVII tem-se conhecimento de que, nos países europeus, onde tantas vezes houve a necessidade de modificar valores dominantes, foram as mulheres os personagens sociais que mais estiveram no centro das transformações de comportamento.¹⁷³ Na segunda metade do século XX a masculinidade tornou-se o centro de uma crise de identidade que ainda continua em curso nesse começo do século XXI. A origem dessa crise tem várias vertentes explicativas. Nolasco¹⁷⁴, por exemplo, afirma que ela está relacionada a uma crise no mundo do trabalho, onde o apanágio masculino sobre essa função é ameaçado pela conquista cada vez mais massiva do mercado de trabalho pelas mulheres, descartando a participação do movimento feminista nesse fenômeno. Nesta pesquisa concorda-se que existe relação entre o mundo do trabalho e a atual crise de identidade masculina; todavia, considera-se a exclusão do feminismo nesse processo como completamente equivocada, uma vez que o trabalho feminino já estava presente muito antes da eclosão da crise masculina, sendo, por outro lado, esse movimento social responsável pela ressignificação do papel feminino na sociedade e pelo empoderamento da mulher.

Anteriormente, esta pesquisa já estabeleceu que o trabalho feminino, apesar de ter permanecido invisível durante um longo período, sempre foi uma realidade na história. Nader¹⁷⁵ identificou que desde o período colonial a mulher sempre participou da cadeia produtiva ao lado do homem, principalmente no setor agrícola, e mais tarde também se inseriu no setor industrial. Por outro lado, nos segmentos

¹⁷¹ WEBER, 2004.

¹⁷² CECCARELLI, 1998.

¹⁷³ Sobre o assunto ver: BADINTER, E.. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; NADER, B.. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 2001; PERROT, M.. **Minha história das mulheres**, 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

¹⁷⁴ NOLASCO, 1995.

¹⁷⁵ NADER, M. B.. **Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória, EDUFES, 2013.

mais abastados da população, a educação feminina, presente desde o século XIX mesmo que de forma tímida, proporcionou a alocação de mulheres em sala de aula na posição de professoras. Se o trabalho feminino já era uma realidade muito antes do final do século passado, por qual razão a crise da masculinidade só ocorreu a partir desse período? Aceitando-se a explicação de Nolasco¹⁷⁶ de que essa crise estaria relacionada ao trabalho feminino apenas, a comprovação da existência do mesmo antes da segunda metade do século XX implicaria também no surgimento do conflito de identidade masculina no período que antecede as últimas décadas do último século.

Sabe-se que a partir da década de 1970, segundo observou Irede Cardoso¹⁷⁷, a deterioração da renda das camadas pobres e médias da população fez da participação da mulher no orçamento doméstico uma necessidade ainda maior. Pode-se afirmar que a incapacidade masculina de prover o lar, fazendo necessário o auxílio da renda feminino, foi um dos detonadores dessa crise. Todavia, essa também não é uma situação inédita, o que impossibilita novamente afirmar que o conflito masculino é fruto de uma crise no mundo do trabalho. Vale ressaltar que a diferença nas relações de trabalho entre homens e mulheres, anteriores ao surgimento da segunda onda do feminismo, também está inscrita em relações de poderes inseridas em um contexto de gênero.

Mesmo com fonte de renda oriunda do seu trabalho, a mulher casada, até a primeira metade do século XX, ainda estava sob um rígido e claro regime de papéis sociais de gênero. Essa estrutura estabelecia o lugar de poder exercido por homens e mulheres, relegando apenas a esfera doméstica à mulher, mesmo àquela que estivesse no mundo público do trabalho. Guacira Lopes¹⁷⁸, ao estudar a carreira feminina no magistério, afirma que mesmo as mulheres sendo maioria no campo da educação, eram os poucos homens que ocupavam os cargos de gestão escolar e durante as greves eram eles que dominavam os comitês e lideravam o movimento. O mesmo acontecia em outros setores da economia. Entre o operariado, por

¹⁷⁶ NOLASCO, 1995.

¹⁷⁷ CARDOSO, I.. **Mulher e trabalho**: as discriminações e barreiras no mercado de trabalho. São Paulo: Cortez 1980.

¹⁷⁸ LOPES, G.. Mulheres na sala de aula. In BASSANEZI, C.; DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. - São Paulo: Contexto: Ed. da Unesp, p. 443-481, 1997.

exemplo, Colbari¹⁷⁹ afirma que as mulheres tiveram grande participação nos movimentos grevistas, mas raramente tinham algum espaço de liderança. Ou seja, no momento em que se fazia necessário o aprofundamento no jogo de poderes do mundo público e político, as profissionais do sexo feminino ainda careciam de representatividade.

Se o feminismo de primeira onda já lutava pela representatividade política das mulheres, a partir da década de 1970 esse movimento lutou pela ressignificação do lugar da mulher na sociedade de maneira mais ampla. Como exposto anteriormente, ao questionar a dominação masculina, o feminismo de segunda onda não somente empoderou as mulheres em relação à independência financeira, à luta por espaço na educação regular, superior e profissionalizante e no mercado de trabalho; mas também, os ideais feministas buscaram a equidade entre homens e mulheres, a tomada de poder sobre o corpo feminino, o fim da dominação e da violência contra elas. Em suma, o movimento feminista transformou o lugar da mulher na sociedade de forma rápida e significativa. De reprodutora e “rainha do lar”, o sexo feminino passou a ocupar as mais diversas posições no mundo público e político.

Do outro lado dessa questão, a masculinidade não acompanhou essas transformações, não se resignificou a fim de buscar o seu lugar junto à nova mulher que nascia na esteira das conquistas feministas. Pelo contrário, Badinter¹⁸⁰ assevera que a reação masculina ao avanço feminino se caracteriza pela intensificação das características patriarcais da masculinidade, a exacerbação do uso da violência e o surgimento de um “super macho” pronto para lutar pela manutenção do seu poder na sociedade. Esse reacionarismo frente ao avanço feminino, essa tentativa de formular figuras masculinas ultra viris, dominadoras, intensificaram o embate entre o masculino tradicional e o feminino libertador. A ideia de sintetizar um comportamento padrão, exigindo a reação conservadora do sexo masculino frente às mudanças conquistadas pelas mulheres, é uma clara tentativa de se evitar uma suposta *anomie*¹⁸¹ dessa sociedade que está em franco processo de transformação, na qual as fronteiras de identidade e comportamento não estão claramente definidas como

¹⁷⁹ COLBARI, 1995.

¹⁸⁰ BANDITER, 1993.

¹⁸¹ A *anomie* seria, segundo Gilberto Velho (1985), seguindo o pensamento mertoniano, a situação de um corpo social onde nenhuma regra ou modelo é estabelecido ou encorajado. “A falta de consenso geraria crise nas expectativas de comportamento impedindo o funcionamento ‘normal’ da sociedade” (VELHO, G.. **Desvio e Divergência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 14-15).

outrora. O exercício desse reacionarismo masculino faz com que o homem pague um alto preço. Um exemplo é a intensificação da necessidade de provar a sua masculinidade por meio da competitividade, assim como da exigência de manutenção de um alto grau de desejo e desempenho sexual, além da abdicação de contato com o seu universo emocional. Hefez¹⁸² afirma que esses fatores são responsáveis pela desestabilização psíquica masculina, e observa que os homens compõem o grupo que mais é atingido por doenças de ordem psicológica. Todavia, a ressignificação do papel social masculino também implicaria na perda de poder e privilégios, e o conflito entre a reformulação do papel social masculino e a perda de poder encontra-se no centro dessa crise de masculinidade enfrentada pelos homens na contemporaneidade. É dentro desse quadro de crise da masculinidade que se insere a problemática do desemprego.

Enquanto questão social, o desemprego, segundo Jérôme Gauthié¹⁸³, pode ser encarado como uma invenção da sociedade industrial e de mercado. A fim de demonstrar seu ponto de vista o autor propõe duas problematizações da questão. A primeira diz respeito à pobreza nas sociedades pré-industriais, concentrando sua análise entre os séculos XIV e XVIII. Já a segunda, está associada ao pauperismo oriundo do processo de industrialização que, durante o século XIX deu origem a invenção do desemprego. Gauthié¹⁸⁴ afirma que a pobreza nas organizações sociais pré-industriais era representada pela figura do vagabundo, aquele que não se encaixava em nenhum grupo social, também não possuía nenhuma ligação geográfica, não pertencendo a nenhum lugar social ou espacial. O autor enfatiza que a “vagabundagem” sempre existiu, mas é a partir da desorganização causada pela Peste Negra que ela passa a ser encarada como uma ameaça a ordem social devido o seu aumento exponencial. Diante desse quadro, Gauthié¹⁸⁵ afirma que a atitude diante do pobre teve duas variáveis: a caridade e a repressão. A primeira era amplamente incentivada pela Igreja, mas deveria ser direcionada ao “bom pobre”, àquele que se fazia útil; desencadeando na segunda variável, a repressão do pobre inútil, o qual deveria ser reprimido. O autor afirma que, nesse período, observam-se

¹⁸² HEFEZ, 2013

¹⁸³ GAUTHIÉ, J. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 67-83, Oct. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131998000200003&lng=en&nrm=is> Acesso em 03 nov. 2015.

¹⁸⁴ GAUTHIÉ, 1998.

¹⁸⁵ GAUTHIÉ, 1998.

inúmeras tentativas de utilizar essa massa pobre sempre os incitando ao trabalho, seja por meio de leis, seja por instituições públicas, como as *Workhouses*¹⁸⁶. O Estado passava a se encarregar de alocar essas pessoas em empregos, mesmo que fossem apenas para sua sobrevivência.

Com o desenvolvimento da indústria, aconteceu o que Gaudié¹⁸⁷ chama de “virada liberal”. No final do século XVIII e início do século XIX as políticas de inclusão dos pobres no trabalho por parte do estado foi questionada por correntes que afirmavam ser o trabalho era um direito do homem, porém um direito que cabia ao indivíduo a sua afirmação. Essa interpretação, que é chamada de “liberdade do trabalho”, seria a resolução da pobreza involuntária e do problema da mendicância voluntária. Todavia, o autor afirma que a pauperização da sociedade industrial no começo do século XIX faz surgir, ao lado do miserável desprovido do trabalho, o trabalhador miserável. Diferente do que pregava a “virada liberal”, a liberdade do trabalho não resolveu o problema da pobreza, na verdade o acentuou.

Gaudié¹⁸⁸ afirma que até o final do século XIX a indústria tinha grande rotatividade de seus trabalhadores. Na França, por exemplo, muito trabalhadores industriais também eram agricultores, o que resultava em uma falta de mão de obra nas indústrias nos períodos de colheitas. A alternativa a essa situação foi a criação do “*emprego* como inscrição social e jurídica da participação dos indivíduos na produção das riquezas, sendo que o desemprego poderá ser definido como seu negativo”¹⁸⁹. A invenção do desemprego foi fundamental para a racionalização do mercado, convergindo questões sociais como a pobreza e o produtivismo, ao fornecer mão de obra estável para a indústria. Outra função dessa invenção foi a classificação dos indivíduos entre aqueles que estão desempregados devido as más conjunturas econômicas, e os preguiçosos, que dependiam da caridade ou de repressão. Dessa forma, deu-se continuidade a classificação dos indivíduos por suas características, defeitos e atitudes, acrescentando a esses grupos aqueles que foram prejudicados pelo conjunto do sistema econômico.

¹⁸⁶ As *Workhouses* consistiam em locais onde os pobres trabalhavam em troca de sua sobrevivência.

¹⁸⁷ GAUTIÉ, 1998.

¹⁸⁸ GAUTIÉ, 1998.

¹⁸⁹ GAUTIÉ, 1998, P. 75.

Se Gautié¹⁹⁰ trata do desemprego enquanto uma questão social, deve-se considerá-lo também sob uma perspectiva das relações de gênero. Uma vez já estabelecido que o trabalho é um dos mais importantes constituidores da subjetividade masculina, o não exercício de uma atividade remunerada é então encarado como uma das maiores fontes de extirpação de identidade do homem. Estar fora do mercado de trabalho representa um completo vazio para o cotidiano masculino; as possibilidades e ferramentas para o exercício da masculinidade são arrancadas, a legitimação do seu poder no universo familiar não tem mais sustentação, ele se torna vulnerável à dominação não só de outros homens, outrora seus iguais, mas, principalmente, corre o temido risco de ser subjugado pelo poder de uma mulher, a última forma de castração possível na vida adulta.

Sendo o desemprego uma forma de (des)identidade, cabe então relacioná-lo ao conceito de estigma construído por Ervin Goffman¹⁹¹. A explicação do autor acerca do estigma está estritamente ligada ao conceito de papel social do qual essa pesquisa já tratou. Todavia, diz respeito não àqueles que estão inseridos dentro do modelo vigente e formam, segundo Goffman¹⁹², o padrão de “identidade social”. O estigma é resultado da descoberta do diferente, daquele que a maioria do grupo social não enxerga como um de seus pares, mas como desviante, não pertencente à ordem “normal” das coisas. Claramente os homens desempregados não se inserem dentro do padrão de identidade social, são desviantes, anomalias do comportamento e atribuições esperados do sexo masculino. Não sendo possível a imposição de seu poder, principalmente sobre a família, esse indivíduo passa a ser um diferente; destituído da dominação, é agora um estigmatizado.

A conceituação de Goffman¹⁹³, porém, também identifica dois tipos de estigmatizados: os desacreditados e os desacreditáveis. O primeiro tipo corresponde ao grupo de pessoas com as quais um primeiro contato já é suficiente para que seu estigma seja identificado. Já o segundo tipo, são os que carregam um estigma que o contato imediato não é suficiente para que ele seja exposto. Todos os dois grupos fazem uso de ferramentas que buscam manipular as tensões nas relações sociais, a

¹⁹⁰ GAUTIE, 1998.

¹⁹¹ GOFFMAN, E.. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹⁹² GOFFMAN, 1982.

¹⁹³ GOFFMAN, 1982.

fim de minimizar os efeitos da estigmatização. Os desacreditados fazem uso do acobertamento, ou seja, buscam esconder ou simular uma normalidade para amenizar os possíveis efeitos negativos de estigma neles apontados. Já aos desacreditáveis, é possível a manipulação da “informação social”¹⁹⁴ por meio do encobrimento, que consiste na tentativa de negar socialmente qualquer característica que remeta ao estigma indesejado. Os homens desempregados pertencem à segunda categoria de estigmatizados, uma vez que os efeitos do desemprego atuam muito mais na psiquê do indivíduo. E, por isso, é possível que ele encoberte esses efeitos na busca da manutenção de seu lugar social. Todavia, as pessoas mais próximas do indivíduo desacreditável, a sua família, são considerados por Goffman¹⁹⁵ como informados, pessoas que tem conhecimento da condição do estigmatizado e escolhem contribuir ou não no processo de encobrimento. Considerando que o encobrimento do desemprego perpassa necessariamente pela busca do exercício do poder, que já não é mais legitimado devido à perda do *status* de provedor, muitas vezes a contribuição dos informados para o encobrimento não ocorrerá de forma voluntária.

Nesta pesquisa já se estabeleceu que o poder, mesmo que não legitimado, pode ser obtido por meio da violência, portanto, um indivíduo desempregado, estigmatizado e destituído da legitimação de seu poder sobre a família, pode recorrer ao uso da força com dois intuitos: demonstrar que mesmo destituído de sua posição de poder ele ainda exerce a dominação sobre a mulher e os filhos, ou obrigar que esses informados contribuam para o encobrimento de seu estigma. Assim, vê-se que a relação entre o desemprego e a violência doméstica fica ainda mais aparente. Para comprovar tal assertiva, recorre-se aos registros da DEAM/Vitória, fonte primária capaz de mostrar a relação masculina com o desemprego e de que forma ele motiva a violência contra a mulher. Os estudos foram realizados com a documentação disponível do período entre os anos de 2002 e 2010. Constatou-se que, dos 12.255 boletins de ocorrência abertos na delegacia especializada, 1.170 tem como autores homens desempregados. Uma vez estabelecido que o desemprego é um motivador para essa violência, seja com o intuito de reafirmação do poder (des)legitimado ou para coação ao auxílio no processo encobrimento de um estigma, faz-se necessário

¹⁹⁴ Goffman define informação social como sendo os signos transmitidos a outros pelo indivíduo que informam sobre a identidade de seu transmissor.

¹⁹⁵ GOFFMAN, 1982.

o estudo desses casos a fim de entender como essas práticas patriarcais de afirmação da masculinidade ainda se manifestam na sociedade da cidade de Vitória no século XXI.

4. CAPÍTULO III

AUTORES DE VIOLÊNCIA DESEMPREGADOS NOS REGISTROS DA DEAM/VITÓRIA (2002-2010)

A fim de analisar a violência contra a mulher cometida por homens desempregados, esta pesquisa recorreu aos registros de ocorrências da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da cidade de Vitória (DEAM/Vitória) no período do ano de 2002 a 2010. A delegacia especializada da capital do estado do Espírito Santo tem como função o recebimento de denúncias e investigação de casos de violência contra a mulher, desempenhando um papel de suma importância para esse que é um problema social de destaque no Espírito Santo.

Anteriormente esta pesquisa já demonstrou que os números da violência de gênero são alarmantes, tanto em âmbito estadual quanto municipal, já que o estado e a sua capital, Vitória, ocupam os primeiros lugares nos rankings nacionais desse tipo de violência. A partir dos estudos de Nader¹⁹⁶, evidenciou-se que o aumento demográfico acelerado e desordenado foi, em parte, responsável pelo aumento da violência de modo geral. Essa explosão demográfica teve sua origem na política de erradicação dos cafezais, que resultou no deslocamento de uma massa de trabalhadores agrícolas do interior do estado para a capital e para as cidades vizinhas, em busca de novas oportunidades. Segundo a autora, os grandes projetos industriais que foram instalados na região atraíram não só esse contingente de trabalhadores rurais, mas também pessoas de estados vizinhos que viam uma oportunidade de emprego e melhoria de vida na cidade.

Além do crescimento demográfico desordenado apontado por Nader¹⁹⁷, observa-se também a falta de estrutura da região para acomodar as massas de migrantes como uma das razões para o aumento da violência em Vitória na segunda metade do século XX. Além da explosão populacional e da falta de estrutura para alojar quem chegava à cidade a partir da década de 1960, há outro fator que pode ser considerado responsável pelas altas taxas do indicador de violência: a cultura patriarcal que já se encontrava presente na formação da sociedade capixaba desde o período colonial e que se fortaleceu com a migração de italianos, alemães e

¹⁹⁶NADER, 2009.

¹⁹⁷NADER, 2009.

árabes no final do século XIX e início do século XX, povos que também trouxeram consigo uma cultura machista.¹⁹⁸

A segunda metade do século XX foi marcada pela intensificação no combate à violência contra a mulher, contexto já abordado anteriormente nesta pesquisa. Nesse mesmo período, mais especificamente no ano de 1985, foi instalada a primeira unidade de delegacia especializada, voltada apenas para o atendimento de mulheres em situação de violência. Esse tipo de unidade policial fez parte de uma política nacional para atender às reivindicações feministas de políticas públicas que reconhecessem a violência contra a mulher como um problema social, e como tal, um problema político. O surgimento de uma unidade de polícia civil destinada à denúncia desses casos marca a atuação governamental na busca do combate e erradicação da violência doméstica de gênero. Todavia, segundo Boselli¹⁹⁹, essas unidades se focaram apenas na punibilidade do agressor, se distanciando de qualquer ideal feminista de combate a violência contra as mulheres e negligenciando o atendimento diferenciado à vítima. Nessas unidades, durante muito tempo, não houve a preocupação social de responsabilizar os denunciados ou de conscientizar as denunciantes sobre as questões de gênero e de poder envolvidas nas relações de violência estabelecidas entre as partes. Não existiu a preocupação de formação de equipes treinadas para atender as especificidades que envolvem esses casos. Não havia, por exemplo, fornecimento de auxílio social e psicológico para as mulheres que procuravam essas unidades para fazerem a denúncia da violência.

Outro problema das unidades especializadas no atendimento à mulher em situação de violência diz respeito à falta de estrutura, aspecto muito presente no histórico da DEAM/Vitória. Ao revisitar a história da DEAM/Vitória, Nader²⁰⁰ destaca que no ano de sua inauguração, 1985, quando ainda se chamava Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do Espírito Santo (DEAM/ES), a delegacia especializada de Vitória funcionou numa sala da superintendência da Polícia Civil do estado, onde não só era de difícil acesso para as vítimas, mas também a execução das atividades judiciais eram feitas dentro de condições mínimas. Esse quadro só mudou no ano de

¹⁹⁸ NADER, 2009.

¹⁹⁹ BOSELLI, 2003.

²⁰⁰ NADER, M B.. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005. **Fazendo Gênero**. Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010, p. 2. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

2003, quando a unidade foi transferida para um espaço físico próprio e independente, que consiste em uma casa residencial adaptada para funcionar como delegacia. Devido à mudança e à falta de espaço para acomodação dos documentos produzidos pela delegacia até então, os registros do período que abrange o ano de 1985 ao ano de 2002 foram realocados para o arquivo permanente da polícia civil, o que tornou a documentação indisponível à realização de uma pesquisa anterior a data de 2003.

O recorte temporal desta pesquisa buscou abarcar toda a primeira década do século XXI, uma vez que esse foi um período muito importante para o combate à violência contra a mulher. Nesse recorte temporal observa-se a criação de mecanismos jurídicos, políticos e sociais que tinham como objetivo coibir e erradicar a violência perpetrada contra as mulheres. São vários os exemplos desses mecanismos, como a Lei Maria da Penha, que trata especificamente desse tipo de violência, o Novo Código Civil de 2002, que aboliu da legislação alguns resquícios patriarcais que ainda estavam vigentes desde o Código Civil de 1916, e a consolidação, no ano de 2007, do Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, no qual os estados assumiram o compromisso junto ao Governo Federal de se empenharem nesta causa, ao passo que a esfera federal também contribuiria, principalmente com o repasse de verbas.

Vale ressaltar que o governo do estado do Espírito Santo aderiu ao Pacto Nacional em 2007. Todavia, mesmo sendo o estado com os números mais expressivos com relação a esse tipo de violência, segundo o relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)²⁰¹, que investigou a violência contra a mulher no país nos anos seguintes à assinatura do pacto; o Espírito Santo foi o único estado que teve diminuição no repasse de verbas para o combate à violência de gênero. Mesmo assim, são inegáveis os avanços que aconteceram na primeira década do século XX no combate à violência contra a mulher, pois a criação de campanhas e ações públicas trazem a tona, novamente, esse problema social, gerando mais visibilidade

²⁰¹BRASIL. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa. Secretaria de Comissões. Coordenação das Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito. Comissão parlamentar mista de inquérito. **Relatório final**. Brasília, Julho 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getpdf.asp?t=130748&tp=1>> Acesso em: 20 de nov de 2015.

para a questão, e reacendendo a discussão das relações de poderes estabelecidas nos atos de violência contra as mulheres.

Como citado anteriormente, nas dependências da DEAM/Vitória só havia acesso aos boletins de ocorrência registrados a partir do ano de 2003. Com o intuito de analisar todo o período da década, buscou-se junto à superintendência de Polícia Civil do Estado o acesso aos boletins dos anos de 2001 e 2002. No levantamento dos arquivos desses dois anos, verificou-se que apenas o segundo estava completo. Nos arquivos do ano de 2001 faltavam os boletins de pelo menos três meses. A fim de manter uma análise fidedigna dos números da violência, optou-se por excluir esse ano, fazendo com que o recorte temporal tivesse início no ano de 2002, seguindo até o final do decênio, no ano de 2010.

Este último capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os resultados do levantamento da violência cometida por homens desempregados que foram denunciados na DEAM/Vitória. Para tanto, o mesmo inicia com a apresentação do mapeamento dessas denúncias, analisando os resultados obtidos pela catalogação dos dados dos boletins, ao passo que faz a contextualização desses números divididos em quatro aspectos centrais a serem estudados, sendo eles: o ciclo da violência, a questão racial, a questão etária e os tipos de relações estabelecidas entre os envolvidos. Na última parte discute-se de que forma a subversão de papéis sociais nas relações conjugais podem levar ao conflito entre o casal e resultar em violência.

4.1 MAPEAMENTO DAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Nos registros de ocorrências da DEAM/Vitória podemos encontrar uma variedade de informações sobre a violência contra as mulheres em Vitória/ES, como já demonstrado anteriormente (Anexo I e II). Para fins da seleção dos casos aqui analisados, *a priori* dividimos os 12.255 registros do período entre os anos de 2002 e 2010 com base no sexo dos denunciados como agressores:

Tabela1: Sexo das pessoas denunciadas à DEAM/Vitória (2002 - 2010)

Sexo dos autores	Número de ocorrências
Ambos	103
Feminino	1.715
Masculino	10.349
Não Informado	88
Total	12.255

Fonte: Boletins de Ocorrência da DEAM/Vitória

Das 12.255 ocorrências foram denunciados, em aproximadamente 84% dos casos, indivíduos do sexo masculino. Dentro deste escopo, foram selecionados os casos nos quais os denunciados foram identificados em situação de desemprego, ou não exercendo atividade remunerada, chegando ao número de 1.170 pessoas (aproximadamente 11% do número total de acusados do sexo masculino). Uma vez estabelecido o grupo de BOs a serem utilizados nesta pesquisa, iniciou-se o trabalho de mapeamento dos dados da violência doméstica de gênero cometida por homens desempregados na cidade de Vitória/ES entre os anos de 2002 e 2010.

Nesse processo conclui-se que alguns dados recolhidos dos boletins de ocorrência não demonstraram especificidades que possibilitassem uma análise completa, ou não foram registrados por todo o período, dificultando assim suas análises. O primeiro caso refere-se ao local no qual a violência foi perpetrada contra a vítima. Devido ao grande número de bairros na cidade de Vitória e a desproporcionalidade populacional entre eles,²⁰² optou-se por agrupar as ocorrências utilizando as Regiões Administrativas da cidade, de acordo com a catalogação da Prefeitura Municipal de Vitória, representada na Figura I.

²⁰² Segundo o site da Prefeitura Municipal de Vitória, a cidade possui oitenta bairros, com populações que variam entre 323 habitantes, no bairro Piedade, o menos populoso da cidade, e 39.157 moradores em Jardim Camburi, bairro mais habitado da capital do estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/geograficos.asp>>. Acesso em: 15 de jan de 2016.

A partir dessa seleção, obteve-se o resultado exposto a Tabela 2.

Tabela 2: Comparativo dos casos de violência perpetrados por homens desempregados e empregados, por Região Administrativa (2002-2010) (Em %)

Região na qual ocorreu o fato	Homens desempregados	Homens empregados
Região 1 (Centro)	7,69	7,01
Região 2 (Santo Antônio)	16,49	12,75
Região 3 (Jucutuquara)	10,17	9,60
Região 4 (Maruípe)	23,84	22,51
Região 5 (Praia do Canto)	5,98	8,96
Região 6 (Continental)	9,74	13,00
Região 7 (São Pedro)	17,35	14,67
Região 8 (Jardim Camburi)	3,67	5,95
Vitória/ES	0,00	0,19
Outras localidades	1,02	1,97
Outros	0,08	0,19
Não informado	3,58	0,29

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

O primeiro aspecto que chama a atenção é que, mesmo que todas as cidades da Região Metropolitana de Vitória e algumas no interior do estado tenham uma unidade de delegacia especializada, a DEAM/Vitória teve um número modesto de registros de fatos que aconteceram em locais fora dos limites municipais da capital. Isso pode acontecer quando uma mulher sofre violência em outra cidade ou localidade, mas é moradora da cidade de Vitória. Nesse caso, ela escolheu fazer a denúncia ao retornar para casa, ou seja, mesmo o fato tendo acontecido fora da jurisdição da DEAM/Vitória, ele foi registrado na delegacia especializada da capital do Espírito Santo. O segundo tipo de casos em que ocorrem denúncias de violência contra as mulheres na delegacia de Vitória sem que o fato tenha ocorrido na jurisdição da mesma, são aqueles nos quais a vítima morava em outra localidade da Região Metropolitana de Vitória, mas trabalhava na capital, o que pode ter facilitado o acesso à delegacia especializada de Vitória mais do que à delegacia da cidade onde ela residia.

No que tange os registros de fatos ocorridos na cidade de Vitória/ES, a Região 4 (Maruípe) é a que tem maior taxa de denúncias. Além de ser a segunda região mais populosa da cidade, contando com 54.402 habitantes, é a que está mais próxima da DEAM/Vitória, que fica localizada na Região 5 (Praia do Canto), que tem 34.236 habitantes. A região que apresenta o menor percentual de registros é a Região 8,

formada apenas pelo bairro Jardim Camburi, com 39.163 habitantes, e é a mais distante da DEAM/Vitória. Percebe-se que a facilidade de acesso às dependências da delegacia especializada da capital do Espírito Santo tem certa influência no número de denúncias de cada região.

Em análise socioeconômica dos números da violência contra a mulher dividida por regiões tende-se a dizer que, grosso modo, as regiões mais pobres possuem um número maior de denúncias. A Região 7 (São Pedro), por exemplo, tem 17,35% dos casos envolvendo denunciados desempregados e 14,67% dos casos de denunciados inseridos no mercado de trabalho. Essa região é formada pelos bairros que concentram a população mais pobre de Vitória e tem 33.746 habitantes. O bairro de São Pedro, localizado nessa região, foi o local onde mais ocorrências foram registradas no período, tanto de homens autores de violência em situação de desemprego quanto de empregados (11,36% e 8,90% dos casos, respectivamente). E contrapartida, a Região 5 (Praia do Canto), com 34.236 habitantes, teve a segunda menor taxa de ocorrências em todos os casos, e concentra os bairros com a população de mais alto poder aquisitivo da cidade.

Todavia, são poucas as Regiões Administrativas de Vitória que são homogêneas no perfil sociocultural de seus moradores, pois essas foram divididas muito mais por um aspecto geográfico do que social, dificultando uma análise com esse teor. A Região 1 (Centro), habitada por 18.551 pessoas, sendo a menos populosa da cidade e a que apresenta a menor taxa de denúncias, é composta tanto por famílias dos setores médios, como famílias pobres, não sendo possível traçar um perfil único dos seus habitantes. O mesmo acontece na Região 4 (Maruípe), que teve o maior número de denúncias. Devido à heterogeneidade social, não é possível traçar um perfil homogêneo da população que ali vive.

Outro caso de dados que não foram analisados por esta pesquisa diz respeito à escolaridade, tanto da vítima quanto do denunciado, pois a coleta desse dado não ocorreu por todo o período. Os resultados apresentados na Tabela 3 demonstram como essas informações aparecem de forma vaga na análise dos dados dos boletins de ocorrência.

Tabela 3: Comparativo do grau de escolaridade dos envolvidos entre os casos em que o denunciado estava desempregado e os casos em que o denunciado estava empregado (2002-2010) (Em %)

Grau de escolaridade	Casos em que os denunciados estavam desempregados		Casos em que os denunciados estavam empregados	
	Autor	Vítima	Autor	Vítima
Analfabeta(o)	0,59	1,28	0,45	0,66
Fundamental completo	3,93	3,41	3,14	3,20
Fundamental incompleto	12,22	11,19	9,23	9,33
Médio completo	6,58	10,85	8,55	10,16
Médio incompleto	4,35	4,87	2,69	4,47
Pós-graduado	0,08	0,59	0,31	0,72
Superior completo	1,53	3,41	4,54	7,90
Superior incompleto	1,36	2,05	1,35	2,89
Não informado	69,31	62,30	69,70	60,61

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Em todos os cenários, a taxa de BOs nos quais não foi informado o grau de escolaridade dos envolvidos é maior do que 60%. Até o ano de 2007, essa não era uma informação requerida da vítima no momento da denúncia. Sendo assim, no período compreendido entre os anos de 2002 a 2006, tem-se poucas informações acerca do grau de escolaridade da vítima e de seu agressor. Por esse motivo, nesta pesquisa optou-se por não utilizar as informações incompletas desse campo do registro da ocorrência.

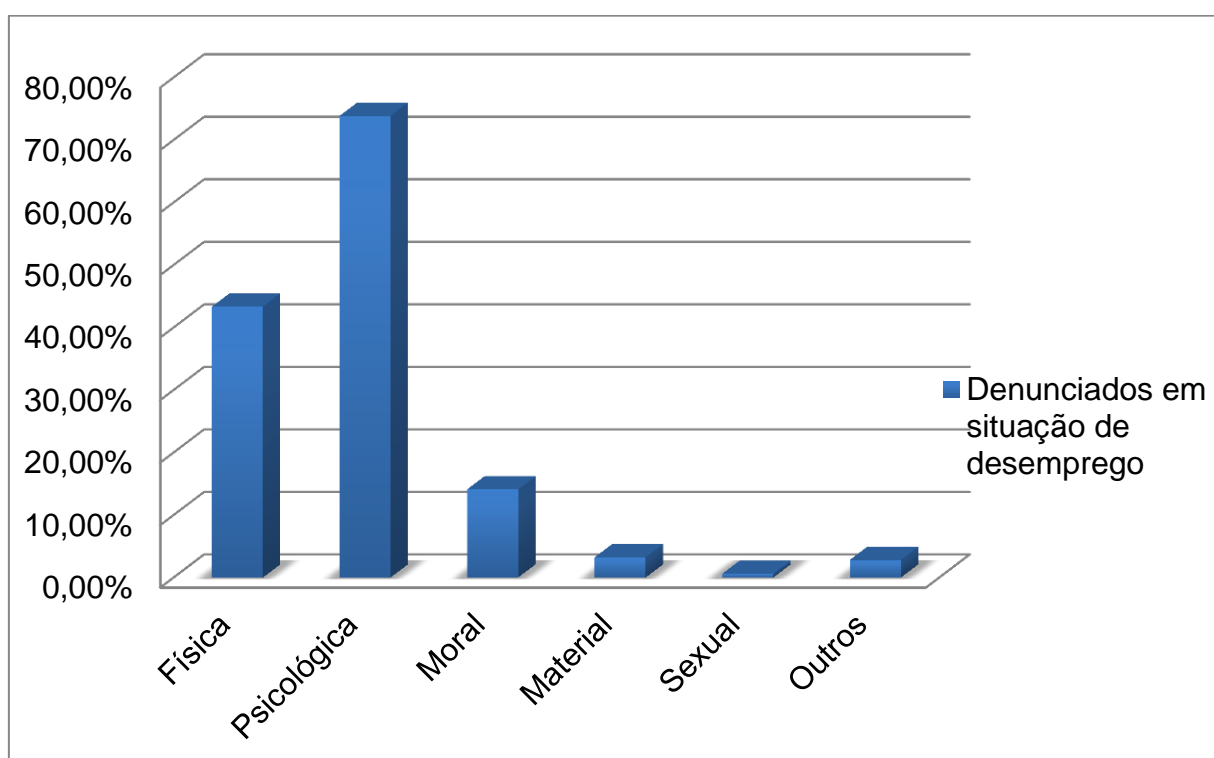
4.2 ASPECTOS CENTRAIS DO ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS REGISTROS DA DEAM/VITÓRIA

a) O Ciclo da violência

A primeira análise feita por esta pesquisa diz respeito aos tipos de violência que foram perpetrados contra as mulheres que procuraram da DEAM/Vitória para registrar denúncia. Para tanto, os dados preenchidos no campo “Natureza da ocorrência”, no qual é informado o tipo de delito cometido pelo denunciado, foram agrupados de acordo com os tipos de violência especificados na Lei 11.340, a Lei Maria da Penha, que são: violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Por exemplo, um caso que envolva ameaças, perturbações ou perseguições, é classificado como violência psicológica, por ferir a integridade psíquica de sua

vítima. Da mesma forma, um caso em que a natureza da ocorrência tenha sido agressões ou lesões corporais, é alocado no grupo correspondente à violência física. Destaca-se que em vários casos os boletins de ocorrência trazem mais do que um tipo de violência, portanto, para a mensuração dos resultados expostos no Gráfico 1, os tipos de violência foram contabilizados a partir do quantitativo de menções que cada um teve no total de ocorrências.

Gráfico 1: Tipos de violência cometidos por denunciados em situação de desemprego (2002-2010)



Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Nos 1.170 casos selecionados, a violência do tipo psicológica foi a mais citada (73,84% dos casos). A alta taxa de incidência desse tipo de violência se justifica pelo fato de que, na maioria dos casos, as ocorrências de natureza patrimonial, moral, sexual e física são acompanhadas de ataques à integridade psíquica das vítimas na forma de ameaças contra a integridade física e psíquica da vítima.

Não é surpreendente que o destaque dessa análise seja o caráter psicológico da violência. Alves e Diniz²⁰³ afirmam que a violência contra a mulher, na maioria dos casos, obedece a um ciclo com repetições de situações e momentos que vão

²⁰³ ALVES; DINIZ, 2005

evoluindo de acordo com a tensão estabelecida entre a vítima e o agressor. O conflito entre o casal se inicia no campo psicológico e, às vezes, material. São discussões que resultam em ameaças e, em alguns casos, na destruição de objetos da casa. Segundo as autoras, é incomum que a mulher perceba a possibilidade da escalada da violência que pode ocorrer após esses eventos, e acredita ter controle da situação. Todavia, a tensão do conflito pode aumentar e as ameaças dão lugar a empurrões, tapas, chutes, socos, podendo chegar ao cárcere privado, ou a lesões corporais graves, e, em última instância, no feminicídio. Obedecendo a essa análise de Alves e Diniz²⁰⁴, nos casos analisados, a violência física apresenta a segunda maior taxa de incidência entre os autores desempregados, sendo citada em 43,33% das ocorrências.

No que tange o tipo de violência menos registrado, a sexual, com 0,59% dos casos, em sua dissertação de mestrado, Jacqueline Medeiros Caminoti²⁰⁵ tratou desse assunto. Ao analisar os boletins de ocorrência registrados na delegacia especializada de Vitória, no período entre agosto de 2006 e agosto de 2009, ela constatou que os registros em que a natureza da ocorrência cita atos de violência sexual não dão conta do número real de casos nos quais esse tipo de agressão ocorreu. Ao relatarem os seus casos às agentes policiais, muitas vítimas narram episódios em que foram forçadas a manter relações sexuais com os denunciados. Contudo, nos casos em que os envolvidos tinham relações conjugais, a natureza da ocorrência não cita a violência sexual.

Casos de estupro conjugal são, em sua maioria, ignorados pela autoridade policial, ao passo que as vítimas também não reconhecem essa violência como tal. Isso é resultado do processo de objetificação do corpo da mulher. A noção de “débito conjugal”, ou seja, a obrigação feminina de manter relações sexuais com o seu marido, estava presente no Código Civil de 1916. Mesmo com os avanços sociais e as conquistas femininas nas últimas décadas, essa noção de obrigatoriedade do sexo no casamento ainda permanece vigente no debate jurídico. Até 2005 o casamento era uma forma de mitigar as penalidades do crime de estupro.

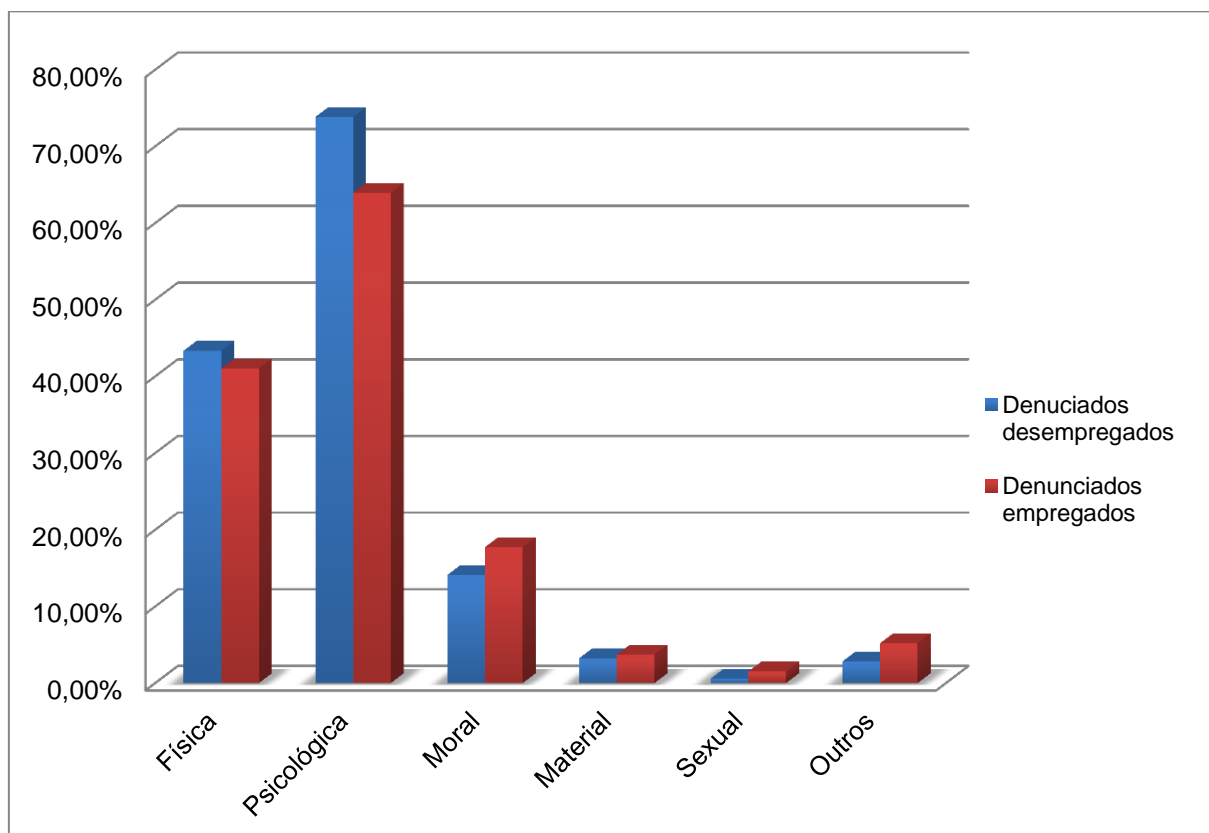
²⁰⁴ ALVES; DINIZ, 2005.

²⁰⁵ CAMINOTI, J. M.. Sexo e poder: violência sexual no âmbito doméstico e conjugal – Vitória/ES: agosto de 2006 – agosto de 2009. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

Diante dessa construção social tão forte, nem mesmo as vítimas reconhecem essas ações como crimes de estupro. Por exemplo, no boletim de ocorrência de número 799, registrado no dia 12 de julho de 2002, uma comerciante de 38 anos, branca, moradora da cidade de Serra/ES, denunciou o seu marido, desempregado, 44 anos e branco. Segundo a vítima, o relacionamento com o denunciado estava ruim, pois ele a ofendia e perturbava a família dela quando estava alcoolizado. Ela ainda relatou que era constantemente forçada a ter relações sexuais com denunciado, além de ser vigiada por ele o tempo todo, que chegava a gravar as ligações que ela fazia. Ela ainda disse que ele tentou agredi-la, mas foi impedido pelos filhos do casal. Apesar de ser obrigada a ter relações sexuais com o denunciado, a natureza da ocorrência foi registrada como ameaça, não sendo contabilizada como violência sexual, apenas psicológica.

De forma geral, a distribuição dos tipos de violência nas denúncias contra homens desempregados é bastante próxima dos casos em que os denunciados eram homens inseridos no mercado de trabalho.

Gráfico 2: Comparativo entre os tipos de violência cometidos por homens desempregados e homens empregados (2002-2010)



Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Observa-se que na comparação do Gráfico 2 que as ocorrências nas quais os denunciados eram homens desempregados apresentam menor número de casos de violência moral, patrimonial e sexual, ao passo que há mais casos de violência física e psicológica. Seguindo o pensamento de Alves e Diniz²⁰⁶ sobre o ciclo da violência, o quantitativo de agressões contra a integridade física e psicológica das mulheres que denunciaram homens desempregados demonstra que a relação de violência dos envolvidos está em processo de intensificação, sendo ligeiramente mais hostis do que nos casos com autores que estão inseridos no mercado de trabalho.

b) A questão racial

O segundo aspecto analisado por esta pesquisa diz respeito à raça dos envolvidos nas denúncias da DEAM/Vitória entre os anos de 2002 e 2010.

²⁰⁶ ALVEZ; DINIZ, 2005.

Tabela 4: Cor dos envolvidos em casos de violência contra mulheres perpetrada por homens desempregados (2002-2010) (Em %)

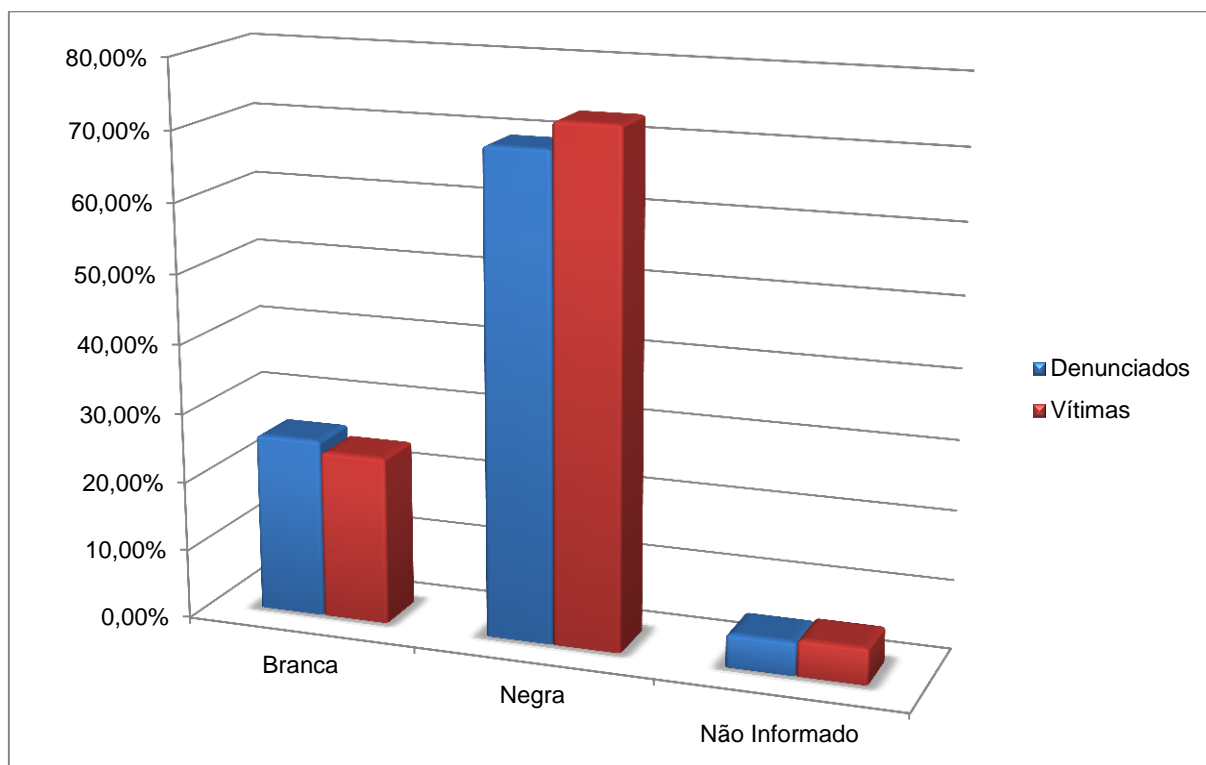
Cor	Autores	Vítimas
Branca	25,81	24,27
Negra	16,15	12,82
Parda	53,24	57,43
Não Informado	4,78	5,2

Fonte: Boletins de Ocorrência DEAM/Vitória

É importante ressaltar que os dados apresentados na Tabela 4 dizem respeito ao conteúdo do campo do corpo do BO onde se preenche a cor das partes envolvidas, sendo essa informação obtida por meio da auto declaração da vítima, que também informa a cor do autor. Entretanto, considerando que, conforme consta no Dossiê Mulheres Negras²⁰⁷, a população negra é composta por pessoas que declaram ter a cor da pele preta e parda, os boletins de ocorrência registrados na DEAM/Vitória se equivocaram ao descrever a cor dos envolvidos baseando-se nas alternativas branca, parda e negra, quando deveriam ter utilizado, na nomenclatura desse campo, as opções branca, parda e preta. Uma vez identificado esse equívoco, e buscando uma alternativa mais fidedigna na análise dos casos, optou-se por utilizar a categoria raça, ao invés de cor. Para o uso dessa categoria somou-se os casos de auto declaração negra(o) e parda(o), obtendo o seguinte resultado:

²⁰⁷ MARCONDES, M. M. et al. (org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

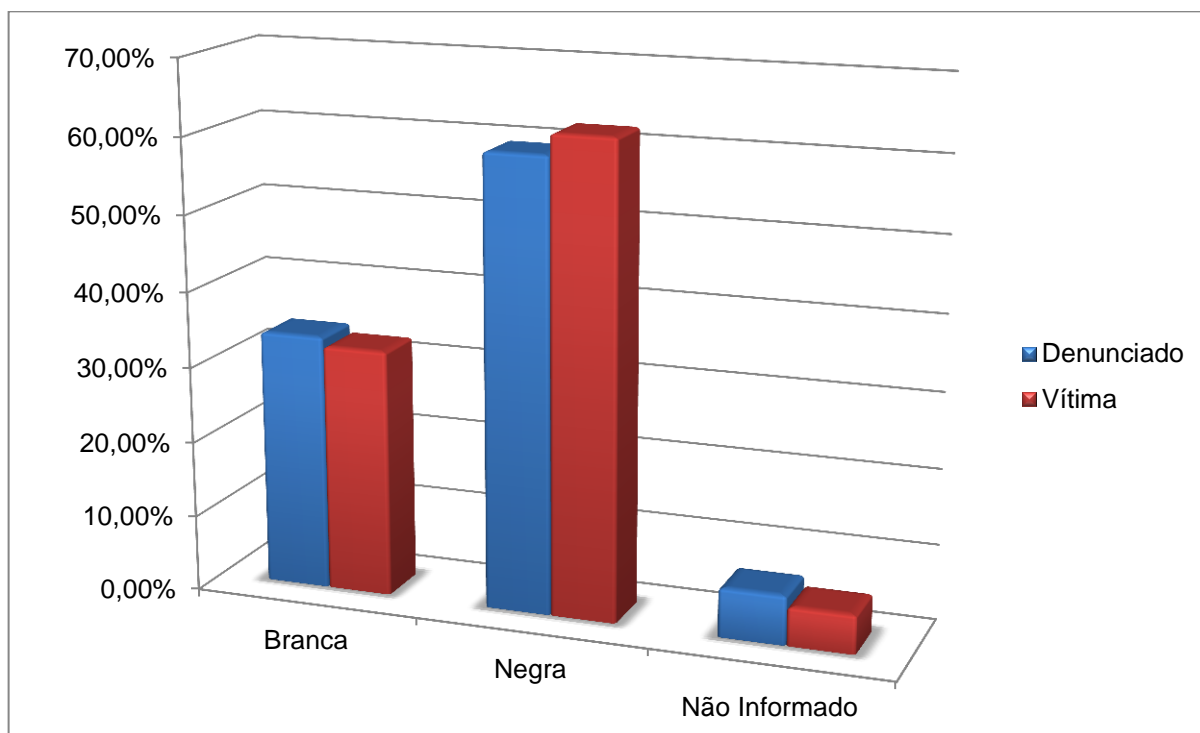
Gráfico 3: Raça dos envolvidos nos casos em que os denunciados eram homens desempregados (2002-2010)



Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Observa-se que o número de mulheres negras que sofreram violência de homens desempregados não somente é maior em relação às mulheres brancas, 73,25% contra 24,27%, respectivamente; como também em relação aos autores negros, que totalizam 69,40%. Todavia, ao se comparar esse resultado aos casos nos quais os denunciados estavam inseridos no mercado de trabalho, observa-se que o maior número de ocorrências com vítimas negras é um padrão nas denúncias da DEAM/Vitória:

Gráfico 4: Raça dos envolvidos nos casos em que o denunciado estava inserido no mercado de trabalho (20002-2010)



Fonte: Boletins de Ocorrência DEAM/Vitória

Apesar do padrão encontrado (a maioria das mulheres que procuraram a DEAM/Vitória para denunciar violência de um agressor do sexo masculino são negras) quando coloca-se em perspectiva os casos selecionados por esta pesquisa, ou seja, os registros nos quais o denunciado está desempregado, com o quadro geral de casos em que os denunciados são homens inseridos no mercado de trabalho, percebe-se uma inquietante diferença. Nos casos em que os denunciados foram identificados como desempregados a porção de autores e vítimas negras é, aproximadamente, dez pontos percentuais maior do que nos outros casos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 5: Comparativo da raça dos envolvidos entre os casos em que o denunciado está desempregado e os casos em que o denunciado está empregado (Em %)

Raça	Casos de denunciados desempregados		Casos de denunciados empregados	
	Autor	Vítima	Autor	Vítima
Branca	25,81	24,27	33,87	32,71
Negra	69,40	73,25	59,51	62,26
Não Informado	4,78	5,20	6,50	5,12

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Uma explicação possível para a maior taxa de denunciados desempregados negros poderia ser encontrada no percentual de ocupação²⁰⁸ de homens por raça. Desta forma levantou-se junto aos dados fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD), a taxa de ocupação de homens por raça. Entretanto, tal amostra só foi disponibilizada a partir do ano de 2012, conforme consta na Tabela 6.

Tabela 6: Homens de 15 anos ou mais de idade por raça, ocupados na semana de referência (Em %)

Ano	Raça	
	Brancos	Negros
2012	17,23	28,14
2013	17,54	29,8
2014	17,46	27,9

Fonte: PNAD

Elaboração do autor

Como observado, a taxa de ocupação da população masculina negra é maior que a taxa de ocupação branca em todos os anos levantados na PNAD. Logo, pode-se assumir que não existe qualquer relação entre a taxa de trabalhadores negros ou brancos em atividade ou não, e o maior número de agressores negros desempregados. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas para o melhor entendimento dos números acima expostos. Uma vez que para a obtenção da taxa

²⁰⁸ Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas PNAD “São classificadas como ocupadas na semana de referência às pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.” Fonte <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm> acesso em 10 de dez. de 2015.

de ocupação o IBGE utiliza o percentual de pessoas que estão trabalhando com referência à força de trabalho disponível no período, sendo a população negra maior do que a população branca, segundo o CENSO do ano de 2010²⁰⁹ a população negra somava aproximadamente 97 milhões de pessoas, enquanto a população branca totalizava aproximadamente 90 milhões. Assim, é normal que a taxa de ocupação de homens negros seja maior do que a de homens brancos. Todavia, a análise mais aprofundada sobre o impacto do desemprego nos indivíduos do sexo masculino oferece uma explicação para este quadro.

Esta pesquisa não tem como objetivo, em nenhum momento, afirmar que a raça de pertencimento de denunciados tem influência direta nos casos de violência. O que se objetiva é a explicação da forma como as categorias de raça e de gênero se articulam no cenário aqui analisado, resultando no maior número de homens desempregados negros nos registros da DEAM/Vitória, quando comparados a autores incluídos no mercado de trabalho e que possuem renda para o exercício do papel social masculino tradicional.

Já tendo estabelecido que a masculinidade na contemporaneidade está estritamente ligada ao desempenho de uma atividade remunerada e também à ideia de sucesso e estabilidade financeira, acredita-se que a perda da posição de trabalho não significa, necessariamente, um impacto imediato na identidade masculina. Para tanto, levando em consideração que em alguns casos a situação financeira do indivíduo é suficiente para garantir o sustento do lar por um determinado período, sua identidade de provedor será preservada nesse espaço de tempo, e cumprindo do seu papel social tradicional não será comprometido. Dessa forma, deve-se relacionar o impacto do desemprego no indivíduo considerando a situação financeira do mesmo.

Tendo em vista essa variável, a resposta para o maior número de denunciados negros desempregados em relação aos brancos pode ser encontrada na consulta da distribuição da população de acordo com a situação econômica de cada raça no tecido social brasileiro.

²⁰⁹ IBGE, 2010.

Tabela 7: Distribuição da população por sexo e raça, segundo a situação de pobreza definida com base no Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (1999 e 2009) (Em %)

População	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não Pobres	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Total	10,4	5,2	16,4	9,5	44,9	45,9	28,3	39,4
Mulheres	10,3	5,5	16,3	9,5	45,0	46,0	28,5	39,2
Homens	10,5	5,1	16,5	9,5	44,8	45,8	28,2	39,6
Negros	16,0	7,2	22,9	13,1	46,3	52,6	14,7	27,1
Branco	5,7	3,0	10,8	5,6	43,8	38,8	39,7	52,5
Mulheres negras	16,0	7,4	22,9	13,4	46,6	53,0	14,5	26,3
Mulheres brancas	5,7	3,1	10,9	5,5	43,8	38,9	39,6	52,5
Homens negros	16,1	7,0	23,0	12,9	46,1	52,2	14,9	27,9
Homens brancos	5,6	2,9	10,8	5,6	43,8	38,7	39,8	52,8

Fonte: Dossiê Mulheres Negras, IPEA, 2013

Fica claro que no retrato da pobreza no Brasil, tendo como referência o ano de 2009, a população negra é maioria entre os grupos “extremamente pobres” (7,2%), “pobres” (13,1%) e “vulneráveis” (52,6%), demonstrando a disparidade econômica que está condicionada também ao aspecto racial. Tal característica fica evidente ao constatar-se que a população branca é maioria no grupo considerado como “não pobres”, no qual tem representatividade de 52,5%. Articulado as categorias “gênero” e “raça” essas diferenças ficam ainda mais evidentes, já que, nessa seleção, as mulheres negras estariam na base dessa pirâmide socioeconômica, representando a maioria da população “extremamente pobre” (7,4%), “pobre” (13,4%) e “vulnerável” (53,0%). Já o topo é ocupado por homens brancos, que representam 52,8% da população “não pobre”. No ano de 2009 o homem negro não aparece na base dessa classificação, entretanto, no ano de 1999 ele representava maioria entre os grupos “extremamente pobre” (16,1%) e “pobre” (23,0%), podendo ser observada certa melhoria de seu *status* socioeconômico no período de dez anos. Sua posição, entretanto, apenas ultrapassou a situação das mulheres negras, o que ainda os colocam abaixo das mulheres e, principalmente, dos homens brancos.

A relevância desses números consiste na observação de que, estando o homem em situação econômica de “extrema pobreza”, “pobreza” ou “vulnerabilidade”, o encerramento das atividades no mercado de trabalho impactará mais rapidamente a sua imagem de provedor e, em consequência, a extirpação de sua identidade masculina, podendo levar a reações agressivas em suas relações familiares e

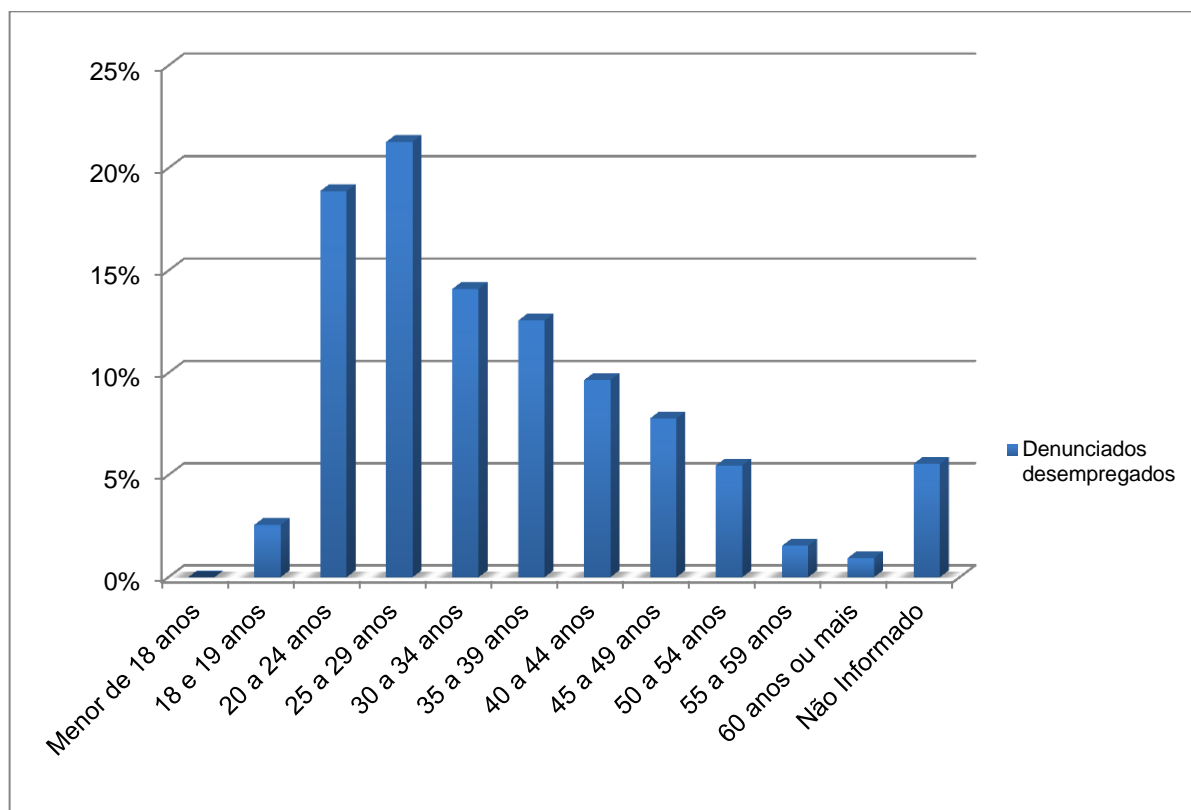
interpessoais. Aqueles que se encontram fora da situação de pobreza ou vulnerabilidade têm mais condições de se planejarem ou de terem acesso a reservas financeiras ou serviços que os permitam encobrir o estigma do desemprego, não necessitando do uso da violência para a manipulação da informação social.

Considerando essas informações, acredita-se que o maior número de denunciados negros desempregados nos registros da DEAM/Vitória é resultado de um contexto social que fragiliza economicamente esse grupo social, afastando esses indivíduos do acesso a bens e serviços, criando um grupo em constante instabilidade financeira. Isso faz com que o grupo formado por homens negros seja mais suscetível de ter sua masculinidade afetada pelo desemprego, resultando em casos de violência, que objetivam a reafirmação da sua identidade por meio da demonstração de força e dominação.

c) Grupos etários

Na observação dos casos aqui analisados, outras informações registradas nos BOs da DEAM/Vitória comprovam que a maior parte dos autores de violência desempregados compõem grupos que, entre outras características, tem a instabilidade econômica como denominador comum. É o que se pode observar ao dividir esse grupo por faixa etária.

Gráfico 5: Faixa etária dos homens desempregados denunciados na DEAM/Vitória (2002-2010)



Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Dos onze grupos etários acima descritos, destaca-se que no período analisado não houve registro com autores menores de 18 anos, e que os grupos entre 18 e 29 anos representam 42,72% do total de ocorrências que tiveram como denunciados homens desempregados. Destaca-se o grupo de 25 a 29 anos, que sozinho corresponde a 21,28% do total de registros, maior taxa entre todos os grupos etários. Os grupos a partir de 30 anos apresentam queda gradativa na quantidade de registros. O primeiro deles, de 30 a 40 anos, concentra um total de 14,10% das ocorrências, pouco mais de sete pontos percentuais a menos do que o grupo anterior.

Os padrões referentes à idade dos autores desempregados encontrados nos BOs de ocorrência podem ser entendidos ao se contemplar a divisão etária do mercado de trabalho no estado do Espírito Santo, no tocante aos trabalhadores urbanos, profissionais liberais, autônomos e outros.

Tabela 8: Taxa de ocupação masculina por grupos de idade no Espírito Santo (Em %)

Grupos de idade	Ano							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	41,73	40,20	44,25	44,70	48,11	42,19	43,59	44,03
18 e 19 anos	0,68	0,42	1,00	0,82	1,33	0,61	0,92	0,80
20 a 24 anos	3,56	4,34	4,31	6,22	6,87	4,92	4,23	5,39
25 a 29 anos	5,47	5,88	5,64	6,12	8,43	7,14	5,81	7,68
30 a 34 anos	5,34	5,32	7,41	7,45	6,43	5,90	6,47	4,93
35 a 39 anos	6,02	6,58	5,75	6,23	5,88	6,15	6,34	5,85
40 a 44 anos	6,43	6,86	7,08	4,80	5,88	5,53	5,94	5,16
45 a 49 anos	5,20	4,48	5,09	4,80	4,88	3,69	6,21	4,70
50 a 54 anos	4,65	3,08	3,98	4,39	4,32	3,81	5,28	5,05
55 a 59 anos	2,19	1,54	2,10	2,24	2,33	3,08	1,19	2,75
60 anos ou mais	2,19	1,68	1,88	1,63	1,77	1,35	1,19	1,72

Fonte: PNAD

Elaboração do autor

No ano de 2010, devido o censo nacional, a PNAD não foi realizada. Dessa forma, tem-se informações sobre oito dos nove anos que totalizam o recorte temporal desta pesquisa. Dentro desses oito anos, em três momentos um grupo abaixo da faixa de 30 anos ocupou a primeira colocação referente à taxa de ocupação no período, sendo esse grupo o de homens de 25 a 29 anos, nos anos de 2006, 2007 e 2009. Todavia, de maneira geral, a taxa de ocupação dos homens abaixo de 30 anos é menor se comparada aos outros grupos etários, revelando a menor presença desses grupos no mercado de trabalho.

Em uma pesquisa realizada com jovens entre 16 e 24 anos que estavam em busca do primeiro emprego, ou que haviam sido contratados recentemente, Luciana Fim Wickert²¹⁰ identificou as dificuldades desses indivíduos de lidarem com a inserção no mercado de trabalho. A autora ressalta que esse processo é um rito de passagem da adolescência para a vida adulta, tendo extrema relevância na vida desses jovens. Pensando especificamente nos casos dos homens, o trabalho não apenas representa a entrada no mundo adulto, mas também um passo fundamental na afirmação de sua masculinidade por meio da obtenção da independência e do tão sonhado sucesso financeiro, que o colocará em uma posição superior, coadunando com o que ele acredita ser o seu dever enquanto homem.

²¹⁰ WICKERT, L. F.. Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 258-269, Jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932006000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 nov. 2015.

Esse processo, segundo Wickert²¹¹, tem se tornado cada vez mais problemático entre nas gerações mais novas. O mercado tem exigido cada vez mais dos indivíduos, afetando fortemente a sua confiança, fazendo com que eles se sintam cada vez mais despreparados e desqualificados para ocuparem uma vaga de emprego. A sensação de impotência dos jovens frente ao mercado não é injustificada, e tem sua origem no processo de valoração do trabalho.

Segundo Colbari²¹², a implantação dos sistemas taylorista-fordista exigiu dos trabalhadores a renúncia de suas capacidades físicas e intelectuais no cotidiano, pois elas deveriam estar focadas apenas no exercício da atividade produtiva. Desta forma, esses sistemas não estavam contidos apenas na forma de organizar a produção e transformação de bens, mas influenciavam diretamente nos trabalhadores. Wickert²¹³ afirma que para o sucesso desse modelo de produção foi necessário o auxílio de outras instituições que tratavam de moldar esses indivíduos. Para a autora, a instituição escolar tratou de separar, ordenar, classificar e produzir corpos dóceis para esse mercado. Entretanto, mudanças ocorridas ao longo dos anos resultaram em novas exigências, criando um paradoxo entre a formação da força de trabalho e as exigências do mercado.

Os avanços tecnológicos e de gestão gradativamente tornaram o modelo taylorista-fordista obsoleto. Mas, de acordo com Wickert²¹⁴, a instituição escolar não acompanhou essa mudança e continuou com uma política de capacitação de jovens para um mercado que cada vez mais perde espaço. Se a função da escola, numa perspectiva econômica liberal, é formar um corpo de trabalhadores; no contexto atual essa função não está sendo cumprida, fazendo-se necessário que a formação profissional aconteça no exterior do escopo escolar. Os jovens, ao tentarem entrar no mercado de trabalho são confrontados, em primeiro lugar, pela falta de habilidades e qualificações para a o cumprimento da função que almejam; em segundo lugar, pela falta de experiência, normal para a idade. Todavia, nos processos de seleção de mão de obra a relação direta entre a pouca idade e a falta de experiência não é problematizada, o que dificulta a contratação de pessoas jovens, ainda que qualificados..

²¹¹WICKERT, 2006.

²¹²COLBARI, 1995.

²¹³WICKERT, 2006.

²¹⁴WICKERT, 2006.

Diante dessas barreiras, o jovem do sexo masculino se vê impedido de alcançar a vida adulta e cumprir o seu papel social por meio do trabalho, falhando em alcançar seu objetivo na afirmação da sua masculinidade. Wickert²¹⁵ afirma que a situação de desemprego entre os jovens pode resultar em um quadro de frustração e isolamento, podendo levar à conexão do mesmo a valores como a violência, a drogadição e o individualismo. Não é difícil encontrar nos registros da DEAM/Vitória casos que coadunam com essa afirmação.

Exemplo de como o uso de drogas por afetar a relação de um jovem desempregado e sua família, no BO número 184, registrado no dia 04 de fevereiro de 2005, uma mulher negra, pensionista, com idade de 42 anos, solteira, moradora do bairro Santos Dumont, denunciou o seu filho desempregado, pardo, e com 20 anos, por perturbação motivada pelo uso de drogas. Segundo a vítima, ela e o denunciado residiam na casa do pai dela, que tem 86 anos. Disse ainda que o jovem não respeitava nem ela, nem o seu pai, avô do denunciado, e que quando o ele lhe pedia dinheiro para pagar o seu vício em drogas e a vítima negava, ele ameaçava agredi-la.

Para além da drogadição, há casos nos quais a ameaça à já frágil estabilidade desse jovem desempregado resulta em respostas agressivas. No registro de número 1.387 do dia 22 de dezembro de 2005, uma dona de casa, casada, 48 anos, natural da cidade de Vitória/ES, parda, residente no bairro de São Cristovão, acusa seus dois filhos de ameaçá-la e de terem lhe causado lesões corporais. No boletim de ocorrência apenas consta a informação de um dos acusados, o filho de 21 anos, também pardo, desempregado e morador do mesmo bairro que a vítima. Em seu relato, a vítima diz que os filhos são muito agressivos, que discutiu com um deles, pois ele a acusou de ter lhe roubado uma quantia em dinheiro. Além de fazer ameaças, ele teria quebrado vários objetos da casa. A vítima ainda disse que, na data do fato, o denunciado citado na ocorrência teria interferido em uma discussão que ela estava tendo com seu outro filho, e quando a ela disse que ele estaria prejudicando-a financeiramente, pois tinha permitido que ele morasse em uma casa que ela pretendia alugar, ele então a agrediu e fez novas ameaças.

²¹⁵WICKERT, 2006.

É interessante observar que no caso supracitado o jovem desempregado recebeu auxílio familiar para a construção de sua individualidade e começo da vida adulta, mesmo não tendo o fator legitimador para tanto, que seria o trabalho. A mãe lhe proveu uma moradia e, visto que ele não possuía uma fonte de renda, provavelmente também o ajudava financeiramente. Segundo Wickert²¹⁶, apesar de ser na família que muitos jovens encontram o conforto, seja financeiro ou psicológico, para a dificuldade de entrar no mercado de trabalho, essa instituição também é uma agente da organização social que pressiona esses indivíduos a cumprirem o seu papel social, a fim de completar o seu amadurecimento. Dessa forma, mesmo que essa mãe tenha dado todo o suporte financeiro para esse jovem, no momento do conflito em que ela expôs o ônus dessa relação, vêm à tona todas as inseguranças desse jovem desempregado, que teve como reação a violência contra a vítima, sua maior fonte de suporte.

Isso não significa que a vítima tenha motivado a violência ao expor sua situação ao denunciado, mas sim que diante de suas frustrações e da falta de alternativas para lidar com sua situação de desemprego, ele recorreu a um elemento muito presente na formação masculina no tocante à resolução de conflito: o uso da violência. Se anteriormente já se discutiu que a violência é uma forma de dominação por meio da inferiorização e objetificação do indivíduo, na perspectiva do denunciado, ao agredir a vítima ele está se colocando em uma situação de dominação sobre o corpo dela, superando assim o momento de insegurança que o conflito havia gerado inicialmente.

Os casos citados até o momento são de homens jovens desempregados que cometeram atos de violência contra mulheres membros de sua família consanguínea, no caso, suas mães. Esses autores também têm como perfil a ausência de relação afetiva ou conjugal, dessa forma, estavam isentos do seu papel de provedor; mas ainda pairava sobre eles o fantasma da confirmação de sua masculinidade por meio do desempenho de uma atividade remunerada. Há também casos em que jovens, a maioria concentrada no grupo entre 20 e 29 anos, já estabeleceram relações afetivas e conjugais. Nesses casos eles já haviam entrado no mercado de trabalho, iniciado a vida adulta e constituído uma família. Ao

²¹⁶WICKERT, 2006.

perderem suas posições no mercado de trabalho, esse grupo estará novamente em uma posição delicada, pois eles têm pouca experiência, o que dificulta o reestabelecimento de um vínculo empregatício, e estão sobre pressão para cumprir seu tradicional papel de provedor. Assim,, a situação de desemprego também pode levar ao abuso de drogas e a violência.

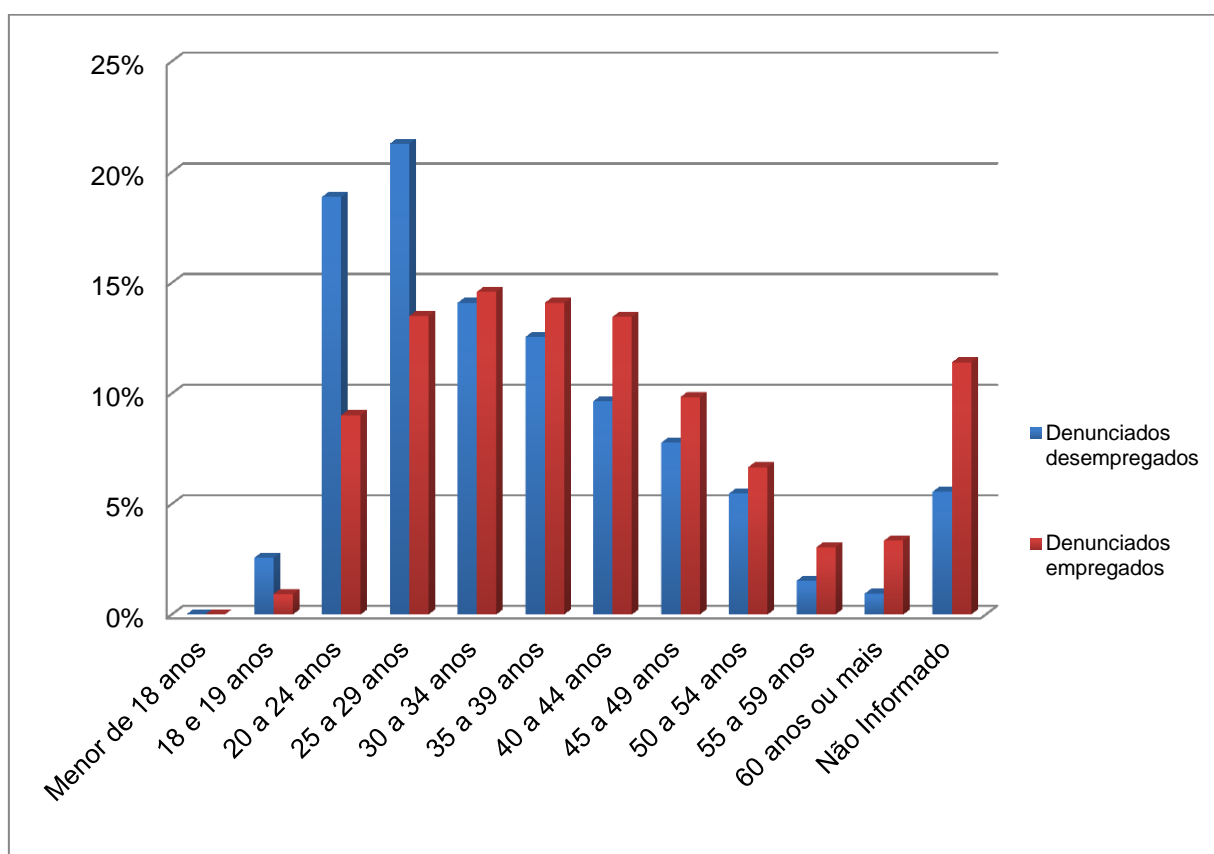
No dia 25 de maio de 2004, uma arrematadeira de 26 anos, negra, casada, moradora do bairro Bela Vista, procurou a DEAM/Vitória para denunciar o seu marido por ameaça. O autor era desempregado, tinha 24 anos e foi identificado como pardo. A vítima relatou, no boletim de número 623, que conviveu com o denunciado por seis meses, mas desde que ele ficou desempregado ela percebeu uma mudança no seu comportamento, pois todos os dias ele chegava em casa de madrugada. A vítima teria descoberto que ele estava usando drogas, e reuniu a família dele para discutirem o assunto. O denunciado, em resposta a atitude da vítima de envolver a sua família no problema, deixou um bilhete ameaçando matá-la. Temendo por sua vida, ela abandonou o lar. Assim como esse, são vários os casos nos quais o uso de substâncias químicas é apontado como gatilho para as agressões cometidas por homens desempregados. Entretanto, nesse registro observa-se que a tentativa da vítima em ajudar o acusado por meio do envolvimento familiar foi, de fato, o motivador do bilhete com ameaças, um sinal de que ele não admitia estar, mais uma vez, submetido à autoridade familiar.

Há também casos em que, ao ser cobrado o provimento do lar, o homem reage com violência. No caso registrado sobre o número 571, uma desempregada de 26 anos, natural de Prado/BA, parda, moradora do bairro Piedade, acusa o seu companheiro de ter lhe causado lesões corporais. Ele, também pardo, 25 anos, natural de Vila Velha/ES, usuário de drogas ilícitas e álcool, agrediu a vítima no dia 06 de dezembro de 2007 após ela questioná-lo sobre o que daria de comer para os filhos do casal. Nesse caso, os envolvidos não possuíam uma fonte de renda, deixando a família em uma situação de extrema vulnerabilidade, somando-se a isso o fato de terem filhos. Diante dessa instabilidade, é comum o aumento das frustrações do homem, que foi formado para ser o pilar de provimento do lar. Sendo ele jovem, a perda da posição de trabalho, como exposto até aqui, é um desafio e uma preocupação ainda maior. Também nesse caso, o questionamento por parte de sua companheira acerca do provimento de alimento para os filhos é o detonador da violência, mais uma vez,

como forma de reação à frustração diante do quadro em que a família se encontrava.

Outro indicativo da influência negativa do desemprego sobre os homens mais jovens é percebido ao comparar o número de ocorrências por grupo etário, dos denunciados desempregados com os homens que estão no mercado de trabalho.

Gráfico 6: Comparativo por grupos etários entre os casos nos quais o denunciado estava desempregado e os casos nos quais o denunciado estava empregado (2002-2010)



Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Se na Tabela 8 observou-se que o número de denunciados menores de 30 anos empregados é inferior a dos grupos etários formados indivíduos a partir de 31 anos, isso poderia significar que existem mais homens desempregados na faixa etária inferior a 31 anos do que nos demais grupos. Caso essa afirmativa se verificasse, seria normal que o número de autores pertencentes a esse grupo fosse maior. Todavia, o comparativo apresentado no Gráfico 4 leva ao questionamento dessa conexão de proporcionalidade, já que, se somados, os grupos etários

menores de 30 anos correspondem à 42,72% do total de ocorrências. É irreal supor que quase metade da população masculina da cidade de Vitória/ES que estava desempregada era composta por homens de 18 à 29 anos, o que explicaria uma conexão diretamente proporcional do número de denúncias que tem esse grupo e da taxa de desemprego na cidade. Também contrariando a possibilidade de uma relação proporcional direta entre o número de acusados e o número total de homens desempregados no período, tem-se a curva descendente de casos nos grupos acima de 30 anos. Se existisse essa proporcionalidade, o grupo de denunciados que têm entre 55 e 59 anos, com a menor taxa de agressores (1,53%), deveria ter a maior taxa de ocupação, o que não se verifica na Tabela 5, na qual se observa que apenas no ano de 2007 a participação desse grupo na taxa de ocupação foi superior à 3%, sendo muito baixa nos demais anos.²¹⁷

É possível identificar o destaque dos grupos de denunciados com idade entre 18 e 29 anos no caso das denúncias de homens desempregados, mas o mesmo não se pode dizer ao analisar os casos envolvendo aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho. Nesses casos, os atos de violência denunciados contra homens menores de 25 anos reduzem drasticamente, e é possível observar um equilíbrio entre as quatro faixas etárias que compõe o grupo de autores entre 25 e 44 anos. Esses números expõem uma “democratização” perversa da violência contra a mulher, na qual nenhum grupo chega a atingir 20% dos casos, mostrando que a violência doméstica de gênero é cometida por homens em todas as fases da sua vida, sendo o contexto e a motivação dessa violência fatores que diferenciam os casos, podendo gerar algumas especificidades, como visto até aqui.

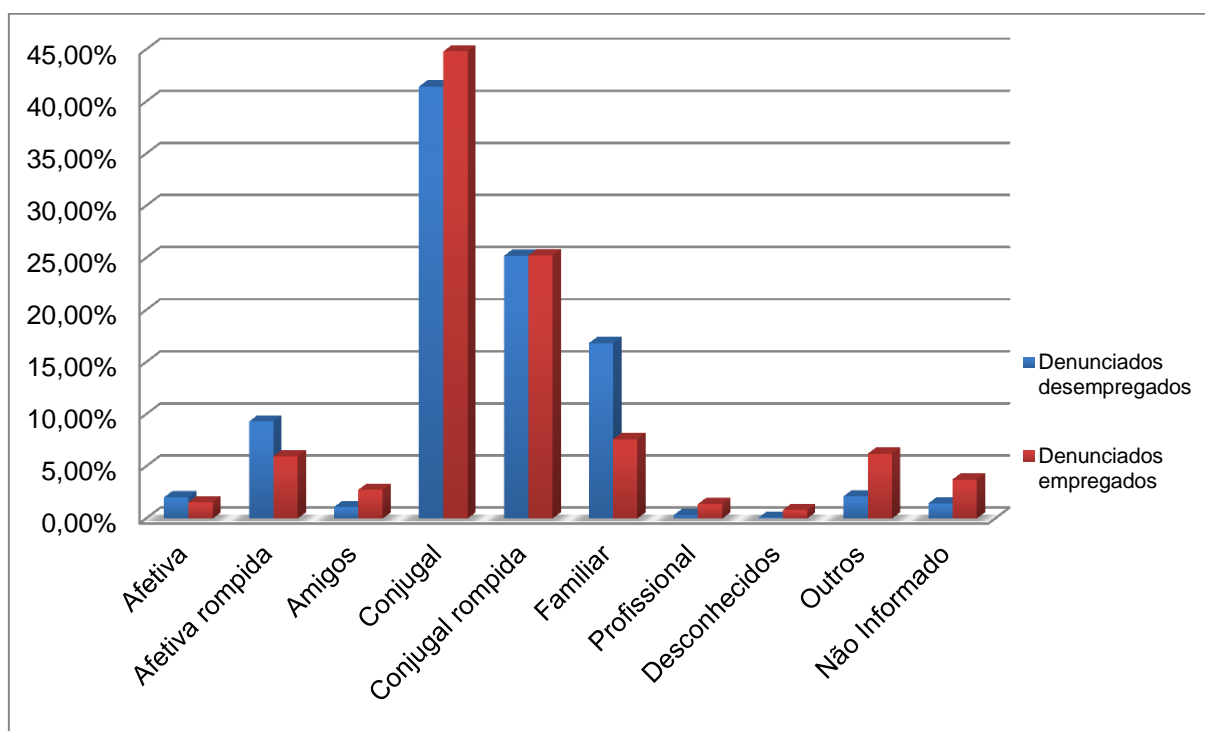
d) As relações entre vítimas e denunciados

No que tange a relação estabelecida entre vítimas e denunciados, percebe-se que os números referentes aos grupos etários foram preponderantes para os resultados obtidos. Nesta pesquisa, tanto nos grupos de homens desempregados, quanto no grupo de homens inseridos no mercado de trabalho, os resultados referentes ao tipo

²¹⁷ Foi excluído dessa análise o grupo de agressores e a participação na taxa de ocupação de homens acima de 60 anos, visto que essa é comumente a idade de aposentadoria desse grupo, que mesmo que continuem a exercer atividade remunerada após a aposentadoria, ainda tem como fonte de renda o benefício mensal, não podem ser de fato caracterizados como desempregados, ou não exercendo alguma atividade remunerada.

de relação entre os envolvidos podem ser, em parte, explicados pela faixa etária dos envolvidos.

Gráfico 7: Comparativo entre a relação vítimas-denunciados nos casos de autoria de homens desempregados e os que estavam empregados (2002-2010)²¹⁸



Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

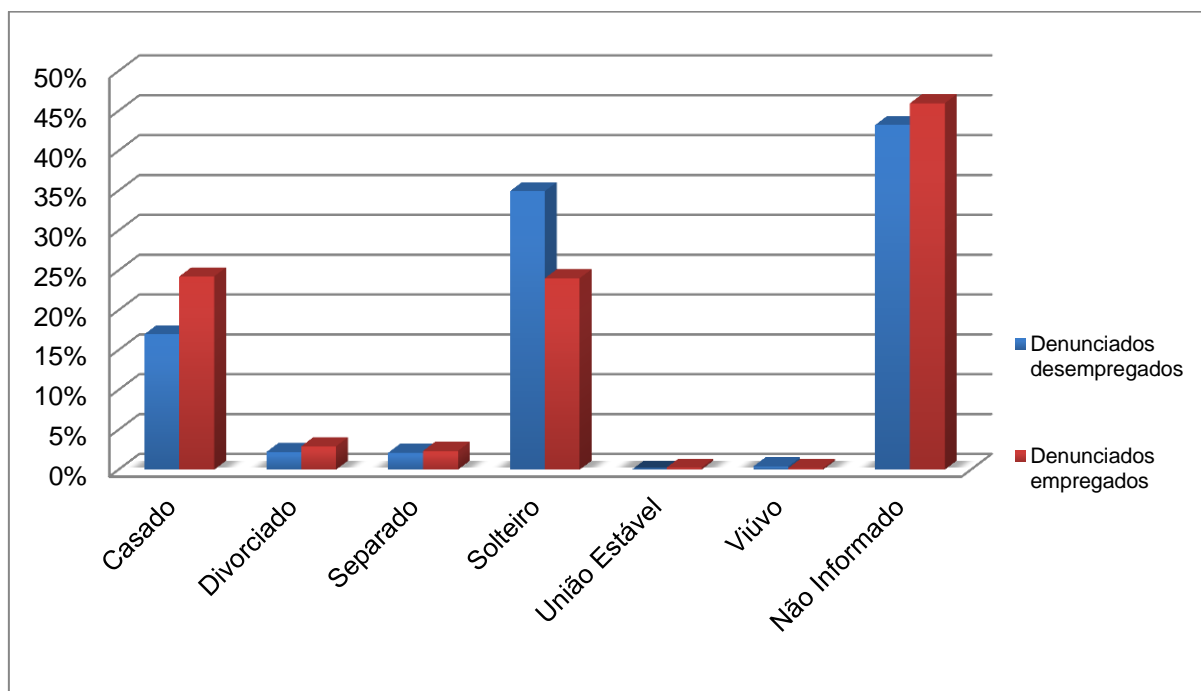
Destaca-se que o número de vítimas que sofreram violência de membros de sua família que estavam desempregados e eram do sexo masculino é muito maior se comparado aos números nos casos em que os denunciados tinham fonte de remuneração. Novamente, o alto número de autores com idade inferior a 30 anos ajuda a explicar esses indicadores. Tendo esta pesquisa já estabelecido que o desemprego afeta de forma severa a estabilidade emocional dos jovens, ao passo que é a família a responsável por estimular a entrada desses indivíduos no mercado

²¹⁸A fim de agrupar os tipos de grau de parentesco entre autores e vítimas na elaboração deste gráfico, considerou-se como “Conjugal” a relação onde os envolvidos mantinham uma relação estável e moravam juntos (ex: casados, amasiados ou união estável), sendo o grupo “Conjugais rompidas” aquelas nas quais os envolvidos já não mais se relacionavam. A fim de definir as relações “Afetivas”, considerou-se os casos nos quais vítima e denunciado se relacionavam, mas não habitavam o mesmo lar (ex: namorados e noivos), sendo as relações “Afetivas rompidas” aquelas nas quais os envolvidos não mais se relacionavam. O grupo “Familiar” é composto por membros da família consanguínea ou ampliada (ex: pais, tios, avós, primos, cunhados, etc). Já o grupo “Amigos” é todo o indivíduo com o qual a vítima mantinha contato, mas não estabelecia com ele relações familiares, afetivas ou conjugais. Por fim, o grupo “Profissional” diz respeito a indivíduos com os quais a vítima mantinha alguma relação de trabalho, ou prestação de serviços.

de trabalho, ao mesmo tempo em que também pode ser ela que provém o suporte emocional e financeiro para esse indivíduo, as tensões dessa relação de dependência podem acarretar episódios de violência.

Outro ponto que chama a atenção é o registro de denúncia contra homens com os quais as vítimas possuíam relação afetiva, ou afetiva rompida, que também é maior no caso do grupo de homens desempregados, comparado com aqueles que estão no mercado de trabalho. Mas uma vez o número expressivo de autores entre 18 e 29 anos pode explicar essa diferença, pois é comum que muitos desses indivíduos ainda não tenham estabelecido relações conjugais, muitas vezes exatamente por estarem fora do mercado de trabalho, ou por terem maior número de relacionamentos afetivos do que conjugais (característica considerada de certa forma normal para a faixa etária). Pode-se comprovar essa afirmação comparando o estado civil dos denunciados desempregados com o dos que estavam trabalhando no período.

Gráfico 8: Comparativo do estado civil dos denunciados entre os casos nos quais eles estavam desempregados e os casos nos quais estavam no mercado de trabalho (2002-2010)



Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

Observa-se que, entre os registros com autores desempregados, o número de denunciados solteiros se destaca com 34,95% dos casos contra 17% de ocorrência nas quais os acusados eram casados. Quanto aos casos nos quais os denunciados estavam trabalhando, há um equilíbrio entre esses dois grupos, que representam 24,02% e 25,25%, respectivamente. Chama-se a atenção para o fato de que, apesar de maioria, os autores solteiros não necessariamente estavam excluídos de terem relações afetivas ou conjugais com as vítimas, uma vez que uniões informais não alteram legalmente o estado civil do indivíduo. Na comparação do Gráfico 8 a alta taxa de autores solteiros relacionada à diminuição do número de casos no qual o autor possuía uma relação conjugal com a vítima e o aumento do número de casos onde a relação entre os envolvidos é familiar ou afetiva, demonstra relação direta com as especificidades desses casos no tocante à faixa etária dos envolvidos.

Destaca-se que dentre os registros nos quais os acusados possuíam relação afetiva rompida com a vítima, a porcentagem de casos com autores desempregados é relativamente superior do que nos casos nos quais os denunciados estavam trabalhando; 9,31% e 5,97%, respectivamente. A maioria dos casos registrados na DEAM/Vitória nos quais os envolvidos haviam rompido relações, afetiva ou conjugal, o gatilho para a eclosão da violência é a não aceitação do fim do relacionamento pelo denunciado. Percebe-se que nos casos de autores desempregados essa não aceitação se dá em dois cenários diferentes, seja pelo desejo de controle sobre a vida da vítima, que leva o autor à tentativa de dominação pela violência, seja pela tentativa de manter uma estrutura patrimonial que a relação provia para o casal.

Como exemplo do primeiro cenário, quando a violência é materializada na tentativa de controle da vítima após o rompimento do vínculo afetivo ou conjugal, elege-se o boletim de número 1.092. Registrado no dia 16 de dezembro de 2006 por uma doméstica, negra, com 40 anos de idade, natural da cidade de Itapemirim/ES, moradora do bairro Santa Inês na cidade de Vila Velha/ES, consta que ela foi agredida no dia anterior à denúncia quando chegava ao seu trabalho no bairro Jardim Camburi. O autor era seu ex-companheiro, desempregado, 38 anos, natural do estado da Paraíba e morador do bairro Eurico Salles, na cidade de Serra/ES. A vítima relatou que ele, por não aceitar o fim do relacionamento, a esperou próximo ao seu local de trabalho, agrediu-a com socos e chutes e ameaçou matá-la com uma

faca que portava, caso ela não aceitasse a restauração do relacionamento entre eles.

Ainda tratando desse primeiro cenário, no qual a recusa em aceitar o fim do relacionamento leva à violência, se somado à frustração do desemprego, o resultado é o comportamento obsessivo de controle sobre a pessoa com a qual esse homem se relacionava. No boletim de número 932, registrado no dia 26 de agosto de 2008, uma empresária de 42 anos, parda, separada judicialmente, natural de Vitória/ES e moradora do bairro Jardim Camburi, acusa o seu ex-namorado de perturbação e de ter lhe causado lesões corporais. Segundo ela, o autor, desempregado, 50 anos, branco, também natural de Vitória/ES e morador do bairro Jucutuquara, após o termino do relacionamento passou a segui-la por todos os lugares, fazendo ligações para o seu celular o tempo todo e a vigiando. Ela diz que no mesmo dia em que ela se encaminhou à DEAM/Vitória para fazer a denúncia, ele a perseguiu até um supermercado e a agrediu com chutes na perna.

Quanto ao segundo cenário, no qual os denunciados desempregados que cometem violência contra as vítimas com as quais possuem um relacionamento afetivo ou conjugal rompido, pois, além de não aceitarem o fim do relacionamento, eles buscam a manutenção do *status* material que possuíam até aquele momento, pode-se usar como exemplo o boletim de número 288, do dia 13 de março de 2002. Nessa ocorrência uma dona de casa, 43 anos, solteira, natural do estado da Bahia e moradora do bairro São Pedro, acusa seu companheiro de ter lhe ameaçado. No boletim de ocorrência apenas consta como informações sobre o denunciado que ele está desempregado e também é morador do bairro São Pedro. A vítima afirmou que ele a ameaçou, pois ele não aceitava a separação, achava que ela tinha um relacionamento com outro homem e não aceitava que os bens do casal fossem divididos. Devido à vítima não possuir uma fonte de renda, o único motivo que o denunciado acreditava que ela tinha para se separar dele era o fato dela ter encontrado outro homem para sustentá-la, já que ele, estando desempregado, não poderia mais exercer essa função. Ele então usou de ameaças contra a integridade física da vítima para tentar preservar o relacionamento e os bens materiais que os dois possuíam.

Em alguns casos, o desemprego foi o motivo da separação, e esse rompimento é o estopim para o ato de violência. No dia 17 de maio de 2006, uma dona de casa, parda, solteira, 24 anos de idade, natural de Vitória/ES, moradora do bairro Novo Horizonte, na cidade de Serra/ES, registrou o boletim de número 486 no qual acusava o seu ex-companheiro de ter lhe causado lesões corporais. Ele, desempregado, branco, 25 anos, natural do estado do Rio de Janeiro, residente no bairro Praia do Suá. Segundo a vítima, o denunciado ficou muito mais agressivo após estar em situação de desemprego, o que fez com que ela se separasse dele. No dia 16 de maio de 2006 ela foi até a casa do autor para visitar a filha do casal e o autor a agrediu com a intenção de impedi-la de ver a criança. Percebe-se que a maior agressividade do denunciado em consequência da perda do emprego, levou à separação e ao aumento do conflito entre eles, tanto que ele chegou ao ponto de não reconhecer o direito da vítima de visitar a própria filha.

Outro fator presente nas ocorrências registradas contra homens desempregados por mulheres com as quais eles tinham relacionamentos afetivos e conjugais é o pagamento de pensão alimentícia dos filhos do casal. Essa é uma situação comum em todos os grupos de denúncias na DEAM/Vitória, nas quais os denunciados se recusam a arcar com as despesas dos filhos, já que não se sentem na obrigação de prover essa família da qual eles não mais participam. No caso dos homens desempregados essa motivação ganha ainda mais força, pois eles não têm renda para cumprir esse dever, ou se recusam a gastar suas reservas com uma família com a qual eles não convivem mais.

No caso de número 99, registrado no dia 30 de janeiro de 2007, uma dona de casa, casada, branca, 45 anos, natural de Vitória/ES e moradora do bairro Da Penha, denunciou o seu ex-namorado por ameaça e perturbação. Ele, desempregado, 47 anos, pardo, também morador do bairro Da Penha, manteve uma relação boa com a vítima mesmo depois da separação. Todavia, segundo ela, eles começaram a se desentender após ela dar entrada no pedido de pagamento de pensão alimentícia para o filho do casal. A partir desse fato ele passou a persegui-la e também a seus familiares, fazendo ameaças por não aceitar a obrigação de pagar pensão ao filho. A vítima temia por sua integridade física, pois o denunciado estava apresentando sinais de distúrbios psicológicos.

Por último, no tocante ao tipo de relação que a vítima mantinha com o autor da violência, no que diz respeito às relações conjugais, tanto nas ocorrências com autores desempregados quanto com autores exercendo atividade remunerada, esse tipo de relação ocupa o primeiro lugar no número de casos. Conforme o Gráfico 5, os casos analisados por esta pesquisa, se comparados aos casos nos quais os denunciados estavam trabalhando, apresentam menor participação no total de ocorrências. Nos casos selecionados a relação conjugal aparece em 41,45% do total, já nos casos em que o denunciado cumpria o seu papel de provedor, essa relação corresponde a 44,80% do total de denúncias. Uma diferença de 3,35 pontos percentuais.

Constata-se número maior de autores menores de 30 anos nos casos de autores desempregados. Como já dito anteriormente, é normal que indivíduos dessa faixa etária tenham mais relações afetivas do que conjugais. Isso explica o número menos expressivo desse grupo nos casos de denunciados desempregados, ao passo que as relações afetivas têm relativo acréscimo em sua porcentagem no grupo estudado por essa pesquisa. A relação conjugal ainda é o tipo de relação mais comum entre vítimas e acusados de violência doméstica de gênero. No tocante aos homens desempregados, elas têm o agravante de que ainda se exige o pleno exercício dos papéis social de gênero com maior intensidade. O desemprego, conforme já estabelecido anteriormente, é um impedimento para o cumprimento das tradicionais funções masculinas, o que leva a um processo de extirpação da identidade desse indivíduo e perda do poder a ele legitimado dentro de uma sociedade que ainda funciona dentro de uma lógica patriarcal contemporânea. Assim, o desemprego também é um forte catalizador do conflito entre homens e mulheres em uma relação conjugal.

Anteriormente destacou-se que, para um jovem, mesmo não sendo claramente pressionado para cumprir a função de provedor, o desemprego representa uma ameaça por impedir que ele se legitime enquanto adulto e adquira sua independência. Quando o centro dessa questão é um homem que estabeleceu uma relação conjugal, esse problema toma proporções ainda maiores, já que seu conflito com a masculinidade não está apenas restrito ao impedimento de sua autoafirmação, mas é também uma ameaça de castração.

Um indivíduo do sexo masculino, nascido e educado dentro de uma lógica patriarcal contemporânea, entende que ser homem é ser forte, viril, bem sucedido e capaz de prover para a sua família por meio de trabalho, sendo essa a sua função social. Ele também será advertido que essas são qualidades conquistadas e que devem ser mantidas e reafirmadas a todo o tempo. Não sendo a masculinidade uma conquista sólida, mas sim cotidiana e constante, há sempre o perigo de que ela seja negada por causa do não cumprimento de um dos seus requisitos. É partindo desse ponto que nesta pesquisa entende-se o desemprego como uma forma de castração, um ataque à masculinidade patriarcal, e a retirada da legitimidade do poder e da dominação das mãos do homem.

Se até este ponto já foram explicitados os danos causados pelo desemprego em relacionamentos afetivos e familiares, nas relações conjugais esse cenário toma novas formas. Devido ao caráter “(des)masculinizador” que o desemprego assume em uma relação conjugal, o conflito é ainda maior. Pode-se dizer que um homem usufrui plenamente de sua masculinidade ao constituir uma família, provendo esses indivíduos por meio do seu trabalho e, nesse cenário, o desemprego representa a negação da continuidade dos privilégios da masculinidade. Castra-se esse indivíduo de seu legitimador, daquilo que é mais fundamental para a sua identidade, mergulhando-o em uma crise e em conflitos que muitas vezes ele tenta resolver por meio da violência. Devido à formação masculina negar ao homem o contato direto com suas emoções, a violência, presente durante a maioria do processo de sua formação, é muitas vezes a ferramenta que ele utiliza para a resolução de conflitos.

Somada a introspecção masculina e a propensão da resolução de conflitos por meio do uso da violência, muitas vezes a vítima dessa agressividade não consegue distinguir os motivos pelo qual sofreu violência. Por exemplo, no caso registrado no boletim número 352, em 01 de abril de 2002, no qual uma doméstica de 34 anos, solteira, parda, natural da cidade de Prado/BA, moradora do bairro Andorinhas denunciou o seu companheiro, com quem se relacionava há onze anos. O denunciado, desempregado, pardo, solteiro, 35 anos, natural de Vitória/ES, chegou tarde da noite em casa e a agrediu com chutes, tapas e socos, além de xingamentos. A vítima afirma que a agressão ocorreu sem nenhum motivo, ele teria chegado em casa e já iniciado a violência contra ela. A denunciante não dá mais detalhes acerca da vida do casal. Devido à falta de maiores detalhes e a

impossibilidade da vítima em identificar o ponto que teria iniciado o conflito e resultado em agressão, percebe-se que a única coisa fora de uma suposta normalidade seria a falta de exercício de uma atividade remunerada por parte do acusado. O fato de ele ter se desculpado com a vítima no outro dia fortalece a interpretação de que a violência foi fruto de frustrações advindas da situação de desemprego do autor, sendo resultado de um conflito interno, o qual ele tentou superar por meio da imposição de violência.

Em alguns casos, uma traição por parte do denunciado pode desencadear um processo de conflito que resulta em um caso de violência. Exemplo ilustrativo dessa situação, e que demonstra como a soma do desemprego com a infidelidade masculina pode fazer parte do contexto no qual a violência é cometida, cita-se no BO número 1.497, registrado no dia 23 de novembro de 2010. Nessa ocorrência uma manicure de 23 anos, branca, natural de Vitória/ES e moradora do bairro Resistência, acusa seu companheiro, um desempregado com 20 anos de idade, também natural de Vitória/ES, de ter lhe causado lesões corporais. Segundo a vítima, a relação com o denunciado já durava quatro anos, e juntos tinham uma filha de um ano. Em seu relato ela se contradiz ao dizer que a relação com o denunciado sempre foi tranquila, uma vez que também afirma que ele já a agrediu verbal e fisicamente, mas ela nunca o havia denunciado anteriormente. Ora, se nesses quatro anos de convivência já houve episódios de violência, é no mínimo estranho que a vítima utilize a palavra “tranquila” para descrever essa relação, afirmando ainda que os problemas só passaram a ocorrer quando, no dia 19 de novembro daquele ano, ela descobriu que o acusado se relacionava com uma menina de 18 anos. Ao confrontá-lo com essa informação, ele não gostou de ser questionado e a agrediu com socos e tapas. No dia seguinte a essa agressão, a vítima flagrou o autor junto de sua amante, não tendo ele voltado pra casa naquele dia.

Alguns dias depois, na data do fato informada no boletim, dia 23 de novembro de 2010, a vítima viu o denunciado na casa de sua vizinha e foi até o local para novamente questioná-lo sobre o seu caso extraconjugal. Ele então se irritou e passou a ofender a vítima xingando-a de “piranha” e “safada” e ainda afirmou que ela não era mais mulher para ele. Ela então revidou as ofensas e voltou para a sua casa, onde jogou as roupas do acusado no chão. Ao ver suas roupas espalhadas pela casa, ele passou a agredir a vítima, que além de revidar as agressões, utilizou

um punhal para ameaçar o denunciado na tentativa de cessar as agressões. Contudo, os esforços da vítima não surtiram efeito, tendo o acusado parado de lhe agredir apenas após a chegada da polícia, que encaminhou o casal para a DEAM/Vitória.

No caso supracitado, em um primeiro momento, surpreende a afirmação da vítima de que tinha uma relação tranquila com o denunciado. Por qual motivo ela encarava com normalidade os episódios violentos e não registrava denúncia? No segundo momento, vê-se que o descontentamento dela se inicia ao descobrir que seu companheiro está mantendo um caso afetivo fora do relacionamento. Alguns dados sobre o perfil dos envolvidos podem nos ajudar a entender o contexto e as motivações desse caso.

Em primeiro lugar, para entender a pouca relevância e impacto que as outras agressões tiveram sobre a vítima, volta-se para Nolasco²¹⁹, que diz que o trabalho também pode servir ao homem como passe livre para a prática de alguns comportamentos moralmente desviantes, como a violência contra a sua família, ou relacionamentos extraconjugais. Tem-se então uma diferença entre os primeiros casos de violência, e o que foi denunciado pela vítima. Nesse último, o autor estava desempregado, não exercia o seu papel de provedor, logo, perde a sua prerrogativa legitimadora da violência contra a sua companheira.

No segundo ponto, observa-se que a vítima questiona o autor por atos de traição. Essa falta de conformidade com a infidelidade masculina, além do fato de o autor não estar cumprindo seus deveres masculinos, também tem origem no *status* que a vítima possuía na data do conflito. A denunciante informou que exercia a profissão de manicure; naquele momento era ela quem sustentava o lar, pois era a única com uma fonte de renda. Ao descobrir que o autor mantinha relações com outra mulher, a revolta da noticiante tem duas origens: a primeira é que o autor não estava cumprindo com o seu papel social, e a segunda é o agravante de ser ela a responsável pelo sustento de seu companheiro que, mesmo assim, estava tendo um relacionamento com outra mulher. Talvez ela relevasse a situação de traição se a relação financeira fosse contrária. Por último, o gatilho para as agressões que ela relata foi o questionamento da vítima acerca das “ações imorais” do autor. Ela não

²¹⁹ NOLASCO, 1995.

só questiona as prerrogativas que seriam potencialmente normais ao autor, caso estivesse no exercício pleno de sua masculinidade, como também questiona e reverte as agressões, lutando contra o poder e a dominação que ele tenta investir contra ela por meio da violência.

4.3 SUBVERSÃO DE PAPEIS SOCIAIS: DENUNCIADOS DESEMPREGADOS E VÍTIMAS PROVIDORAS

Os casos expostos nesta parte têm como ponto em comum um cenário específico: a maioria das mulheres vítimas de violência que procuraram a DEAM/Vitória para prestar queixa contra os seus agressores possuem uma fonte de renda, ao contrário dos indivíduos alvos de suas denúncias. De fato, 76,75% das 1.170 denunciantes que registraram ocorrências contra seus agressores e os identificam como homens desempregados, exerciam uma atividade remunerada, 5,47% delas estavam desempregadas, 16,32% eram donas de casa, e em 1,45% dos casos não constavam informações sobre a situação da vítima no mercado de trabalho. Entretanto, essa maioria de mulheres em situação de violência inseridas no mercado de trabalho não é uma exclusividade dos casos selecionados nesta pesquisa. Em casos nos quais os denunciados eram homens que exerciam uma atividade remunerada, 77,84% das vítimas estavam trabalhando, 3,03% estavam desempregadas, 17,51% eram donas de casa e 1,60% das vítimas não informaram sobre sua situação de trabalho.

Claramente a maioria das mulheres que procuraram a DEAM/Vitória estavam inseridas no mercado de trabalho. Esse padrão é resultado da independência financeira delas, que deixaram de depender de seus companheiros e possuíam condições de deixar o lar, caso fosse necessário, não sendo reféns de uma relação de poderes baseada na dependência econômica. Do outro lado, as mulheres que não possuíam uma fonte de renda, por estarem desempregadas ou por terem se dedicado às atividades domésticas, encontravam-se em uma situação mais delicada. Se essas mulheres não contam com o apoio de familiares ou pessoas próximas, sair de uma situação de violência é um processo problemático e, em alguns casos, impossível.

Sendo economicamente dependente de seu agressor e sem uma alternativa para se afastar do quadro de violência que está sofrendo, o ato de denunciar pode se tornar mais um motivo para a continuidade, ou até mesmo a intensificação das agressões. Nesses casos, ao tomar ciência do registro da vítima, muitas vezes, o denunciado pode repetir os atos violentos e, não tendo condições de se desligar de seu agressor devido à dependência econômica, essa mulher acaba se submetendo a uma relação de dominação pela violência.

Em teoria, segundo o relatório da CPMI que investigou a violência contra a mulher no Brasil, o estado do Espírito Santo conta com uma rede de atendimento à mulher em situação de violência. Dentre as medidas tomadas pelo governo estadual para amparar as mulheres vítimas de violência, o relatório destaca que existe uma rede de atendimento à mulher composta por seis centros de referência especializados da mulher, dez DEAMs, quatro juizados especializados na Grande Vitória, um núcleo de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, um núcleo de proteção e defesa dos direitos da mulher, três casas abrigo localizadas na Grande Vitória, sendo uma estadual e duas municipais, e um centro de atendimento às vítimas de violência sexual na capital.

Diante de tais mecanismos de amparo às mulheres em situação de violência, seria normal que qualquer mulher se sentisse segura ao denunciar o seu agressor, pois, à primeira vista, a rede de atendimento a esses casos é bastante extensa contando com diversos centros, núcleos e profissionais que podem auxiliá-la no processo de denúncia e, se necessário, afastamento do denunciado. Entretanto, numa pesquisa feita pelo Instituto Avon em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, publicada no ano de 2011, com a qual se procurou saber as percepções de mulheres e homens acerca da violência doméstica de gênero, ao serem perguntados se confiavam na proteção jurídica e policial nos casos de violência doméstica, 48% dos homens e 59% das mulheres disseram que não.²²⁰ Essa falta de confiança na rede de atendimento às vítimas de violência doméstica de gênero não é, de maneira geral, infundada.

²²⁰ Pesquisa realizada no período entre 31 de janeiro e 10 de fevereiro de 2011, consistiu em entrevista de 1.800 pessoas (52% do sexo feminino e 48% masculino), foi realizada em setenta municípios as cinco regiões brasileiras. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha/pesquisa-avon-2011.pdf/@@download/file/pesquisa-avon-2011.pdf>>. Acesso em 15 de dez de 2015.

O relatório da CPMI da violência contra a mulher²²¹ diz que no Espírito Santo, apesar de existir uma rede de atendimento, ela não tem efetividade. A comissão apurou o funcionamento das sessões dessa rede e relatou que elas funcionam de forma isolada, não estabelecendo uma comunicação que possibilitaria a efetivação do atendimento especializado e completo às vítimas. Constatou também que muitos desses serviços funcionavam em condições precárias ou eram de difícil acesso às mulheres em situação de violência. Dessa forma, uma vítima de violência que se encontra em situação vulnerável e depende financeiramente do seu agressor, não tem esperança de que a DEAM/Vitória seja um local seguro onde ela poderá registrar a ocorrência e receber a atenção necessária para a resolução do seu caso. Observa-se que a denúncia da violência contra a mulher ainda possui, além de barreiras pessoais, barreiras sistêmicas que afastam as vítimas do poder público, pois não é oferecido um atendimento adequado e a segurança necessária.

Conclui-se também que, dentro das situações aqui citadas, a denúncia é um ato de protagonismo da vítima, uma vez que ela enfrenta todos esses obstáculos para ser ouvida e buscar uma alternativa para a situação de violência na qual ela se encontra. Contudo, destacando que a maioria das mulheres que denunciaram seus agressores estava incluída no mercado de trabalho, esse protagonismo ainda está restrito às vítimas que possuem uma fonte de renda, capazes de lidar sozinhas com o processo de afastamento dos seus agressores para a resolução do conflito, uma vez que o Estado não oferece, ainda, os meios necessários para que esse protagonismo seja expandido a todas.

Nos casos analisados por esta pesquisa, o exercício de uma atividade profissional por parte de uma mulher e a situação de desemprego masculina dentro de uma relação conjugal trazem complicadores que aumentam a tensão e o conflito. Anteriormente, o desemprego já foi abordado enquanto fator de (des)identidade masculina e como agente castrador da autoridade patriarcal na família. Neste ponto, pretende-se problematizar o desemprego em relações conjugais nas quais os papéis tradicionais de gênero se encontrando em estado “anormal”, fora do padrão social construído. Como visto no primeiro capítulo, as funções tradicionais do homem, a partir do início do século XX no Brasil, foram construídas com base no papel de

²²¹ BRASIL, 2013.

provedor da família, ficando ele a cargo das atividades de reprodução. Já as funções femininas foram construídas para se situarem no campo das atividades reprodutivas, como o cuidado da casa e dos filhos, sob a proteção e o cuidado do marido.

A partir da segunda metade do século XX, com o aumento da entrada da mulher na educação profissional, o feminismo e a conquista de espaço no mercado de trabalho formal, a construção dos papéis sociais de gênero passa a ser ainda mais um ideal do que uma realidade. Segundo Nader²²², a entrada da mulher no mercado de trabalho promoveu uma profunda transformação na configuração da instituição familiar. A análise da autora se concentra na cidade de Vitória/ES, que, como abordado anteriormente, passou por um intenso processo de industrialização e urbanização a partir da década de 1960, no qual o mercado também acolheu a mão de obra feminina. Para ela, a presença da mulher no mercado de trabalho foi, além de uma conquista feminista de direito e espaço, uma oportunidade do empresariado de lucrar com os baixos salários dessa categoria.

Mesmo recebendo salários menores do que os homens, o trabalho e a profissionalização feminina, segundo Nader²²³, constituíram uma forma de libertação do modelo tradicional de família. As primeiras mulheres a entrarem no mercado de trabalho formal capixaba ainda carregavam consigo valores tradicionais que, mesmo saindo de casa para o exercício de uma atividade remunerada, ainda viam o casamento como uma instituição fundamentada no princípio do amor materno. Essa visão tradicional do modelo de casamento e família era paradoxal à situação na qual essas mulheres estavam inseridas, já que exigia-se que elas ficassem presas ao lar no cuidado da casa, dos filhos e dos maridos. A realidade dessas mulheres, por outro lado, era o trabalho fora da unidade doméstica, o que não impedia que ainda vivessem sob a dominação de seus maridos, ficando encarregadas sozinhas das atividades domésticas, e submetidas à aceitação de alguns comportamentos considerados tipicamente masculinos, como a infidelidade.

Nader²²⁴ observou que a profissionalização feminina, com passar dos anos, teve um impacto profundo na visão das mulheres sobre o casamento. As referências de uniões entre homens e mulheres com papéis sociais de gênero tradicionais vão aos

²²² NADER, 2013.

²²³ NADER, 2013.

²²⁴ NADER, 2013.

poucos perdendo a importância no imaginário da mulher profissional. A independência financeira liberou essas mulheres de relações de dominação, dando a elas a liberdade de romper esses relacionamentos. Para a autora, a profissionalização foi de extrema importância para que elas percebessem as desigualdades de gênero que permeavam as relações conjugais baseadas num modelo tradicional de família. Ao mesmo tempo, a remuneração obtida por meio do desempenho de uma atividade profissional resultava na maior independência dessas mulheres que, em alguns casos, decidiam por terminar casamentos nos quais estavam convivendo com maridos abusivos, infiéis e agressivos. O trabalho então, no contexto da cidade de Vitória da segunda metade do século XX, é uma forma de empoderamento e libertação da mulher. É também um fator de transformação do modelo de família, uma vez que expandiu o universo de atuação feminina, forçando que as relações familiares e as funções de cada indivíduo fossem readequadas para se adaptarem a esse novo modelo de família.

Esses dois fatores, a emancipação feminina e a readequação dos papéis familiares, tiveram forte impacto na concepção patriarcal de masculinidade que tinha no modelo tradicional de família *locus* privilegiado. As ideias de dominação e superioridade do “macho” tiveram sua manutenção garantida após o declínio do poder patriarcal no século XIX por meio da divisão sexual de papéis sociais. A posição de provedor e “chefe do lar” garantiu ao marido o poder sobre a família. O trabalho e a emancipação feminina, por outro lado, foram ameaças concretas a esse ideal de masculinidade.

Alguns autores afirmam que existe uma reação masculina positiva a essas mudanças. Nolasco²²⁵, por exemplo, acredita que há uma tendência dos homens a acompanharem essas mudanças, buscando ressignificar o seu lugar na sociedade e adequar o seu papel social ao novo perfil feminino. O autor observou o surgimento de grupos de reflexões compostos por homens que têm como agenda o debate acerca do seu novo lugar na sociedade, e como objetivo a construção de uma nova masculinidade que conviva harmonicamente com as novas relações familiares criadas em consequência da emancipação feminina. Contudo, vale observar que

²²⁵ NOLASCO, 1995.

esses grupos têm formação tardia. Nolasco²²⁶ destaca que os primeiros grupos surgiram apenas em meados da década de 1980 no Canadá, e se espalharam por outros países nos anos seguintes. Além de terem sido criados muito tempo depois do surgimento de um novo perfil de mulher, esses grupos ainda têm atuações muito tímidas, e são formados em sua maioria por homens de classe média, tendo um vazio de representatividade do sexo masculino.

Do outro lado dessa questão, Badinter²²⁷ afirma que a rápida modificação do papel social feminino por meio do trabalho e das conquistas do movimento feminista, não foi acompanhada de uma modificação da masculinidade patriarcal. Pelo contrário, resultaram no surgimento de um movimento contrário à emancipação feminina e ao incentivo da adoção de posturas de um “super macho”. Essa reação, segundo a autora, teria como objetivo barrar os avanços femininos e as transformações da sociedade. A ressignificação feminina é, para o homem, sinônimo de perda de poder que até então lhe era legitimado socialmente pela exclusividade na função de provedor do lar. Diante desse conflito, Badinter²²⁸ afirma que como resultado das tantas conquistas femininas em algumas décadas e da permanência dos ideais e padrões masculinos, houve um reacionarismo masculino a essa nova mulher.

Nesta pesquisa, acredita-se que os grupos de reflexão aos quais Nolasco²²⁹ se refere pouco fizeram de significativo para reformular a noção de masculinidade tradicional. Concorde-se com Badinter²³⁰ na afirmação que, ao invés de uma ressignificação, houve uma valorização de uma masculinidade patriarcal na busca da manutenção das desigualdades de gênero e hierarquização sexual entre os indivíduos. Tanto que Alves e Diniz²³¹ identificaram que a violência doméstica pode ser motivada pelo “medo de perder o controle e o poder como autoridade e provedor econômico da família”²³². Para exemplificar como esse medo se manifesta, as autoras utilizam o depoimento de um homem entrevistado para a pesquisa que desenvolveram, com o qual estudavam o discurso masculino na violência conjugal.

²²⁶ NOLASCO, 1995.

²²⁷ BADINTER, 1993.

²²⁸ BADINTER, 1993.

²²⁹ NOLASCO, 1995.

²³⁰ BADINTER, 1993.

²³¹ ALVES; DINIZ, 2005.

²³² ALVES; DINIZ, 2005, p. 390

“Homem casou e para ele a mulher tá trabalhando, mas ele é o cabeça da casa, ele é quem comanda, né? O homem é que tem que assumir, a gente não deve baixar as rédeas para a mulher, não... Para manter as rédeas, eu procuro não demonstrar que preciso dela, exijo respeito. A mulher não deveria ganhar mais que o homem, na cabeça dele ela vai ter muitas coisas, assim... para fazer o que bem entender. Homem é para ser ajudado pela esposa na falta de alguma coisa, mas não para ficar na dependência dela... Ela diz que a gente se casou e é para essas coisas mesmo, um ajudar o outro, mas isto me incomoda porque ela, um dia, pode me jogar na cara, eu acho assim, né? O medo é este, eu vou me sentir muito humilhado, e homem não pode ser humilhado pela mulher. (H5)”²³³

Fica evidente que uma mulher que assume o papel de provedora da casa, retirando a autoridade e a dominação das mãos do homem, é, para ele, motivo de humilhação. Nos casos analisados nesta parte da pesquisa, não só a mulher está inserida no mercado de trabalho, como também é a única em condições de prover a família, já que o seu companheiro ou marido está desempregado. Acontece uma subversão dos papéis sociais; a mulher passa a sustentar o lar ocupando o lugar tradicionalmente masculino. Se o fato da mulher trabalhar, e se trabalhando tem um rendimento maior do que o do marido, já é motivo de inseguranças para o homem, numa situação de desemprego essa relação passa por tensões ainda maiores.

Michelle Perrot²³⁴ observa que ao longo da história a representação do sexo feminino sempre foi ligada a uma imagem defeituosa, fraca, carente. A autora afirma que essa representação faz com que o feminino seja encarado como propício para a penetração do masculino e a submissão a ele, supostamente perfeito. Aliando esse quadro à formação masculina, que enfatiza que um homem para afirmar a sua masculinidade deve se afastar de qualquer representação feminina, entende-se de que forma a castração do falo, oriunda da situação de desemprego, gera o sentimento de inferioridade. Na lógica masculina, aquele que não penetra com o falo, ou seja, aquele que não exerce dominação, é por ele penetrado, está sob a dominação de outrem. Essa representação ilustra os casos nos quais o homem está desempregado e a sua companheira é quem sustenta a casa. De dominador e autoridade, ele passa a se ver sob o risco de se tornar o dominado e submisso. Nos casos registrados na DEAM/Vitória encontra-se exemplos de episódios de violência que foram cometidos por agressores que tentavam recuperar a sua autoridade por meio da violência.

²³³ ALVES; DINIZ, 2005, p. 390.

²³⁴ PERROT, M.. **Minha história das mulheres**, 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

No registro de número 548, do dia 10 de maio de 2002, uma dona de casa, negra solteira, moradora do bairro São Pedro, denunciou que sofria ameaças do companheiro. Ele, desempregado, 52 anos e pardo. O boletim não contém todos os dados acerca dos envolvidos. Inclusive, apesar de constar que a profissão da vítima seria dona de casa, em seu relato ela diz que começou a trabalhar, pois o seu companheiro, com quem ela se relacionava há quatorze anos, ficou desempregado e o lar estava sem uma fonte de sustento financeira. Mesmo assim, o denunciado tentava impedi-la de sair de casa para trabalhar, e quando não conseguia fazia ameaças contra ela. A tentativa do autor de proteger sua masculinidade e autoridade na família é, para ele, tão fundamental, a ponto de ser inaceitável a saída da vítima de casa para poder prover o lar.

Assim como no caso anterior, no boletim de número 711, registrado no dia 16 de junho de 2002, outra dona de casa, com idade de 21 anos, moradora do bairro Bela Vista, denunciou o seu companheiro, com quem se relacionava há quatro anos. O denunciado estava desempregado, tinha 25 anos, era natural do estado de Minas Gerais e foi descrito como uma pessoa agressiva, pela vítima. Segundo ela, ele já a teria agredido e também as filhas do casal. A última agressão ocorreu no mesmo dia da denúncia, tendo ele atentado contra a integridade da vítima, pois ela estava saindo para trabalhar. Tem-se aqui mais um caso em que a vítima exerce uma atividade remunerada, porém, essa informação foi obtida no relato do caso, já que no registro ela aparece como dona de casa. O preenchimento de BO de forma incorreta leva a crer que é possível que o número de mulheres que exercem atividade remunerada e foram agredidas por autores desempregados é maior do que o levantado anteriormente.

Há casos em que o medo dessa subversão de papéis sociais é uma realidade tão conflituosa para o autor, que a violência é cometida para impedir efetivamente que a vítima consiga um emprego. É o caso do boletim número 243 registrado no dia 25 de fevereiro de 2005. A vítima, uma estudante de 21 anos, branca, casada e moradora do bairro Jardim da Penha, denunciou o seu marido com quem convivia há um ano. Ele, desempregado, 29 anos, branco, natural do Distrito Federal. Ela relatou que essa foi a segunda denúncia que fez contra seu marido, que ele tem consumido bebidas alcoólicas em excesso e estado muito agressivo. Não consta no BO a natureza da violência, mas em seu relato a vítima diz que o denunciado a impede de

sair para procurar trabalho, xingando-a e humilhando-a. A vítima ainda informa que decidiu sair de casa para se afastar dele.

Em alguns casos, a vítima de fato assume a posição de autoridade no lar, já que é a única pessoa com uma fonte de renda. No boletim de número 688, registrado no dia 14 de junho de 2002, uma balconista de 23 anos, moradora do bairro São Pedro, denunciou o seu marido, desempregado, 29 anos, pardo. Segundo a vítima, o denunciado estava agressivo, pois eles estão passando por uma crise financeira. Disse ainda que o ele a agrediu porque ela é quem controlava o dinheiro dentro de casa. Fica explícito que o medo de ser controlado por uma mulher, que assumiu as funções que eram suas, é o motivador da violência desse caso.

Em alguns casos, a frustração do homem por estar sendo sustentado por sua companheira aparece de forma sutil, mas pode explodir em episódios de violência. É o caso relatado no Boletim de número 1329, do dia 20 de agosto de 2009. Nele uma recepcionista de 22 anos, parda, natural da cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES e moradora do Centro de Vitória, acusa o seu companheiro, com quem se relaciona há um ano, de ter lhe causado lesões corporais. O denunciado estava desempregado, tinha 23 anos, era negro e natural da cidade de Vitória/ES. Ele já teria agredido a vítima outras vezes, mas ela nunca o denunciou, pois queria resolver os conflitos de forma amigável. Ela relatou que sempre que chegava do trabalho percebia que o autor ficava com o comportamento alterado, e que a agressão aconteceu porque a vítima tentou sair para ir até a casa da sua mãe e ele tentou impedi-la. A vítima ainda disse que, ao tentar tirar as suas chaves da mão do denunciado, que havia pegado as chaves na tentativa de impedir que ela saísse de casa, ele a agrediu com socos e, utilizando um pedaço de madeira, desferiu golpes nos braços e na cabeça da denunciante. Na ocasião da denúncia ela representou em desfavor do autor e pediu medida protetiva, pois achava que a solução para o caso era se afastar dele e também tentar impedir que ele se aproximasse dela.

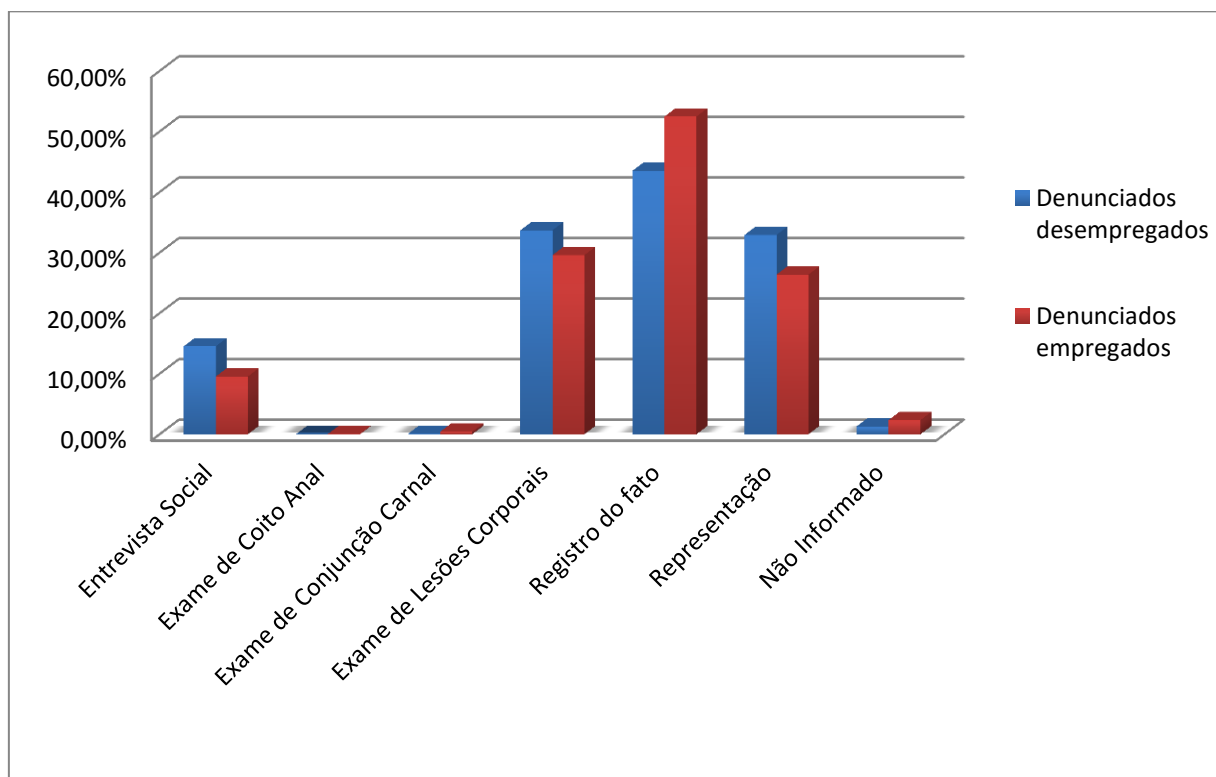
Nos BOs da DEAM/Vitória, foram encontradas seis opções de medidas tomadas a partir da denúncia. A primeira delas é a entrevista social, que consistia na convocação da vítima e do autor para comparecem à delegacia especializada para conversarem junto à delegada titular, que mediava a resolução de conflitos do casal. Essa medida foi extinta depois da promulgação da Lei Maria da Penha, por isso não

aparece nos boletins a partir do ano de 2007. Outros três tipos de medidas têm funções similares entre si, são eles o exame de coito anal, o exame de conjunção carnal e o exame de lesões corporais. Esses exames são realizados após o encaminhamento da vítima ao Instituto Médico Legal (IML) para a realização de perícia das marcas da violência sofrida. Os dois primeiros são requeridos nos casos de estupro e o último em casos de agressões com lesões corporais. Outra medida é o registro do fato, que sinaliza que a vítima teve interesse apenas em registrar o episódio de violência, mas escolheu não dar prosseguimento à denúncia e à instauração de inquérito. Já a representação é a opção dada à vítima que deseja prosseguir com o processo judicial contra o autor da violência.²³⁵ O campo do BO destinado ao registro da medida tomada não costuma, necessariamente, apenas uma das medidas aqui apresentadas, vários boletins trazem como medidas a representação da denúncia e o requerimento de exames de perícia, ou o registro do fato junto com o pedido de entrevista social. Dessa forma, a contabilização desses dados é feita com base na quantidade de vezes em que eles foram mencionados nos BOs, não estando condicionados a uma relação proporcional direta com o número de boletins registrados.

Os casos com representação da denúncia são, de forma geral, menos comuns dos que aqueles com apenas registros dos fatos. Todavia, ao comparar os casos nos quais os denunciados estavam desempregados com os casos nos quais eles estavam empregados, percebe-se que as vítimas de homens desempregados têm mais propensão a seguir adiante com o inquérito policial por meio da representação, não parando apenas na denúncia.

²³⁵ É relevante destacar que o período aqui analisado, entre os anos de 2002 e 2010, não abarcam a mudança da lei que tornou o crime de lesão corporal, não importando a sua extensão, uma ação penal pública. Desde a mudança, a instauração de inquérito e processo judicial não fica mais a cargo da vítima, pois agora se trata de uma ação penal pública. Desta forma, a partir do ano de 2013, o Ministério Público pode prosseguir com o processo contra o autor, não ficando essa medida restrita à vontade da vítima.

Gráfico 9: Comparativo entre as medidas tomadas nos casos com denunciados desempregados e nos casos com denunciados empregados (2002-2010)



Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM/Vitória

O número de pedidos de exames de lesões corporais é maior nos casos em que os denunciados estavam desempregados, somando 33,67% do total dos casos selecionados para análise nesta pesquisa. Nos casos em que os denunciados estavam inseridos no mercado de trabalho, o pedido dessa medida corresponde à 29,57% do total. Esse aumento é reflexo do maior número de casos de violência física nos casos que envolvem os homens fora do mercado de trabalho, como demonstrado anteriormente. O fato de que esse exame pericial só é requerido nos casos em que as agressões deixam marcas na vítima, demonstra que a violência praticada por autores desempregados está num estágio de intensificação um pouco maior do que nos casos gerais.

No que tange o registro do fato e a representação, observa-se o aumento percentual de casos representados em detrimento da queda dos casos que foram apenas registrados contra homens desempregados, em comparação aos casos em que os denunciados estavam no mercado de trabalho. Essa diferença é também fruto do protagonismo feminino cancelado pelo trabalho remunerado. Como já

demonstrado, as mulheres que procuram a DEAM/Vitória para denunciar a violência sofrida, na maioria dos casos, estão incluídas no mercado de trabalho, e dessa forma não estão subjugadas por uma relação de dependência econômica com seus companheiros. Nos tipos de casos aqui analisados onde há mais vítimas representando suas denúncias contra seus agressores, acredita-se que a independência financeira aliada à autoridade conferida pela função de provimento do lar tenha dado às vítimas a segurança de seguir o processo contra os denunciados.

Essa tomada de consciência da mulher do papel que ela passou a desempenhar, quando ocorre uma subversão de papéis sociais de gênero na relação, pode ser observada em alguns casos registrados na DEAM/Vitória. No boletim de ocorrência de número 1409, registrado no dia 2 de dezembro de 2004, uma funcionária pública de 47 anos, branca, casada, natural da cidade do Rio de Janeiro/RJ e moradora do bairro Jardim Camburi acusa o seu marido, com quem era casada há quinze anos, de perturbação. Ele estava desempregado, tinha 48 anos, era branco e natural do estado do Rio de Janeiro. A vítima informou que o denunciado nunca teve emprego fixo. Quando ela descobriu que o seu nome seria inserido em um serviço de proteção ao crédito, por causa de transações que ele fazia na conta da denunciante sem a sua autorização, ela passou a controlar as finanças da casa. Retirou o cartão do denunciado e passou a controlar o consumo dele de cigarros e bebidas. Desde então ele começou a perturbá-la, principalmente em público, constrangendo-a e humilhando-a.

A pesquisa desenvolvida por Antonio Gomes da Rosa²³⁶ estudou o discurso masculino acerca dos episódios de violência contra as mulheres, por meio de entrevistas com autores de violência. Esse estudo nos auxilia no entendimento das questões masculinas frente a subversões de papéis sociais. O medo do homem, diante da sua construção de masculinidade, é que a mulher tenha mais poder que ele, estando livre para questionar ou avançar sobre o seu domínio na família. Segundo Rosa²³⁷, é comum os agressores atribuírem a responsabilidade da violência à vítima. Em seus discursos, eles exemplificavam comportamentos

²³⁶ ROSA, A. G. da et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 152-160, Sept. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902008000300015&lng=en&nrm=is>. Acesso em 10 jan. 2016.

²³⁷ ROSA, 2008.

desviantes do papel social de gênero tradicional por parte de suas vítimas, que desafiavam a sua autoridade e por tanto legitimavam os atos violentos cometidos contra essas mulheres.

Neste ponto vai-se além do que foi discutido anteriormente, por exemplo, a violência como forma de reação a um conflito emocional masculino. Nos casos aqui apresentados fala-se de uma violência corretiva, legitimada por uma cultura patriarcal que durante muito tempo endossou, inclusive juridicamente, esse direito ao homem. Essas mulheres que ingressam no mercado de trabalho e adquirem independência, não são apenas ameaças à masculinidade de seus companheiros. A intimidação de uma mulher que ousou sair de seu tradicional papel social de mãe e esposa, somada à perda de autoridade e legitimação; resulta em reação violenta de um homem que está inserido em um contexto patriarcal e que deve sempre reafirmar a sua masculinidade. No imaginário desses homens, eles não cometem erro algum no momento em que agredem essas mulheres. Estariam, na verdade, corrigindo um desvio social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa procurou-se analisar os casos de violência contra a mulher cometida por homens desempregados. Para tanto, foram fundamentais os boletins de ocorrência registrados na DEAM/Vitória que forneceram, além dos dados demográficos dos envolvidos, relatos das vítimas, alguns deles apresentados neste trabalho. Não se almejou declarar que enquanto fato isolado ou questão social, o desemprego foi o único responsável pelos casos registrados na delegacia especializada aqui analisados. Seria pretensioso assumir que os casos de violência contra as mulheres têm sua motivação contida em apenas um fator, ou uma situação. Eles estão, na verdade, inseridos em contextos complexos que envolvem relações de poderes e o meio dos indivíduos; fazendo com que suas motivações, gatilhos ou detonadores, tenham as mais diversas origens.

Dizer que o desemprego é o único fator envolvido no contexto da violência dos casos aqui analisados, afirmar que essa questão em si é motivadora de violência, seria um problema, uma vez que o desemprego, além de ser um fator típico das sociedades industriais capitalistas, é também crônico e se encontra em expansão. István Mészáros²³⁸ afirma que o desemprego, dentro do capitalismo, foi primeiro uma ferramenta utilizada para o desenvolvimento do mercado. A gênese das sociedades industriais traz consigo a ideia de uma reserva de mercado na qual uma parcela de trabalhadores é estrategicamente mantida fora do mercado, garantindo o pagamento de baixos salários àqueles com pouca especialização, permitindo assim o aumento dos lucros e desenvolvimento do mercado. O autor destaca que esse desenvolvimento demandou a formação de profissionais mais qualificados. Devido a sua qualificação, esses trabalhadores estavam mais seguros, uma vez que sua mão de obra era mais essencial do que os trabalhadores sem qualificação. Esses últimos ficavam em situação mais vulnerável já que poderiam ser demitidos sem impactar o desenvolvimento e a um baixo custo, além de poderem ser substituídos por outros que trabalhariam por salários menores.

²³⁸ MÉSZÁROS, I.. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1ed revista. São Paulo: Boitempo, 2001.

Todavia, Mészáros²³⁹ identifica que o que era uma ferramenta utilizada para o avanço ganhou proporções ainda maiores e preocupantes, se configurando no que ele chama de “desemprego crônico”. Utilizando as teorias de Thomas Malthus como contra ponto, ele afirma que o problema do crescimento populacional não está ligado ao crescimento demográfico exagerado da população mundial e a escassez de recursos. Segundo o autor, o crescimento do mercado de venda do trabalho, ou mão de obra, torna-se problemático quando a economia não tem mais espaço para acomodar esses indivíduos em posições de empregos. Se antes a massa de desempregados era uma reserva de mão de obra utilizada como forma de diminuir gastos e aumentar o lucro, na atualidade a realidade é bem diferente.

Autores como Mészáros²⁴⁰ e Gautié²⁴¹, demonstram que na contemporaneidade o desemprego é um fator presente não apenas nos extratos mais baixos entre os trabalhadores não especializados, mas está presente em todos os setores, segmentos sociais e países, não importando quão desenvolvido economicamente eles sejam. No mercado de trabalho atual não existe posição de trabalho segura, a qualificação não mais garante a segurança do emprego. Para Mészáros²⁴² o desenvolvimento do mercado de capitais e da indústria, seguindo uma lógica de desvalorização do trabalho em detrimento do lucro, perpetuou essa prática que antes era reservada apenas aos setores sem qualificação. Da mesma forma, o aumento demográfico dos trabalhadores qualificados permitiu que essa política também chegasse até esses setores, gerando outro inchaço de oferta de mão de obra em relação às posições de trabalho. Diante dessa desproporcionalidade, o autor afirma que o desemprego tornou-se um problema crônico, presente nas sociedades que se organizam por mercados dentro de uma lógica capitalista.

Aceitando as afirmações de Mészáros²⁴³ e somando-se a pretensa hipótese que o desemprego por si só é motivador da violência contra a mulher, teríamos um quadro irreversível desse problema social. Seria o mesmo que afirmar que esse tipo de violência, praticada por esse grupo de agressores, é um quadro fadado a se repetir

²³⁹ MÉSZÁROS, 2001.

²⁴⁰ MÉSZÁROS, 2001.

²⁴¹ GAUTIÉ, 1998.

²⁴² MÉSZÁROS, 2001.

²⁴³ MÉSZÁROS, 2001.

em nossa sociedade enquanto o problema apresentado por Mészáros²⁴⁴ e outros autores persistir. Por isso, ao longo desta pesquisa buscou-se demonstrar que o desemprego, mesmo que não seja um motivador direto da violência contra a mulher, está sim presente no contexto em que ela acontece, sendo parte integrante das motivações do conflito ali estabelecido, uma que vez que inserido numa lógica patriarcal de conduta masculina, as consequências do desemprego podem levar a um quadro de violência dentro da família.

Esta pesquisa procurou demonstrar de que forma o desemprego afetava a vida desses homens autores de violência. Demonstrou-se, por meio dos relatos dos boletins de ocorrência e da bibliografia sobre o tema, que o desemprego em algum momento foi parte de um conflito entre vítima e denunciado, seja numa relação familiar durante a juventude, seja nas relações afetivas, seja nas relações conjugais. Nessa última, deu-se destaque aos casos nos quais a vítima exercia uma atividade remunerada, subvertendo os tradicionais papéis sociais de gênero. Nesse quadro, o conflito pessoal do autor de violência chega ao seu patamar mais alto. O desemprego atinge sua identidade masculina, ele sofre com o estigma de não cumprir com suas funções sociais, é castrado de sua posição de poder e, por último, seu maior medo torna-se realidade: ser “dominado” por sua companheira.

A pesquisa realizada por Ligia Maria SoufenTumolo e Paulo Sergio Tumolo²⁴⁵, auxilia ainda mais no entendimento do impacto do desemprego no indivíduo do sexo masculino. Por meio de entrevistas, os autores sintetizaram a vivência de indivíduos desempregados, expondo alguns pontos que, se aliados a um contexto patriarcal contemporâneo, mostram-se extremamente nocivos à estabilidade psicológica de homens desempregados. Segundo os autores, “a condição de desemprego interfere na vida do desempregado como um todo [...]”²⁴⁶, sendo o setor familiar o primeiro por eles apresentado. Os entrevistados afirmaram que os cônjuges eram a principal fonte de suporte, contudo, afirmaram acontecer o desgaste da relação por causa do desemprego. Outro fator que interfere na vida do desempregado é o distanciamento

²⁴⁴MESZÁROS, 2001.

²⁴⁵TUMOLO, L. M. S.; TUMOLO, P. S.. A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 327-344, Sept. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462004000200007&lng=en&nrm=iso Acesso em 03 jan 2016.

²⁴⁶TUMOLO; TUMOLO, 2004, p. 332.

social que sua condição o impõe. É importante destacar que os participantes na pesquisa de Tumolo e Tumolo²⁴⁷ frisam que, devido à perda da atividade fonte de renda, eles não se sentiam mais como tendo o controle sobre suas vidas. A autora e o autor observam que “de maneira geral, essa situação de dependência tem uma conotação de submissão, os participantes desempregados sentem que deve se sujeitar às regras e decisões daqueles que os sustentam”²⁴⁸.

Esta pesquisa demonstrou que dentro de uma sociedade que ainda convive com resquícios patriarcais, organizados na forma de um patriarcado contemporâneo, a masculinidade ainda encontra-se no polo oposto ao da submissão. Esta última é, na verdade, um dos maiores medos do homem, uma de suas maiores aflições. Nos casos analisados por esta pesquisa, demonstrou-se que a reação masculina ao suposto quadro de submissão, ou à ameaça dela, deu-se por meio da violência. De fato, o desemprego é uma experiência que causa traumas e conflitos por aqueles que se encontram nessa situação, tanto que todos os entrevistados por Tumolo e Tumolo²⁴⁹ foram incapazes de relacionar a sua situação com algum sentimento agradável. Dessa forma, esta pesquisa conclui que nos casos envolvendo autores que não exercem atividades remuneradas, o desemprego faz parte do contexto que levou à violência.

Não advoga-se em momento algum que ele seja o único motivador, ou que, enquanto questão social, tenha alguma relação com a violência contra a mulher. A visão aqui apresentada afirma que, necessariamente, as ocorrências registradas na DEAM/Vitória contra autores desempregados mostram que o desemprego inserido a uma sociedade que ainda se organiza dentro de uma lógica patriarcal é um motivador da violência contra a mulher. Se, como explicado anteriormente, o ideal de masculinidade ainda consiste no cumprimento do papel social de provedor, no sucesso financeiro que resulta na afirmação de uma suposta superioridade em relação ao outro, o trabalho é a fonte legitimadora desse quadro. Assim, o desemprego é sinônimo de (des)identidade, representa a castração do falo, no qual se concentra o poder, e, nos casos de subversão de papéis sociais, também está ligado à suposta submissão do homem à mulher, que passa a ser provedora. A

²⁴⁷ TUMOLO; TUMOLO, 2004.

²⁴⁸ TUMOLO; TUMOLO, 2004, p. 333.

²⁴⁹ TUMOLO; TUMOLO.

violência então se apresenta como uma alternativa a essa situação masculina, como fonte de retomada do poder perdido junto com a posição de trabalho.

6. REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S.. **O que é trabalho**. São Paulo: Círculo do livro, 1990. Coleção Primeiros Passos, vol. 13.p.11-65.

ALMEIDA, S. S. de. **Feminicídio**: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Reinverter 1998.

ALVES, J. E. D.. Gênero e linguagem na cultura brasileira: elementos para reflexão sobre uma diferença. In: LOYOLA, M. A. **Bioética**: reprodução e gênero na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro/Brasília: LetrasLivres, p. 232-236, 2005.

ALVES, S. B.; DINIZ, N. M. F.. "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58 n. 4, jul./ago, p. 387-392, 2005.

AZZI, R.. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In. RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira contemporânea**. Famílias e valores. São Paulo: Edições Loyola, p. 85-120, 1987.

BADINTER, E..**Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **XY**: sobre a identidade masculina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BESSE, S. K.. **Modernizando a Desigualdade**: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo, EDUSP, 1999.

BOSELLI, G. C.. Instituições, gênero e violência: um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Criminal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

BOURDIEU, P.. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª ed., Porto Alegre/RS, Zouk, 2014.

BRASIL. **LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916.** Código Civil Brasileiro. Legislação Federal. sítio eletrônico internet - planalto.gov.br.

_____. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa. Secretaria de Comissões. Coordenação das Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito. Comissão parlamentar mista de inquérito. **Relatório final.** Brasília, Julho 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getpdf.asp?t=130748&tp=1>> Acesso em: 20 de nov de 2015.

CAMINOTI, J. M..Sexo e poder: violência sexual no âmbito doméstico e conjugal – Vitória/ES: agosto de 2006 – agosto de 2009. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CÂNDIDO, A..The Brazilian Family.In: SMITH T. L. (ed.). **Brazil. Portrait of a HalfContinent.** Nova Iorque: Marchant General, p. 291-311, 1951.

CARDOSO, I..**Mulher e trabalho:** as discriminações e barreiras no mercado de trabalho. São Paulo: Cortez 1980.

CASTRO, M. G.; LAVINAS, L.. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CECCARELLI, P. R.. **A Construção da Masculinidade.** Percurso, São Paulo, Vol. 19. 1998. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=272>, acesso em 10 de jun de 2015.

COLBARI, A. de L.. **Ética do trabalho.** São Paulo: Letras e Letras; Vitória-ES: FCAA-UFES, 1995.

COSTA, J. F.. **Ordem médica e norma familiar.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ENGELS, F.. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 16 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FREITAS, L.. Representações de papéis de gênero na violência conjugal em inquéritos policiais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 12(1), p. 128-152, 2011. Disponível em: <www.periodicos.unb.br>. Acesso em: 28 jun. 2015.

FREYRE, G.. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 14. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

GAUTIÉ, J. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 67-83, Oct. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131998000200003&lng=en&nrm=is> Acesso em 03 nov. 2015.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOFFMAN, E.. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**; tradução: Maria Célia Santos Raposo. 13ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HARDY, E.; JIMENEZ, A. L.. **Masculinidad y Género**. Revista Cubana Salud Pública. v.27 n.2 Ciudad de La Habana jul.-dic., p.349-367 2001.

HASSEN, M. de N. A.. **O trabalho e os dias**: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

HEFEZ, S.. **Homens no divã**. 1ª ed, São Paulo: Bencirá, 2013.

IBGE. CENSO 2010. Disponível em <www.censo2010.ibge.gov.br> acesso em 27 de jan. de 2015.

LAKATOS, E. M.. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1981.

LOBO, E. S.. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

LOPES, G.. Mulheres na sala de aula. In BASSANEZI, C.; DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. - São Paulo: Contexto: Ed. da Unesp, p. 443-481, 1997.

MACHADO, L. Z... Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MARINS, P. C. G.. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. IN, SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à era do rádio. São Paulo: Cia. Das Letras, p. 131-214, 1998.

MARTIN-FUGIER, A.; PERROT, M.. Os ritos da vida privada burguesa. In, PERROT, M. (org). **História da vida privada**, vol. 4. São Paulo: Ed. Schwarcz, p. 176-245, 1991.

MÉSZÁROS, I..**Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1ed revista. São Paulo: Boitempo, 2001.

MINAYO C. S.; DESLANDES, S. F..Complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cad Saúde Pub** Rio de Janeiro, v. 14, n 1, p. 35-42, 1998.

_____;SOUZA, E. R. de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, p. 7-23, 1999.

_____. A violência na adolescência: um problema de Saúde Pública. **Cadernos de saúde pública**, n. 6 (3), p. 278-292, 1990. Disponível em <www.scielo.br> acesso em 05 de jan. de 2015.

MORGANTE, M. M. “Se você não for minha, não será de mais ninguém”: a violência de gênero denunciada na DEAM/Vitória-ES (2002-2010). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NADER, B.. **Mulher:** do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 2001.

_____. A condição masculina na sociedade. **Dimensões:** Revista de História da UFES, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

_____. Cidades, aumento demográfico e violência contra a mulher: o ilustrativo caso de Vitória-ES. **Dimensões:** Revista de História da UFES, Vitória, n. 23, p. 156-171, 2009

_____. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005. **Fazendo Gênero.** Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010, p. 2. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

_____. **Paradoxos do progresso:** a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória, EDUFES, 2013.

_____. Poder, violência e silêncio: uma questão de gênero. In NADER, M. B. **Gênero e racismo: múltiplos olhares.** UFES-NEAD: EDUFES, p. 96-119, 2014.

NAZZARI, M.. **O desaparecimento do dote:** mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

NOLASCO. S.. **O mito da masculinidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PATEMAN, C.. **The sexual contract.** Stanford: Stanford University Press, 1988.

PEDRO, J. M.. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.). **Nova história das mulheres.** São Paulo: Contexto, p. 238-259, 2012.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História,** Franca , v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, M.. **Minha história das mulheres,** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In. PEDRO, J. M.; PINSKY, C. B. (orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: contexto, p. 469-512, 2012.

_____. A era dos modelos fluidos. In: PEDRO, J.M.; PINSKY, C. B. (orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p.513-544, 2012.

PINTO, C. R. J.. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, M.. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys, estudos feministas**, nº 3. Janeiro/julho 2003. Disponível em:<<http://www.labrys.net.br>> acesso em: 01 de fev. de 2015.

ROSA, A. G. da et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saude soc.**, São Paulo , v. 17, n. 3, p. 152-160, Sept. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902008000300015&lng=en&nrm=is>. Acesso em 10 jan. 2016.

SAFFIOTI, H. I. B.. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SANDER, E. **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 13, n. 4, dez. p. 82-91, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288391999000400009&lng=pt&nrm=iso>Acesso em 20 jul. 2015.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ed, São Paulo: Perseu Abano, 2004.

SAMARA, E. de M.. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

_____. **A família brasileira**. 4ed, São Paulo: Brasiliense, 1993.

SCOTT, J.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n 2. Jul/dez, p. 71-99, 1995.

SILVA, T. T.. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIQUEIRA, M. P. S.. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.

SOIHET, R.. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org) **Domínios da história**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 275-296, 1997.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. DEL PRIORE, M.(Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed São Paulo: Contexto, p. 362-400, 2006.

_____; PEDRO, J. M.. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 27, n. 54, p. 281-300, Dec. 2007.

TELES, M. A. de A.. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TUMOLO, L. M. S.; TUMOLO, P. S.. A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 2, n. 2, p. 327 344, Sept. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462004000200007&lng=en&nrm=iso Acesso em 03 jan 2016.

VALE DE ALMEIDA, M.. Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro. 161-190, 1996.

VELHO, G.. **Desvio e Divergência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 14-15

_____. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In ALVITO, M.; VELHO, G. (org). **Cidadania e Violência**. 2 ed. – Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, p.11-25, 2000.

WASELFISZ, J. J.. **Mapa da violência: homicídio de mulheres**. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2012. Disponível em

<http://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf> acesso de 22 de jan. de 2015.

_____. **Mapa da violência:** homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2014. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf> Acesso em 25 de jan. de 2015.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy.** Oxford : Blackwell, 1990.

WEBER, M.. **Economia e sociedade.** Brasília. EDIUNB. 2006. VOL. 1º.

_____. **A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WICKERT, L. F.. Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 26, n. 2, p. 258-269, Jun. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932006000200008&Ing=en&nrm=iso> Acesso em 24 nov. 2015.

ZALUAR, A.. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

7. ANEXOS

Anexo I – Ficha de Coleta de Dados (frente)

Mapeamento da violência contra a mulher				
DEAM - Vitória				
Data da pesquisa: / /			Pesquisadora	
Número do Boletim de Ocorrência:		Natureza da Ocorrência:		Data do Boletim:
Meios empregados para a confecção do Boletim:			Manual:	Digitado:
Sobre a Vítima				
Nome:			Filiação:	
Natural de	Idade	Data Nascimento		Cor
Estado Civil:		Tempo de convivência:		
Profissão		Escolaridade		
Natureza do documento apresentado	CPF	Carteira de Identidade	Carteira de Trabalho	
Endereço:			Telefone	
Sobre o autor				
Nome:			Profissão:	
Natural de:	Idade	Estado Civil	Cor	Grau de Parentesco com a Vítima:
Escolaridade:		Outra Informação:		
Endereço:			Telefone:	

